

DOSSIÊ

# A PRODUÇÃO FEMINISTA DO CONHECIMENTO SOBRE O CAMPO NA GEOGRAFIA

VOLUME I

REVISTA GEOGRAFIA EM QUESTÃO

Vol. 16 - n. 03 - 2023

E-ISSN: 2178-0234



# GEOGRAFIA EM QUESTÃO

VOLUME 16 – NÚMERO 03 – 2023



E-ISSN: 2178-0234



SEÇÃO LOCAL  
MARECHAL CÂNDIDO RONDON

ISSN: 2178 – 0234

# Geografia Em Questão



Associação dos Geógrafos Brasileiros  
Marechal Cândido Rondon- PR

### **Editores da Revista**

Dr. Djoni Roos  
Me. Douglas Cristian Coelho  
Dr. Leandro Neri Bortoluzzi

### **Comissão Editorial**

Ma. Daiana Caroline Refati  
Me. Djeovani Roos  
Lic. Edson L. Zanchetti da Luz  
Esp. Marcelo Masiero  
Esp. Paulo Vitor Dias Fuentes  
Ma. Solange Queiróz Ribeiro

### **Equipe Editorial do Dossiê Comissão Organizadora**

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha  
Silmara Oliveira Moreira Bitencourt  
Lara Dalperio Buscioli  
Marcia A. Pertuz

### **Conselho Consultivo *ad hoc* do Dossiê**

Amanda Emiliana Santos Baratelli (UNESP)  
Aurelane Alves Santana (UFS)  
Bruna Gonçalves Costa (UNESP)  
Conceição Coutinho Melo (UNC)  
Daniela Dias de Souza (TerritoriAL-SOS AMAZONIA)  
Francilane Eulália de Souza (UEG)  
Gisele de Souza Gonçalves (UNIOESTE)  
Larissa Araújo Coutinho de Paula (UNESP)  
Raquel Buitron Vuelta (UNC)  
Renata Brasileiro Franco (UFGD)  
Sirley Ferreira os Santos (UNESP)





**Associação dos Geógrafos  
Brasileiros**  
Marechal Cândido Rondon - PR

# **Geografia Em Questão**

**Dossiê Temático - A produção Feminista do conhecimento sobre o campo na Geografia Vol. I  
Terra, Movimentos, Ativismo, Soberania Alimentar e Trabalho.**

**Volume 16 – Número 03 – 2023**

**Marechal Cândido Rondon, Dezembro de 2023.**

Revista Geografia em Questão é uma publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção local Marechal Cândido Rondon. O periódico publica artigos, resenhas, notas e relatos de pesquisa sobre o conhecimento geográfico.

**Ficha Catalográfica:** Marcia Elisa Sbaraini Leitzke – CRB 9/539

Geografia em Questão / Associação dos  
Geógrafos Brasileiros.  
G292 Seção Local Marechal Cândido Rondon. – v. 16, n. 3.  
Marechal Cândido

Rondon: EDUNIOESTE, 2023 Semestral

ISSN – 2178-0234

1. Geografia – Periódicos. I.  
Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Local de  
Marechal Cândido Rondon .I.T

DD 20 ed. 910.5

**Indexadores:** Latindex, Sumários, Journals for Free, Google Acadêmico, Periódicos Capes.

**Endereço:**

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local –  
Marechal Cândido Rondon.  
Rua Pernambuco, 1777, Centro, prédio da UNIOESTE, CEP: 85960-000  
Marechal Cândido Rondon – Paraná – Fone: (45) 3284-7870

**Endereço Eletrônico:**

Sítio da Revista: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao> ou  
[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)

**Capa:** Aline Albuquerque Jorge

**Contracapa:** Leandro Neri Bortoluzzi

**POTÊNCIA**

Cidinha OLIVEIRA..... 09

**A PRODUÇÃO FEMINISTA DO CONHECIMENTO SOBRE O CAMPO NA GEOGRAFIA. APRESENTAÇÃO**

Lara Dalperio BUSCIOLI

Marcia A. PERTUZ

Janaina Francisca de Souza Campos VINHA

Silmara Oliveira Moreira BITENCOURT.....10-15

**TEXTOS E ARTIGOS / Textos y Artículos / Texts and Articles**

**GEOGRAFIAS FEMINISTAS, ACADEMIA E MILITÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DE MULHERES DA REDE DATALUTA NO BRASIL**

**GEOGRAFÍAS FEMINISTAS, ACADEMIA Y MILITÂNCIA: REFLEXIONES SOBRE LA EXPERIENCIA EN EL COLECTIVO DE MUJERES DE LA RED DATALUTA EN BRASIL**

Silmara Oliveira Moreira BITENCOURT

Lara Dalperio BUSCIOLI

Janaina Francisca de Souza Campos VINHA

Marcia A. PERTUZ.....16-30

**MULHERES E A QUEBRA DAS CORRENTES**

Rosmeri WITCEL.....31-34

**PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ PELA REPRODUÇÃO DA VIDA DIANTE DA VIOLÊNCIA SISTEMÁTICA DO ESTADO E DO AGRONEGÓCIO: CONTRA E PARA ALÉM DOS CERCOS DO PATRIARCADO-COLONIAL-CAPITALISTA**

**PROCESSES OF RESISTANCE OF THE GUARANI AND KAIOWÁ WOMEN FOR THE REPRODUCTION OF LIFE IN THE FACE OF SYSTEMATIC VIOLENCE BY THE STATE AND AGRIBUSINESS: AGAINST AND BEYOND THE SIEGES OF PATRIARCHAL-COLONIAL-CAPITALIST**

Beatriz VERA

Gislaine MONFORT

Laura GISLOTL.....35-60

**PRETA O SUFICIENTE?**

Esther Maria PACHECO.....61

**DIÁLOGOS ENTRE AS PESQUISAS GEOGRÁFICAS E O CONCEITO DE PATRIARCADO**

**DIÁLOGOS ENTRE LA INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA Y EL CONCEPTO DE PATRIARCADO**

Aline Motter SCHMITZ

Caroline Tapia BUENO.....62-78

**DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES: O MOVIMENTO FEMINISTA E A PRODUÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA NO #8M**

**DIA INTERNACIONAL DE LAS MUJERES: EL MOVIMIENTO FEMINISTA Y LA PRODUCCIÓN DE LA ESCALA GEOGRÁFICA EN EL #8M**

Jane Rosa da SILVA.....79-106

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS DENÚNCIAS DOS USOS E ABUSOS DE VENENOS: ECOFEMINISMO, E OUTRAS RELAÇÕES COM A NATUREZA**

**EL PROTAGONISMO DE LA MUJER EM AL DENUNCIAR EL USO Y ABUSO DE VENENOS: ECOFEMINISMO Y OTRAS RELACIONES COM LA NATURALEZA**

Daniela Ferarrezzi VALÉRIO.....107-121

**“ENXU QUEIMADO EXISTE PORQUE PERSISTE”: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE ENXU QUEIMADO/RN**

**"ENXU QUEIMADO EXISTS BECAUSE IT PERSISTS": AN ANALYSIS OF SOCIO-TERRITORIAL CONFLICTS IN THE FISHING COMMUNITY OF ENXU QUEIMADO/RN**

Miriam Moura VITAL

Joana Tereza Vaz de MOURA.....122-142

**DIÁLOGOS / Diálogos / Dialogues**

**PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA. Temas, tendências e perspectivas. Diálogo com Janaina Francisca de Souza Campos Vinha**

**PARADIGMAS DE LA GEOGRAFÍA AGRARIA BRASILEIRA. Temas, tendencias y perspectivas. Diálogo con Janaina Francisca de Souza Campos Vinha**

Marcia A. PERTUZ (Org.)

Janaina Francisca de Souza Campos VINHA.....143-155

**RESENHAS / reseñas / Reviews**

**UM INSTRUMENTO NA LUTA PELA ÁGUA**

**UN INSTRUMENTO PARA LA LUCHA POR EL AGUA**

Elisa Mergulhão ESTRONIOLI.....156-157



## POTÊNCIA

Corra atrás do que lhe emociona  
Fique colada onde tem amor  
Nada de romantismo surreal  
Liberdade é sentir calor  
Se ajunte com gente boa  
Que lhe puxe na hora da dor

Não consigo ver outro caminho  
A não ser o da profundidade  
São tantas lembranças na vida  
Cortando o campo e a cidade  
Tanto abraço gostoso  
Tanto sorriso de verdade

Se apegue no que há em nós  
As mulheres são a resistência  
Não tenho dúvida, não tenha!  
Preste atenção na nossa existência  
Por mais dolorosa que seja  
Seguir com outra é sobrevivência

Amo amar as mulheres  
É o meu melhor sentimento  
Não sei ser rasa, nem atoa  
Já vim assim do nascimento  
Mulher que encontra em outras  
A emenda do fortalecimento

Ê maravilhosas!!!  
Bote fé na nossa força junta  
Se sacode e vai em frente  
Vire o mundo de cabeça pra baixo  
Acredite, viva, se movimente  
Por que a ideia aqui é entre nós  
E entre nós, o amor é mais potente!

**Cidinha Oliveira<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Cidinha Oliveira, 41 anos, filha de Neide Oliveira e mãe de Duda, nascida e criada no semiárido sergipano, Poço Verde, atualmente morando na capital Aracaju. Três livros digitais lançados. Mulher negra, feminista antirracista, lésbicema e filha de Iansã.

## A PRODUÇÃO FEMINISTA DO CONHECIMENTO SOBRE O CAMPO NA GEOGRAFIA

### APRESENTAÇÃO

Lara Dalperio BUSCIOLI<sup>1</sup>

Marcia A. PERTUZ<sup>2</sup>

Janaina Francisca de Souza Campos VINHA<sup>3</sup>

Silmara Oliveira Moreira BITENCOURT<sup>4</sup>

O dossiê temático “A produção Feminista do conhecimento sobre o campo na Geografia” surge como uma iniciativa do conjunto de mulheres que integram o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA - Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios, cuja preocupação foi abrir e conformar espaços em que as mulheres possam debater, dialogar e divulgar seus saberes, com a garantia de serem ouvidas e respeitadas.

Com este primeiro volume, atendemos à crítica coletiva do apagamento que temos enfrentado na história da sociedade e da Geografia, em particular no campo de estudos da Geografia Agrária no Brasil e na América Latina e Caribe. Reconhecemos que o esforço realizado entre nós, editoras e companheiras, junto às autoras, corresponde ao movimento que vem tomando força nos ativismos e militância acadêmica e popular que intentam romper, cada vez mais, com o pensamento colonial-racista-patriarcal que nega e inválida a relevância das experiências, práticas e conhecimentos femininos e feministas, das corporalidades racializadas e sexualizadas e de todas as expressões que não correspondem às hegemonias heteronormativas.

Frente à extensa produção androcêntrica e branca da Geografia Agrária Brasileira, buscamos construir nesta, *gretas* para a produção feminista sobre/no campo, questionando acerca de: Onde estão estas mulheres? O que estão pensando na Geografia? Quem são e como

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - (FCT UNESP), Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2019/16813-7. Pesquisadora da Rede Dataluta. Email: [lara.buscioli@unesp.br](mailto:lara.buscioli@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9741-6883>

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - (FCT UNESP), Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2019/27196-9. Email: [marcearteaga1982@gmail.com](mailto:marcearteaga1982@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1961-0541>

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Departamento de Geografia. Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). Pesquisadora da Rede Dataluta. Email: [janaina.vinha@uftm.edu.br](mailto:janaina.vinha@uftm.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8763-4465>

<sup>4</sup> Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - (FCT UNESP), Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2021/01632-7. Pesquisadora da Rede Dataluta. Email: [moreira.sillmara@gmail.com](mailto:moreira.sillmara@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9961-7868>.

suas identidades de classe, raça e gênero delineiam seus trabalhos e pesquisas? Quais são os temas urgentes num contexto de violências patriarcais e raciais, bases da exploração do sistema de acumulação capitalista? Por que estes temas se encontram nas fronteiras e nas margens do conhecimento?

Neste contexto, nos interessamos pelas práticas que estão sendo costuradas no campo por mulheres camponesas, *sem terra*, assentadas, pescadoras, indígenas e quilombolas entre outras identidades, para enfrentar o avanço dos projetos capitalistas e neoextrativistas em seus territórios. O que nos leva a uma questão mais complexa: Quais são as articulações entre a realidade que vivenciam as mulheres do campo e os territórios tradicionais com as hegemonias da produção acadêmica? Como podemos explicar que, apesar de estarem no centro da reprodução e produção de suas comunidades e na linha de frente das lutas, da defesa da vida, da terra, da água e do território, representam, ainda, um número reduzido de trabalhos?

Motivadas por estas questões, pelos problemas que nos identificam enquanto mulheres, pelos pontos de encontro entre nossas identidades diversas, pelas redes e laços de afetos construídos nos anos em que temos caminhado juntas, iniciamos essa empreitada em 2020 no contexto pandêmico da Covid-19, ou seja, foram três anos de trabalho para oferecer o conjunto de textos que integram esta publicação. Nossas vidas - das autoras e editoras- foram atravessadas pelas perdas de familiares e seres queridos, pela maternidade, pela fragilização de nossa saúde física e mental e pela impossibilidade de gozar amplamente de tempos próprios - dada a sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo nas nossas organizações, universidades e em nossas famílias, ao qual tentamos responder com solidariedade e compreensão. Consideramos em todo esse processo muito as implicações político-afetivas de construir e socializar saberes e produções “acadêmicas” em *clave* feminina/feminista.

Ao construir a proposta inicial enfrentamos o primeiro desafio: qual seria o espaço de divulgação para uma publicação como esta? Consideramos algumas das revistas vinculadas à Rede DATALUTA e que constituem importantes plataformas para a circulação dos debates dos estudos agrários do país e da América Latina, contudo, enfrentamos uma barreira. Vimos, por imposição, que debates importantes foram mantidos, estrategicamente, às margens da produção acadêmica hegemônica. Isso não nos deteve, e o corpo editorial da revista *Geografia em Questão* abriu-nos as portas; um gesto de solidariedade que queremos agradecer. Não por isso estamos descontentes, nos *complace* estar na *orilla* (fronteira), pois mais do que disputar, buscamos construir espaços para nomeá-los e considerá-los efetivamente como nossos, nos

quais tenhamos a liberdade e autonomia de falar e criar ‘outras’ formas-representações femininas, não heteronormativas, indígenas e pretas da experiência da luta comum.

É por isso que nesse dossiê transitaram relatos, poesias, cordéis, ilustrações, fotografias, artigos acadêmicos e resenhas, que recolhem algumas experiências tanto de militância como de pesquisa de nossas companheiras. Neste primeiro volume, decidimos convidar as mulheres que integram os grupos da Rede e a companheiras com as quais compartilhamos espaços de reflexões conjuntas, assim como companheiras organizadas que nos presenteiam com a partilha de expressões ‘outras’ de suas práticas emancipatórias. Apresentamos formas de sentir e pensar os territórios, desde distintas realidades, que nos conectam com mulheres da Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo; com trajetórias como educadoras populares, feministas camponesas populares e comunitárias, sem-terra, pretas, indígenas, nas lutas juvenis, contra o racismo, frente a espoliação de seus territórios, contra a mercantilização da terra, da água e dos bens comuns.

Abrimos esta publicação com a capa organizada pela pesquisadora Aline Albuquerque Jorge a partir dos registros fotográficos de companheiras da Rede DATALUTA que tinham como o intuito visibilizar os trabalhos de campo realizados. Há também, de autoria de uma de nossas convidadas especiais, Cidinha Oliveira, sergipana, mulher negra, feminista antirracista e lésbica, que nos permite, através da poesia, conectar com as possibilidades de viver em movimento e construir resistências entre mulheres.

Apresentamos textos em formato livres, ilustrações e fotografias, dialogando com os textos acadêmicos. Através do relato “*Mulheres e a Quebra das Correntes*”, Rosmeri Witcel, mulher sem-terra, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e educadora popular, oriunda de Rio Grande do Sul, assistimos uma das Jornadas do 8 de Março mais emblemáticas para a luta anticapitalista e antipatriarcal organizada e realizada pelas mulheres do movimento; adverte-nos sobre a necessidade de enfrentar todas as formas de violência que garantem a reprodução do latifúndio no campo, assim como a iminência de transformar as relações doentes que materializam o *nó* constituído pelo patriarcado-racismo-capitalismo; também aborda as possibilidades concretas de transformação que resultam dos afetos, da escuta e de identidade coletiva construídas no caminho da luta comum.

E, para nos fazer refletir sobre o impacto das estruturas patriarcais e racistas na vida das mulheres negras, da juventude e periferia, Esther Maria Pacheco, estudante de Geografia e militante da Consulta Popular, nos sacode com “*Preta o Suficiente*”, uma poesia crua e bela, cuja composição, como ela mesma conta, “diz muito a respeito de minha vivência enquanto



mulher negra de pele clara, e como o racismo atravessou e atravessa no cotidiano e nos espaços que frequentei durante a vida; para além disso, o poema me ajuda a colocar as indignações para fora e gritar, de alguma maneira, sobre as injustiças que vivemos historicamente, mas também as potências que nós temos construído ao longo de nossa história”.

No contexto das produções no campo do debate científico-geográfico foram desenvolvidos seis artigos que buscaram compreender e problematizar algumas questões estruturantes que avançam no debate de gênero em diferentes espaços e territórios.

O primeiro texto *“Geografias feministas, academia e militância: reflexões sobre a experiência do Coletivo de Mulheres da Rede Dataluta no Brasil”* de autoria das geógrafas organizadoras desse dossiê, Silmara Bitencourt, Lara Buscioli, Janaina Vinha e Márcia Pertuz, realiza uma reflexão a respeito das problemáticas que envolvem a vida das mulheres e os principais desafios enfrentados nos espaços acadêmicos e de militância, tendo como recorte o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA.

O segundo trabalho intitulado *“Processos de resistência das mulheres Guarani e Kaiowá pela reprodução da vida diante da violência sistemática do Estado e do agronegócio: contra e para além dos cercos do patriarcado-colonial-capitalista”*, redigido pela pesquisadora Guarani Nhandeva e doutora em geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, Beatriz Vera; pela Gislaine Monfort, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados; e pela etnobióloga Laura Gislotti, doutora em Biologia animal pela Universidade Estadual de Campinas. O artigo tem como principal objetivo analisar as conflitualidades, resistências, violências e impactos da atuação do Estado e do neoextrativismo nos territórios indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, tendo como foco compreender a luta pela reprodução da vida e pelo território através das mulheres que historicamente resistem criando novas formas de lutas.

O terceiro artigo foi escrito pelas companheiras Aline Motter Schmitz e Caroline Tapia Bueno, ambas doutoras em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão no estado do Paraná e integrantes do Grupo de pesquisa Corpo, Gênero e Diversidade, vinculado à mesma universidade. O artigo tem como título *“Diálogos entre as Pesquisas Geográficas e o Conceito de Patriarcado”* e busca compreender o conceito de patriarcado através de Saffioti, Lerner e Federici, bem como a sua utilização nas pesquisas Na ciência geográfica por meio das teses e dissertações registradas no Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. As autoras buscaram problematizar os estruturantes que envolvem o debate de gênero e o patriarcado, e

analisou que, no campo das publicações, a influência do patriarcado na vida das mulheres pesquisadas eram evidentes, explicitando elementos da invisibilidade do trabalho feminino em diferentes espaços.

O quarto trabalho foi redigido pela militante da Consulta Popular, Jane Rosa da Silva, integrante do Centro de Estudos da Geografia do Trabalho e Mestra em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente. Seu artigo, “*Dia Internacional das Mulheres: O Movimento Feminista e a Produção da Escala Geográfica no #8M*”, debateu a importância e o significado do Dia Internacional das Mulheres enquanto luta estratégica de resistência dos movimentos feministas, com o objetivo analisar a multiescalaridade das ações, as origens e as pautas de lutas envoltas no ano de 2017 dessas mulheres organizadas.

O quinto artigo intitulado “*O Protagonismo das Mulheres nas Denúncias dos Usos e Abusos de Venenos: Ecofeminismo, e Outras Relações com a Natureza*”, foi desenvolvido pela pesquisadora Daniela Ferarrez Valério, mestranda em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente. O trabalho problematizou questões estruturantes que permeiam os debates do patriarcado, dos agrotóxicos e do ecofeminismo, explicitando a invisibilidade das mulheres na comunidade científica, principalmente os estudos que envolvem a problemática do uso de agrotóxicos e as ações de resistências das mulheres. Neste contexto, a pesquisadora apresenta uma leitura ampla e histórica sobre o tema, vinculando à autoras como Raquel Carson, Vandana Shiva, Raquel Rigotto e Larissa Bombardi.

O último trabalho apresentado foi escrito pelas autoras Miriam Moura Vital e Joana Tereza Vaz de Moura, ambas membras da Rede DATALUTA e do Laboratório de Estudos Rurais. A primeira é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e integrante do Laboratório de Estudos Rurais da mesma instituição. Já a segunda é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-doutora em Sociologia pela New York University. O trabalho das companheiras foi intitulado “*Enxu Queimado Existe Porque Persiste*”: *Uma Análise dos Conflitos Socioterritoriais na Comunidade Pesqueira de Enxu Queimado/RN*”, e analisou as ações de resistências dos moradores da comunidade pesqueira contra a perda de seu território apropriado e vivido, compreendendo a importância da organização das mulheres na disputa entre os modelos de desenvolvimento pautados por distintas lógicas.

Finalmente, divulgamos os trabalhos de Dalila Alves Calisto e Janaina Francisca de Souza Campos Vinha e seus livros lançados recentemente no Brasil, apresentados em dois formatos. No primeiro texto, “*Um Instrumento Na Luta Pela Água*”, a resenha escrita por Elisa Mergulhão Estronioli, integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e companheira de luta de Dalila Alves Calisto, apresenta os elementos centrais do livro “*Mercantilização da água: análise da privatização do saneamento de Teresina (PI)*” para pensarmos as implicações da mercantilização da vida como estratégia do Capital. Elisa alerta os aportes da pesquisa militante como um “subsídio para qualificar a luta das organizações populares em defesa dos bens comuns”.

O segundo texto, denominado “*Paradigmas da Geografia Agrária Brasileira temas, tendências e perspectivas: Diálogo com Janaina Francisca de Souza Campos Vinha*”, nos permite ter uma visão mais íntima da caminhada dessa geógrafa e do processo de construção de sua obra, a qual traz um panorama das principais temáticas que têm ocupado os estudos da Geografia Agrária Brasileira nos últimos anos; um diálogo, mediado por Marcia A. Pertuz e pela coautora do livro, ainda que não possa ser chamada de entrevista, foi pautada numa troca dialógica entre companheiras, com a qual encerramos este dossiê para reiterar a importância do reconhecimento do trabalho tecido entre nós mulheres e a potência que existe na partilha e na troca entre nós.

Sem mais, para além de nosso desejo de que este primeiro volume possa contribuir com a atividade militante, acadêmica e popular, assim como no avanço para mais espaços deste tipo no interior da Geografia e nos estudos agrários, destacamos o aprendizado e a satisfação que este trabalho conjunto nos deixa; impulsionadas pelo motor da esperança perante as estruturas desiguais sobre a qual continuam sendo reproduzidos o colonialismo, o patriarcado, o racismo, LGBTQIA+fobia e o capitalismo nas nossas vidas e ao interior das nossas instituições, reivindicamos a consigna “*Cultivar afetos, derrotar as violências!*”<sup>5</sup>, no campo, na cidade e nas universidades.

*Desejamos uma boa leitura!*

---

<sup>5</sup> Consigna derivada da campanha das Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “Mulheres Sem Terra: contra os vírus e as violências” que surge como estratégia no marco da pandemia da Covid-19 no ano de 2020.

**GEOGRAFIAS FEMINISTAS, ACADEMIA E MILITÂNCIA:  
REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DE MULHERES DA  
REDE DATALUTA NO BRASIL**

**GEOGRAFÍAS FEMINISTAS, ACADEMIA Y MILITANCIA:  
REFLEXIONES SOBRE LA EXPERIENCIA EN EL COLECTIVO DE MUJERES  
DE LA RED DATALUTA EN BRASIL**

Silmara Oliveira Moreira BITENCOURT<sup>1</sup>  
Lara Dalperio BUSCIOLI<sup>2</sup>  
Janaina Francisca de Souza Campos VINHA<sup>3</sup>  
Marcia A. PERTUZ<sup>4</sup>

**Resumo:** O coletivo de Mulheres da Rede Dataluta no Brasil nasce como expressão da necessidade de repensarmos tanto os espaços nos quais se faz e constrói geografia (agrária), bem como as estruturas sociais que estão postas e que atravessam a vida das mulheres, inclusive nos espaços acadêmicos. Nesse texto, apontamos os principais desafios que enfrentamos nos contextos em que vivemos, a partir da revisão bibliográfica e compilação de informações via formulário eletrônico. Com uma trajetória conjunta, também compartilhamos as experiências nas quais vivenciamos as violências, as opressões, a misoginia, o androcentrismo e o machismo nas universidades e nas nossas áreas de atuação. Muitas de nós, pesquisadoras, estudantes, professoras, mães ou cuidadoras, temos visto a tríade do patriarcado-racismo-capitalismo. Com o tempo, temos vislumbrando o refúgio numa *praxis* feminista que se preocupa com os cuidados coletivos entre nós mulheres e nossas corporalidades racializadas e sexualizadas, encontrando possibilidades de transformação na auto-organização e militância.

**Palavras-chave:** Mulheres; Trabalho, Cuidado; Geografia Agrária; DATALUTA.

**Resumen:** El colectivo de Mujeres de la Red Dataluta en Brasil, nace como expresión de la necesidad de repensarnos tanto los espacios en los que se hace y construye geografía (agraria), así como, las estructuras sociales impuestas y que atraviesan la vida de las mujeres, inclusive en los espacios académicos. Este texto recoge los principales desafíos que enfrentamos como mujeres en los contextos en que vivimos, a partir de la revisión bibliográfica y recopilación de informaciones por medio de un formulario electrónico. Con una trayectoria conjunta, nos propusimos compartir las experiencias en que hemos vivenciado las violencias, misoginia, el androcentrismo y el machismo en las universidades y en nuestras áreas de acción. Muchas de nosotras, siendo investigadoras, estudiantes o profesoras madres y cuidadoras, hemos visto materializar en nuestras vidas la traída patriarcado-racismo-capitalismo. Con

<sup>1</sup>Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2021/01632-7. Pesquisadora da Rede DATALUTA. E-mail: [moreira.sillmara@gmail.com](mailto:moreira.sillmara@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9961-7868>.

<sup>2</sup>Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2019/16813-7. E-mail: [lara.buscioli@unesp.br](mailto:lara.buscioli@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9741-6883>

<sup>3</sup>Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Departamento de Geografia. Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). Pesquisadora da Rede DATALUTA. E-mail: [janaina.vinha@uftm.edu.br](mailto:janaina.vinha@uftm.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8763-4465>

<sup>4</sup>Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2019/27196-9. E-mail: [marcearteaga1982@gmail.com](mailto:marcearteaga1982@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1961-0541>



el tiempo hemos vislumbrando un refugio en una praxis feminista que se preocupa con los cuidados colectivos entre nosotras mujeres y nuestras corporalidades racializadas y sexualizadas; encontramos posibilidades de transformación en la auto-organización y militancia.

**Palabras clave:** Mujeres; Trabajo; Cuidado; Geografía Agraria; DATALUTA.

## Introdução

Durante nossa trajetória na Geografia, enquanto mulheres, temos vivenciado em nosso próprio corpo as desigualdades e imposições derivadas de um modelo dominante definido pela leitura eurocêntrica e androcêntrica da realidade que desconsiderou, por séculos, as relações de gênero (COUTINHO, 2020). No Brasil, para além da reprodução desses valores, temos observado como o racismo se constitui como outro demarcador dos espaços de produção e socialização do conhecimento, tendo também efeitos na epistemologia da geografia, constituída eminentemente, na sua origem, como uma “ciência branca” (MARÇAL, FERREIRA, FRANCISCO DE SOUZA, 2020).

No país, com a configuração teórico-epistemológica da Geografia Agrária, abriu-se caminho para a militância acadêmica e a construção de pontes entre os movimentos e as organizações populares com a própria academia, ratificando o compromisso político com a transformação das relações de opressão, domínio e controle, definidas e definidoras do modelo de produção capitalista e todas suas expressões violentas (VINHA, 2021). Contudo, com o predomínio de uma leitura de classe, se abandonou, quase por completo, a crítica às relações patriarcais e racistas.

É a partir da década de 1990, que categorias como gênero, raça e sexualidade foram parte das preocupações da disciplina (NUNES, et. al, 2018). Ainda que esses temas venham sendo incorporados e tenham ocupado mais espaços recentemente, continuam sendo forçados ao confinamento e às margens, inclusive nos estudos agrários críticos, cuja tradição está profundamente vinculada ao marxismo. Os importantes avanços realizados pelo feminismo marxista e a incorporação de seus debates no mundo do trabalho, especificamente nos espaços que revelam as contradições entre o agronegócio e o campesinado atreladas às relações de gênero (FRANCO-GARCÍA, 2004, 2017), até hoje, estão fadados ao desconhecimento - dadas as formas hierarquizadas em que se (re)produz o pensamento da Geografia Agrária brasileira.

Essas formas hierarquizadas também resultaram na expulsão das mulheres dessa corrente de estudo, assim como da própria disciplina. Tal expulsão é expressão do que acontece na ciência no seu conjunto, que, como indica Diana Maffia (2007) tem:

“[...] um duplo resultado: impedir a nossa participação nas comunidades epistêmicas que constituem e legitimam o conhecimento e, expulsar as qualidades consideradas como ‘femininas’ de tal construção e legitimação, e inclusive considerá-las como obstáculos. Não só as mulheres, têm ficado fora destas comunidades. Muitas masculinidades subalternas pela subjetividade hegemônica também foram expulsas (MAFFÍA, 2005a)” (MAFFIA, 2007, p. 64, tradução livre).

Mulheres e sujeitos com masculinidades não hegemônicas, sexualidades não heteronormativas e racializados, que se interessam pelos estudos agrários críticos, enfrentam a tarefa histórica de ocupar estes espaços e abrir *fissuras* nas comunidades brancas e masculinizadas. Essas comunidades manifestam uma visão de mundo androcêntrica e colonizada, reproduzida não só na forma em que se pensam e analisam as relações do campo, mas nas relações de poder que se constroem no interior dos espaços acadêmicos. Mesmo no campo dos estudos descoloniais que se dedicam aos conflitos agrários e a luta pelos territórios travada pelos povos tradicionais, a geografia continua reproduzindo-se como uma disciplina masculinizada.

Assim, apesar da abertura às leituras feministas, o avanço destas linhas temáticas nos estudos, pesquisas, disciplinas ou programas acadêmicos ainda é tímido. Mesmo assim, com a prática e militância, temos conquistado avanços significativos, com a criação, por exemplo, de movimentos e coletivos de mulheres e feministas no interior das universidades, bem como a conformação de grupos de estudos/pesquisa de gênero e raciais que se dedicam à análise da configuração territorial e espacial.

Contrariando algumas premissas equivocadas, as quais entendem que não existem possibilidades de uma leitura feminista sobre a questão agrária do país e da própria América Latina e Caribe, os estudos que se inclinam às questões de gênero, étnico-raciais, das sexualidades e dos corpos, como escala territorial e espacial, vem construindo diálogos com base no questionamento do patriarcado e do capitalismo. Todavia, como veremos ao longo desse dossiê, é a experiência o ponto de partida principal que nos reúne e identifica para debatermos essa temática.

É por isso que o presente texto tem como objetivo refletir a realidade vivida pelas mulheres e os principais desafios nos espaços acadêmicos, de maneira particular, àquelas que compõem o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA - Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios.

Para atingirmos tais objetivos, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica dos principais temas do trabalho e levantamento de informações, através do preenchimento de formulário eletrônico *Google Forms*. Com a finalidade de categorizar as informações, após análise dos formulários, construímos, através de planilha do *Microsoft Excel*, uma tabulação dos dados, agrupando-os em temas gerais, para então representá-los de acordo com a intensidade que apareceram.

O texto está organizado em três eixos centrais. Inicialmente, em “A construção Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA”, apresentamos o histórico da constituição desse coletivo, procurando abordar as contradições e resistências que permeiam a sua formação, bem como as estruturas sociais que postas e que atravessam a vida das mulheres, inclusive no espaço acadêmico.

No tópico “Entre companheiras, nós somos!” analisamos os dados e depoimentos obtidos sobre a realidade vivida pelas mulheres que compõem o Coletivo nos diferentes espaços de atuação acadêmica e militância, além de apresentar um panorama geral dos principais desafios que essas mulheres encontram na sua atuação enquanto estudantes, pesquisadoras, profissionais, militantes, mães e cuidadoras.

Nas considerações finais, denominada “O que fazer frente aos desafios permanentes? Companheiras, de mãos dadas, seguimos!”, apontamos as perspectivas futuras do Coletivo e como estamos avançando nos debates fundamentais sobre mulher/gênero nos espaços acadêmicos, na perspectiva de superar o machismo, o racismo e o patriarcado.

### **A construção Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA**

O Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA atualmente é composto por mulheres de várias regiões do Brasil que atuam como: pesquisadoras-militantes, militantes-pesquisadoras, pesquisadoras em universidades estaduais, federais e também em outros países da América Latina, como a Argentina. Atuamos nas ciências humanas de maneira interdisciplinar e nos dedicamos, dentre outras temáticas, ao estudo da Questão Agrária. Estamos em diferentes

estágios da formação acadêmica, abrangendo tanto mulheres que estão em fase de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, quanto as que concluíram sua formação acadêmica e que já atuam junto ao ensino, pesquisa e extensão como professoras universitárias. Além de estarmos organizadas coletivamente dentro dos espaços de pesquisa das universidades, muitas de nós atuamos também como militantes de movimentos estudantis, de luta pela terra, movimentos urbanos, de luta contra os agrotóxicos, indígenas, movimentos feministas, Redes, Coletivos, Fóruns, Frentes, Observatórios, Associações, dentre outros.

Nosso Coletivo surgiu oficialmente em 2020, em plena pandemia de Covid-19. Num momento em que a vida exigia cuidados e onde o tempo atravessou outros ritmos e compassos, foi possível parar para ouvir, olhar, refletir e avaliar, com mais sensibilidade, nosso papel diante de uma Rede - considerada referência nacional junto aos de estudos e pesquisas sobre a questão agrária.

Nos permitimos, ainda que num contexto de grande preocupação mundial, pensar nos desafios que precisavam ser enfrentados e nos rumos das nossas ações. Estava em nosso horizonte a construção de discursos e práticas feministas, elemento estratégico para superar a base patriarcal e machista que alicerça nossa sociedade, aliado às realidades e identidades das Mulheres do Coletivo: mães, militantes, camponesas e da comunidade LGBTQIAPN+.

Ainda que 2020 seja o marco inicial, já havia aproximação entre as mulheres e até mesmo uma certa articulação, já que todos os anos, durante os Encontros Nacionais da Rede DATALUTA, era possível se reunir e tecer novas tramas para a conformação futura do que seria o nosso coletivo. Essa aproximação manifestava-se em inúmeras situações, em especial naquelas que envolviam questionamentos e repúdios acerca das relações abusivas que escancaravam o machismo no interior da Rede. A mais comum orbitava nos relatos feitos pelas companheiras, as quais denunciavam as condições de estudo e trabalho assimétricas em razão do gênero.

Aos poucos, a partir de cada experiência compartilhada nos encontros, continuamos juntas, descobrindo que as problemáticas fazem parte de uma estrutura muito mais complexa, que extrapola a experiência individual de cada uma de nós, e que perpassa o espaço institucional acadêmico. A indignação percorre várias dimensões: a natureza das atribuições desempenhadas nas atividades acadêmicas, as quais, sempre, sobrecarregam as mulheres; a representatividade na mediação e composição das mesas dos eventos; a adoção de referenciais bibliográficos majoritariamente masculinos; a timidez de estudos agrários sobre

gênero, feminismo e patriarcado; a presença do *mansplaining*<sup>5</sup> nos debates e encaminhamentos de propostas e, até mesmo, nas definições dos períodos e horários dos eventos, que, historicamente tem desconsiderado a demanda das mulheres, as quais sempre alertaram seus limites diante da extenuante jornada de trabalho (ALBUQUERQUE JORGE et al, 2022).

É em razão desse histórico que o pensamento de Simone de Beauvoir (2016) ainda se torna atual em pleno século XXI. A desigual e árdua realidade enfrentada é o que nos torna mulheres, ou seja, “não se nasce mulher: torna-se mulher”. Nos tornamos mulheres a cada instante que nossos corpos, mentes e atitudes são violentadas em diferentes espaços e territórios. Quando sentimos a invalidação de nossa capacidade intelectual, ou mesmo quando nosso corpo é sexualizado devido à condição de gênero; quando sofremos inúmeros momentos de opressão, desrespeito, assédio e silenciamentos discursivos. Nos “fazemos” mulheres quando sentimos a solidão de um pedido ou de um posicionamento adotado numa reunião de pesquisa ou trabalho sobre uma demanda que tente conciliar nossas incontáveis tarefas, ou mesmo pela incompreensão dos colegas frente à nossa exaustão com as demandas do trabalho produtivo e reprodutivo (FEDERICI, 2017; MIES, 2019).

Mas, também nos “fazemos” mulheres quando encampamos o Coletivo de Mulheres. Entendemos a urgência e a necessidade de avançar no debate sobre o feminismo e, como dito, em 2020, no XIV Encontro da Rede DATALUTA, inaugurou-se um espaço de fortalecimento, reconhecimento, participação, autonomia e acolhimento, ou seja, um espaço auto-organizado pelas mulheres. Neste espaço, buscamos dialogar, em primeiro lugar, sobre as realidades vivenciadas por cada companheira, constituindo um momento importante de depoimentos e análises de conjunturas de nosso papel enquanto mulheres em diferentes espaços. Em segundo lugar, dialogamos no sentido de construir ações concretas dentro do espaço acadêmico que nos proporcionasse a consolidação do nosso Coletivo, criando cronogramas, agendas, ações e atividades que envolviam participação em eventos, pesquisas militantes e publicações científicas.

Algumas estratégias foram traçadas, dentre elas, a proposta deste Dossiê. Embora aprovada pela Rede DATALUTA, o projeto não foi aceito em 2020 pelos editores do periódico escolhido na ocasião, fato que culminou em novas discussões e no próprio fortalecimento do

---

<sup>5</sup>Comportamento caracterizado pela ação de um homem em explicar algo de maneira simplista para uma mulher, geralmente em um tópico que ela domina e tem experiência (SOLNIT, 2014).

Coletivo, que entendeu a recusa como um elemento motivador para a continuidade do projeto e da existência do próprio grupo.

Como um dos primeiros resultados dos nossos desconfortos durante o contexto de pandemia e das resistências vividas por outras companheiras que acompanhamos no *fazer* acadêmico e na militância, em 2022, trabalhamos juntas e publicamos o primeiro texto escrito por várias *mãos*, no qual apresentamos uma discussão sobre as ações das mulheres ligadas aos movimentos socioterritoriais durante o período do Covid-19 (JORGE *et al*, 2022).

Partindo dessa trajetória recente, mas vigorosa e potente, é que observamos a necessidade da construção de estudos que centralizem os feminismos e as estruturas patriarcais que ainda perduram. Assim, o presente dossiê foi dirigido a todas as mulheres da comunidade acadêmica, coletivos e movimentos mistos ou de mulheres que agreguem à construção da leitura popular, geográfica e das ciências humanas e sociais. Lançamos um projeto coletivo sobre a produção feminista do conhecimento e dos espaços-territórios do campo. Essa produção inclui práticas que reconhecem e legitimam o trabalho das mulheres dentro e fora dos espaços acadêmicos. Partimos da compreensão de que o trabalho das mulheres é fundamental na produção e reprodução da vida na sociedade atual, fazendo-se necessária uma leitura interseccional a partir de questões como gênero, raça e classe.

É um convite para dialogar em torno dos temas centrais que têm ocupado as pesquisas de mulheres, concentrados nos eixos *Movimentos Socioespaciais/Socioterritoriais e Ativismos; Patriarcado, Feminismos e questão de gêneros*. Como um projeto que tentou abarcar a diversidade, compreendendo que as atividades acadêmicas ganham mais *vigor* quando se entrecruzam com os saberes e conhecimentos populares, além dos artigos, também comparecem nesse dossiê relatos de experiências, fotografias, resenhas, diálogos, poesias e textos livres. Tais expressões evidenciam as experiências de resistência e luta na defesa da vida, atravessadas pelas distintas identidades de classe, étnico-raciais, gênero e sexualidades e que sustentam o sentir-pensar-produzir territórios no campo brasileiro e latino-americano.

Ao nascer no interior da Rede DATALUTA, nosso Coletivo traz em seu escopo uma visão de mundo baseada numa concepção marxista que centraliza sua leitura na compreensão do espaço agrário a partir das contradições; avançamos na compreensão de que as desigualdades são engendradas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista não só no campo, mas em diferentes espaços, corpos e territórios. Compactuamos com o Paradigma da Questão Agrária (PQA) que compartilha uma visão de mundo edificada na luta de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelos povos do campo, das águas, das florestas e originários,

aproximando-nos de questões que tentam superar o modelo excludente capitalista (CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016). Também, agregamos outras leituras que nos permitem compreender os *entronques* entre as matrizes de opressão colonialismo-racismo-patriarcado e que garantem a permanência da reprodução do capital e seus aprofundamentos (CRUZ-HERNÁNDEZ, 2016, 2020).

No interior da Rede as análises têm se concentrado nos problemas estruturantes do capital, propondo mudanças rumo a um novo modelo de sociedade, pautado na justiça social, no direito de acesso à terra e aos bens comuns. Sua perspectiva exalta camponesas e camponeses como sujeitos ativos na luta, por isso, não se limita à lógica do capital, e sua perspectiva está na transformação, no enfrentamento e na superação, sendo a luta pela terra e a defesa da vida uma luta contra o capital. Contudo, ainda que compartilhem de um paradigma crítico, e que esforços sejam feitos nos coletivos de pensamento, é preciso avançar muito, uma vez que a maioria desses coletivos são compostos, majoritariamente, por homens, apresentando uma estrutura patriarcal e machista que necessita ser superada. Assim, entendemos que junto com o capitalismo, urge que sejam rompidas velhas estruturas, estas emaranhadas numa sociedade conservadora e neoliberal que ainda é repleta de desigualdades de gênero que continuam oprimindo e violentando mulheres no mundo todo.

Não obstante, também é preciso destacar que os estudos sobre o campo ainda emanam uma visão muito restrita dos temas de pesquisa, os quais, quase sempre, invisibilizam e ocultam os espaços construídos pelas mulheres. Por isso, a publicação deste dossiê indica que um movimento de intensa transformação foi iniciado, mas, como parte de um movimento dialético, ainda há muito a ser construído, desconstruído e destruído. Com o Coletivo, fortalecem-se as mulheres desses grupos, mas também tantas outras que se somaram nesse projeto. Constroem-se parcerias, estudos, pesquisas, reuniões, redes de apoio e visões de mundo que buscam humanizar a universidade, um espaço caracterizado pelo mito de uma ciência despojada de ideologia, mergulhada na neutralidade e na imparcialidade, distanciando-se da concretude da realidade. Com isso, também se fortalecem outros espaços, pois ainda que nossas reflexões possam ser encaradas como secundárias, busca-se romper com discursos, práticas, pesquisas e posturas fundadas no patriarcado.

Assim, *fissuras* desse tipo, criadas no interior de espaços acadêmicos e/ou militância, revelam as contradições. Concebidas por muitos como um ruído incômodo num primeiro momento, pouco a pouco, vão sendo encaradas com seriedade e respeito, a partir da desconstrução de ideias e posturas. Desconstrução essa que implica, necessariamente, em

romper com o machismo que oprime, explora e violenta, para construirmos, desde dentro, coletivos de pensamento mais sensíveis, humanos, respeitosos e plurais e que se comprometam a encampar conosco, definitivamente, a luta contra o capitalismo e todas as suas múltiplas expressões de desigualdade. Que não seja uma batalha, apenas, das mulheres, mas de todos os pesquisadores e militantes que compõem nosso coletivo.

Tais lutas trazem muito mais que o avanço acadêmico junto à atividade científica. Os debates feministas estão florescendo e, é claro, impactam decisivamente no cotidiano. Em nosso caso, inicia-se um coletivo que fortalece as pautas feministas e que vem interferindo nas dinâmicas de estudo, pesquisa e trabalho. Tendo como horizonte a emancipação, há um avanço quando: nos fortalecemos e nos encorajamos para falar em espaços onde, em um outro contexto, teríamos muito medo e receio; conseguimos, nos eventos, organizar um período do dia para debater nossas preocupações; organizamos uma publicação; passamos a ter consciência da sociedade patriarcal que vivemos e, em muitos momentos, dizemos *não* diante dos abusos sofridos; um grupo de pesquisa passa a incorporar o tema do feminismo junto aos seus estudos; a partir da nossa luta, pesquisadores homens tomam consciência de suas ações e se propõem a iniciar um processo de desconstrução; conseguimos alterar cronogramas de eventos ou sua hora para uma mãe pesquisadora conseguir participar e dialogar; enfim, quando a luta pela terra também se torna uma luta pela emancipação humana. Se fossemos listar, seriam diversos os avanços, mas ainda preferimos focar nos desafios a serem enfrentados.

### **Entre companheiras, nós somos!**

Somos majoritariamente mães, que precisam conciliar a rotina acadêmica/ profissional com o trabalho de cuidado com os/as filhos/as. Além disso, muitas dessas companheiras possuem outros familiares que são dependentes dos seus cuidados (pais, mães, tios/tias, avós). No dia a dia, algumas de nós contamos com redes de apoio, representadas por instituições públicas e/ou privadas (creches, escolas), amigas, vizinhas, avós, tias/os e profissionais pagos. Neste sentido, observamos que essa rede de apoio é composta, principalmente, por outras mulheres.

Após a realização de um levantamento interno realizado pela equipe organizadora deste dossiê com as mulheres que compõem esse coletivo objetivando entender quais os desafios que as mulheres enfrentam/enfrentaram em suas vidas acadêmicas, conseguimos



compilar um conjunto de situações intrínsecas à estrutura colonial, patriarcal, capitalista e racista em que se fundamenta a sociedade brasileira e que atravessa as nossas vidas (Figura 1).

**Figura 1** - Principais desafios enfrentados na vida acadêmica das Mulheres.



**Fonte:** Levantamento interno - Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA, 2023.

Como podemos observar na figura 1, as duas palavras que apareceram com maior frequência foram *maternidade* e *sobrecarga*. Entendemos que estas estão associadas, já que a demanda do trabalho de cuidado que as mulheres têm se interrelaciona, diretamente, com a necessidade das mesmas desenvolverem suas atividades acadêmicas.

Na análise dos depoimentos apresentados destaca-se a dificuldade de conciliar a maternidade com a vida acadêmica, seja no que diz respeito ao desenvolvimento das pesquisas, seja nas vivências na universidade, como na participação em eventos, viagens, reuniões e intercâmbios. Uma companheira, ao responder sobre quais os principais desafios, escreveu: “Conciliar a maternidade com a vida acadêmica: é impossível conseguir me dedicar exclusivamente à carreira acadêmica” (depoimento livre, 2023). Uma outra apontou: “Ocupar espaços na academia, sendo mulher, porque para nós mulheres ocupar os espaços significa estar muito mais sobrecarregada” (depoimento livre, 2023).

No contexto acadêmico, muitas de nós não consegue garantir uma certa produtividade sem comprometer sua saúde (mental, emocional e física). Para as mulheres que já exercem a

maternidade, a sobrecarga é uma constante, e para aquelas que desejam ser mães, muitas se veem obrigadas a postergar a maternidade diante das poucas ou inexistentes condições necessárias para garantir a sua permanência no ambiente acadêmico.

Obtivemos também relatos de companheiras que precisam desempenhar uma jornada tripla, composta pelas atividades acadêmicas, somadas ao mercado de trabalho e ao trabalho dos cuidados com idosos e/ou crianças. Ao mesmo tempo, precisam lidar com a realidade de invisibilização do seu trabalho pelas entidades financiadoras, orientadores e demais estruturas das universidades que possuem critérios únicos de avaliação, prazos e concessão de benefícios, sem considerar a especificidade em que essas mães estão inseridas.

Outros desafios recorrentes na nossa trajetória são: invalidação da capacidade de execução do trabalho, muitas vezes, aliada ao silenciamento constante; a desvalorização do nosso trabalho; imposições hierárquicas; perseguições; e assédios moral e sexual, além das discriminações sofridas pelas companheiras migrantes. Nesse sentido, as universidades e suas diferentes estruturas não fogem à regra da sociedade em que estamos inseridas, as quais reproduzem o padrão patriarcal-capitalista-racista.

Também na nossa atuação em diferentes coletivos, enfrentamos adversidades. Um dos principais é a auto-organização. Estamos em territórios distantes e lidamos diariamente com múltiplas vivências que nos aproximam enquanto mulheres, profissionais e militantes. Nossa atuação nos coletivos nos fortalece para a luta cotidiana, entretanto, nos encontramos sobrecarregadas em nossas atividades de trabalho e cuidado, o que tem nos privado de tempo para dar continuidade na construção nos espaços de partilha, de agendas de trabalho presenciais e até mesmo nos canais de diálogo virtuais.

Ademais, enfrentamos dificuldades em garantir a nossa participação efetiva nos encontros, debates e espaços coletivos. Para pessoas que são responsáveis pela demanda do cuidado, essa é uma atividade que envolve toda uma estrutura de apoio, seja ela remunerada ou não, que para a maioria de nós mulheres, não é factível. Somam-se a isso as práticas machistas no cotidiano da militância e do trabalho em que não há uma divisão justa das tarefas, ao mesmo tempo em que somos invisibilizadas.

## **O que fazer frente aos desafios permanentes? Companheiras, de mãos dadas, seguimos!**

Enquanto coletivo formado por mulheres que se dedicam à pesquisa acadêmica aliada à uma atuação militante, temos avançado, mesmo que timidamente, em alguns aspectos como: estabelecimento de parcerias com outras companheiras para produção científica; diálogo sobre nossas propostas de pesquisas com a finalidade de ter um olhar científico e crítico a partir da perspectiva das mulheres; construção de espaços seguros, nos quais podemos expor nossas demandas e inquietações; na auto-organização para construção de espaços, nos quais conseguimos divulgar e valorizar nossas pesquisas; na luta para que as ações de outras companheiras que não estão na academia, mas na militância e resistência em diversos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, possam ecoar através de distintas estratégias.

Uma outra frente que avançamos recentemente foi a ampliação do debate sobre gênero no Encontro anual realizado pela Rede Dataluta. Desde a formação do nosso coletivo em 2020, realizamos nossos encontros fechados, nos quais só participavam as mulheres da Rede. Consideramos esses momentos de suma importância para a nossa auto-organização e, também, para o nosso fortalecimento interno. Entretanto, a partir do entendimento de que o debate de gênero precisa ser ampliado, portanto, realizado também com os homens, e da observação das demandas apresentadas coletivamente, em 2023, abrimos o nosso espaço. Realizamos um debate a partir da contribuição com palestras de companheiras militantes que apresentaram seus depoimentos e pesquisas. Essa experiência inaugurou um novo momento do nosso coletivo, no qual conseguimos iniciar um trabalho interno de aprofundamento para a compreensão das estruturas que compõem o debate de gênero na ciência e nas vivências cotidianas. Também, ratificou a importância de aprofundar e colocar em evidência as intersecções de raça, gênero e classe que atravessam a vida das mulheres.

Contudo, ao sermos mulheres de distintos lugares do Brasil e da América Latina e Caribe, pensamos no nosso coletivo como um espaço de atuação que vai além das estruturas acadêmicas e dos coletivos de pensamento aos quais estamos vinculadas. Portanto, seguiremos construindo outras pontes, caminhos e fissuras, para continuar avançando na construção de uma agenda própria e aprofundando cada vez mais nos debates e diálogos que desafiam a lógica patriarcal-colonial das instituições, mas que têm uma grande potência para nos ajudar a pensar o mundo e os problemas estruturais da sociedade em seu conjunto - desde nossas condições particulares de gênero, raça-etnia, classe, sexualidades. Consideramos que essa ampliação

seguirá nos fortalecendo e ensinando a caminhar numa *práxis feminista* que permita transformar as formas hegemônicas de se fazer geografia e (re)produzir saberes.

## Referências

JORGE, A. A.; BUSCIOLI, L. D.; BITENCOURT, S. O. M.; VINHA, J. F. de S. C.; FONSECA, R. O. da; PAULA, L. A. C. de; SILVA, H. C. G. M. da. Movimentos socioterritoriais, mulheres e doação de alimentos no Brasil: as campanhas de solidariedade como resistência durante a pandemia da COVID-19. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 47 Out., p. 179–206, 2022.

BUSCIOLI, L. D. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS):** O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nãnderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária:** Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

CRUZ-HERNÁNDEZ, D. T. En un rincón de la frontera se teje la insurgencia. Territorios encarnados ante la (re)patriarquización. **Ecología Política**, n. 60, p. 16-23, 2020.

CRUZ-HERNÁNDEZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **SOLAR Revista de Filosofía Iberoamericana**, ano. 12, v. 12-1, 2016. ISSN:1816-2924.

DE BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Volume 1. Fatos e Mitos. Trad. Sérgio Millet, 3ra Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira Participações S.A, 2016. pp. 95-158.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRANCO-GARCIA, M. **A luta pela terra sob o enfoque de Gênero:** Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

FRANCO-GARCIA, M. **Sujeitos, feminismos e territórios**. In: Gênero e sexualidade: intersecções necessárias à produção de conhecimentos [Livro eletrônico]/Katemari Diogo da Rosa, Marcio Caetano, Paula Almeida de Castro (organizadores). Campina Grande: Realize Editora, 2017 (80 -94).

MAFFIA, D. Epistemología feminista: La subversión semiótica de las mujeres en la ciencia. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 12, n. 28, jun. 2007.

CIRQUEIRA, D M.; GUIMARÃES, G. F.; SOUZA, L. F. de. Introdução do Caderno Temático “Geografias Negras”. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 3–11, 2020.

MIES, M. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. Madrid: Traficantes de Sueños, Mapas, 2019.

NUNES, J. M.; ORNAT, M. J.; CESAR, T. R. A. de O. C.; JUNIOR, A. B. C. **Corpos e marcadores de desigualdades na análise geográfica: gênero, sexualidade e racialidade**. Em: Carmem Lúcia Costa. Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e gênero. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. [E-book].

SOLNIT, R. **Men explain things to me**. Haymarket Books, 2014.

VINHA, J. F. de S. C. Temas e paradigmas da Geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, Anápolis, v. 17, n. 34, p. 71-86, 2021.

### Sobre as autoras

**Silmara Oliveira Moreira Bitencourt** - Mulher, nordestina, nascida e criada no Semiárido Baiano, filha de camponeses, Mãe, Geógrafa, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente/SP no qual desenvolve pesquisa relacionada com os temas da questão agrária, convivência com o semiárido e movimentos socioterritoriais. Possui Graduação e Mestrado em Geografia, ambos cursados na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Sou militante da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB). Integro o "Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária" (NERA) e a "Rede DATALUTA".

**Lara Dalperio Buscioli** - Mãe de duas crianças e um adolescente, pesquisadora militante atuando no campo da comercialização de alimentos agroecológicos em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Rosana (SP) e participa do Coletivo de mulheres da Rede DATALUTA. Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" em Presidente Prudente (SP) na área de Geografia Agrária com orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Atua desde 2010 no "Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária" (NERA) e na "Rede DATALUTA" desenvolvendo pesquisas de análise conjuntural da Geografia Agrária brasileira correlatas ao processo de estrangeirização de terras, resistências produtivas por meio da agroecologia e seus territórios materiais e imateriais, bem como na luta dos movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas. No ano de 2021 passou a atuar na "Rede Temática de Extensão em Resíduos Sólidos, Soberania Alimentar e Sustentabilidade Socioambiental" (REALSSAM), realizando análises sobre a soberania alimentar e territorial no Pontal do Paranapanema (SP). E em 2023, entrou para o grupo de pesquisa "Ruralidades y Territorios" na Argentina, realizando estudos sobre o campesinato argentino e agroecologia enquanto Estágio de Pesquisa no Exterior pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP) com orientação do professor Raúl Paz.

**Janaina Francisca de Souza Campos Vinha** - Mãe do Benício e do Emiliano, companheira do Tiago, pesquisadora/militante, feminista, nascida e criada em Santos (SP), filha de uma potiguar e de um mineiro, é formada em Geografia pela UNESP, campus Presidente Prudente. Ainda em seu processo formativo, migrou para o interior do Brasil e de lá não saiu mais. Vem se dedicando aos estudos agrários, sobretudo temas que abrangem o pensamento geográfico, movimentos sociais, luta pela terra e reforma agrária. Recentemente, em virtude do reconhecimento de que é necessário cuidar da saúde mental, vem tentando imprimir outros ritmos junto ao trabalho acadêmico e, assim, vem redescobrando os prazeres cotidianos da vida. Faz aula de zumba e adora dançar!

**Marcia A. Pertuz** - Mulher, migrante, geografa feminista e cozinheira. Formada na 'Universidad de Córdoba', Colômbia. Mestre em Geografia pelo programa em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo IPPRI-UNESP. Doutoranda em Geografia pela UNESP- Campus Presidente Prudente, Brasil. Entre junho e novembro de 2023, realizei um estágio de pesquisa doutoral no Programa de Estudios e Intervenciones Feministas no CESMECA-UNICACH, em SCLC Chiapas, México. Me interesso nos estudos agrários, as epistemologias feministas, as violências no campo, os processos de defesa e luta pela vida-terra-territórios e as resistências femininas/feministas da América Latina e o Caribe. Experimento a cozinha como espaço de resistência, troca de afetos e saberes.

## MULHERES E A QUEBRA DAS CORRENTES<sup>1</sup>

Poucas delas sabiam o que de fato ia acontecer naquele amanhecer. O que todas sabiam, é que aquele era um dia de luta das mulheres, porque março ainda não acabou. E sabiam muito bem, que qualquer coisa que houvesse sido planejada pelas camaradas representaria seus desejos, seus sentimentos e sua vontade de permanecerem vivas.

Nós estávamos em 500 mulheres! Na verdade, não, estávamos em muito mais, nós carregávamos em nossos corpos outras tantas mulheres que se misturavam em nosso sangue, em nossa pele, em nosso suor, e nos nossos punhos. Aquelas cujas vidas foram ceifadas pelo fato de serem mulheres. Nós nos tornamos Marielles, Dalvas, Marias e Jocilenes, nos tornamos também nossas avós, nossas mães e tantas meninas que estão desabrochando para a vida. Elas estavam todas ali, gritando em nós, respirando a brisa fresca da madrugada.

Não tínhamos armas, dessas que o presidente do Brasil usa em seus discursos vazios e odiosos para ameaçar pobres, negros, mulheres, crianças nas escolas. Porém, tínhamos as nossas certezas, de que

precisamos lutar para permanecermos vivas, sim, VIVAS, respirando!

O incrível é que mesmo não sabendo exatamente o que viria a acontecer, elas sabiam que aquele lenço de chita, aquele silêncio, em que só se ouvia a respiração uma da outra, era indicativo de algo grandioso, deslumbrante e emocionante e que nos levava para a quebra das correntes.

Sabe por quê? Porque nossa resistência é contra tudo o que fere nossa existência! Por isso, ir sem mesmo saber para onde, sem questionar. Tínhamos claro que nosso caminho poderia ser interrompido, que algo poderia acontecer para nos parar, poderíamos ser atacadas por bandidos, estes que são do estado ou mesmo estes que são pagos para matar. Poderiam nos tirar a vida! Mas desta vez não seria simplesmente pelo fato de sermos mulheres. Agora seria, sim, porque saímos do anonimato, porque ousamos erguer a cabeça e colocar o boné da organização que não se cala diante das injustiças cometidas.

---

<sup>1</sup> Carta Aberta às Mulheres escrita pela autora em 14 de março de 2019.

Eles não nos pararam no caminho, mas logo que chegamos eles vieram. Pensavam em nos intimidar, com suas armas em punho e com a agressividade de machos todo poderosos; pensavam que iríamos correr e nos esconder. Ledo engano desses algozes da morte... Nós, ao som de um chamado, fomos ao encontro deles, afinal, já não tinham mais nada a nos tirar... ou tinham?

“Se ficamos com medo?” Sim, mas como já dissemos, nós éramos muitas, milhares, milhões. Tínhamos os lenços de chita que embelezavam nossos rostos, e nos davam identidade, essa senha que nos torna uma só; estávamos floridas, coloridas, com o nosso belo traje de guerreiras.

Aos poucos a gente se reconhecia, por vezes pelos cabelos de muitas cores e cortes, pelos olhos, pelo jeito de colocar a mão na cintura, pela forma de erguer o punho, e, assim, seguimos aos poucos nos conhecendo e nos reconhecendo, nos cuidando, nos protegendo.

Naquele momento já não se ouvia mais a respiração, porque havia outros sons mais fortes, o som da quebra das correntes nos arrepiava, nos provocava gritos emocionados, como se aquelas correntes que identificavam o latifúndio não fossem só isso, e de fato não eram. É nessa concentração, nesse poder que se

apresentam o tráfico, a exploração, a violência, e a apropriação de nossos corpos, de nossas vidas, de nosso trabalho e do poder de dominação.

Aquelas correntes de fato tão fortes, tão grossas, malditas, pesadas e cruéis tinham que ser quebradas, rompidas, estraçalhadas. O ‘tililim’ do impacto do machado e da marreta na quebra das correntes que nos aprisionam soava como uma música clássica aos nossos ouvidos tão desacostumados a escutar.

Com as trocas de olhares, de abraços, de emoções o grupo foi tomando seus lugares, pegando as ferramentas para a construção dos espaços coletivos para dormir, alimentar, cuidar da saúde, da segurança. Muito rapidamente aquele latifúndio de estuprador de mulheres virou um jardim de histórias, de “causos”, de esperança da conquista da terra, de justiça e de desejos de poder desejar. Eram as chitas que circulavam, que se cruzavam e conspiravam.

Cada uma a seu modo continuava a observar e a se envolver com o nome que carregava no peito. Cada uma recebeu o nome de uma das muitas mulheres violentadas, assediadas, assassinadas neste último período. Em cada canto daquele quadrado ocupado estava rolando um assunto, típico das rodas de diálogos, os



risos e gargalhadas dos causos engraçados que cada uma tem a contar e a socializar.

Todavia, um círculo foi especialmente marcado de muita emoção, partilha, compromisso, camaradagem e respeito, trazendo para uma roda pequenina o sentido de estarmos ali, naquela ocupação, naquelas terras, naquele lugar.

Falávamos naquela roda de mulheres sobre o sentido de carregar em nosso corpo, em nosso peito aqueles nomes de mulheres que nunca vimos, mas estavam dentro de nós, circulando em nossas veias, nossa pele, nossa existência. Pelas estatísticas, durante o tempo que ali estávamos uma mulher já tinha sido assassinada no país. Que dado alarmante: a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil!

Foi quando fixei meu olhar nos olhos meigos e ao mesmo tempo tão fortes daquelas mulheres que ali estavam, e percebi que elas estavam com os olhos banhados de lágrimas. Então, espontaneamente um dedinho lentamente se levantou, e com a voz trêmula disse: “Eu quero falar”, fala companheira! “Quero contar! “Eu não estou carregando o crachá de outra mulher, eu estou carregando a minha história que está guardada no meu pensamento, nos meus pesadelos, nas minhas noites sem dormir. Meu pai

estendeu a cama para me estuprar, e como não aceitei, corri, esperneeí, gritei, me desesperei, ele me deu uma surra tão grande de facão cujas marcas carrego até hoje, olhem aqui..., mas, não acaba aqui. Minha mãezinha com medo do que poderia vir pela frente, aconselhou-me, dizendo: por que você não aceitou minha filha, talvez não teria sido espancada”. E terminou: “meu pai, que DEUS o tenha”.

Nesse momento não tinha como conter as lágrimas, todas tentando falar alguma coisa para confortar e nós fazermos mais fortes, mas o nó da garganta nos impedia. Foi quando em soluços outra segue a prosa abafando o ‘tililim’ da quebra das correntes e começa a falar. “Eu fui violentada dos 5 aos 15 anos de idade pelos meus tios...” Os soluços eram tantos que teve uma pausa para recuperar o fôlego para continuar – “Foi quando aos meus 15 anos, decidi sair de casa, então me casei pensando em me libertar”. Que vida cruel essa das mulheres, né? “No casamento vivi a violência física.” Mais uma pausa para recuperar as forças, e ela então continuou, “Hoje eu não aceito nenhum tipo de violência, às vezes acho que eu sou até violenta para nada me atingir. E por isso estar aqui me faz viva, me sinto capaz de enfrentar e sei que tenho que lutar para que isso se acabe para todas nós.”

As histórias são muitas e o som da quebra das correntes ainda há de soar mais forte e inundar os corações, ainda há de ecoar no grito da terra, dos nossos corpos,

ventres, úteros, pensamentos, peles, falas, olhares... Rumo ao horizonte e ao mais profundo e verdadeiro sentimento de LIBERDADE!

**Rosmeri Witcel<sup>2</sup>**

*MST Brasil, 14 de março de 2019*

---

<sup>2</sup> Militante do MST. Possui graduação em História - MSC - pela Universidade Federal da Paraíba. Especialização em Residência Agrária pela FUP-UNB. Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, pela UNESP, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Psicanalista em formação no ITPH. e-mail: [rosmerienff@gmail.com](mailto:rosmerienff@gmail.com)



Território Guarani Kaiowá- Tekoha Guyraroká (MS). 08.04.2023. Fonte: Arquivo pessoal, Beatriz Vera, Gislaine Monfort, Laura Gisloti.

**PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ PELA REPRODUÇÃO DA VIDA DIANTE DA VIOLÊNCIA SISTEMÁTICA DO ESTADO E DO AGRONEGÓCIO: CONTRA E PARA ALÉM DOS CERCOS DO PATRIARCADO-COLONIAL-CAPITALISTA**

**PROCESSES OF RESISTANCE OF THE GUARANI AND KAIOWÁ WOMEN FOR THE REPRODUCTION OF LIFE IN THE FACE OF SYSTEMATIC VIOLENCE BY THE STATE AND AGRIBUSINESS: AGAINST AND BEYOND THE SIEGES OF PATRIARCHAL-COLONIAL-CAPITALIST**

Beatriz VERA<sup>1</sup>  
Gislaine MONFORT<sup>2</sup>  
Laura GISLOTI<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais abrangente que tem sido desenvolvida pelas autoras, com o objetivo de analisar o processo contemporâneo de tensões, impactos, conflitos e violências resultantes da atuação do Estado e do avanço do neoextrativismo nos territórios indígenas Guarani e Kaiowá, apontando os horizontes de luta e resistência das mulheres diante da expropriação e violência. A pesquisa adotou uma abordagem geográfica e utilizou uma metodologia qualitativa, que incluiu revisão bibliográfica narrativa e diálogo com perspectivas teóricas e políticas construídas pelos movimentos de mulheres originárias, do feminismo comunitário na América Latina, bem como com os feminismos e ecofeminismos. Como parte da metodologia, foi realizado uma análise multitemporal do uso e cobertura do solo no sul de Mato Grosso do Sul entre os períodos de 1990-2020 a fim de investigar o contexto de transformações agrárias e seus impactos nos territórios Guarani e Kaiowá, foi realizada. O foco principal da pesquisa é a luta pelo território e pela reprodução da vida semeada nas práticas cotidianas e nas insurreições das mulheres frente ao modus operandi das políticas de morte do Estado e do neoextrativismo.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Estado De Sítio; Movimento De Mulheres; Povos Indígenas.

**Abstract:** This work is part of a broader research that has been developed by the authors, with the objective of analyzing the contemporary process of tensions, impacts, conflicts and violence resulting from the actions of the State and the advance of neo-extractivism in the Guarani and Kaiowá indigenous territories, pointing out the horizons of struggle and resistance of women in the face of expropriation and violence. The research adopted a geographical approach and used a qualitative methodology, which included a narrative bibliographic review and dialogue with theoretical and political perspectives built by the movements of original women, community feminism in Latin America, as well as with feminisms and ecofeminisms. As part of the methodology, a multi-temporal analysis of land use and land cover in southern Mato Grosso do Sul between the periods 1990-2020 was carried out in order to investigate the

---

<sup>1</sup> Pesquisadora Guarani Nhandeva, graduada no curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu pela Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). Mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: beatrizverapirajui@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestre e graduada em Licenciatura em Geografia pela mesma universidade. Atualmente, atua como professora substituta no curso de Geografia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: gislainecmonfort@gmail.com

<sup>3</sup> Etnobióloga, doutora em Biologia animal pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre pela mesma universidade. Professora adjunta na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) nos cursos de Engenharia Florestal e Agronomia, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET) da Faculdade Intercultural Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: lauragislotti@gmail.com

context of agrarian transformations and their impacts on Guarani and Kaiowá territories. The main focus of the research is the struggle for territory and the reproduction of life sown in the daily practices and insurrections of women in the face of the modus operandi of the State's death policies and neo-extractivism.

**Keywords:** Agribusiness; State Of Siege; Women's Movement; Indigenous Peoples.

## Introdução

O século XXI tem sido marcado por um aumento expressivo da demanda global por terras, o que tem gerado uma nova dinâmica geopolítica de expropriação e de disputas territoriais, contribuindo para a agudização da concentração e financeirização de terras. Esses mecanismos de expropriação estão profundamente enraizados no histórico processo de apropriação capitalista dos territórios e de saque à biodiversidade na América Latina.

A apropriação capitalista, a concentração e a financeirização de terras são fenômenos intimamente relacionados ao ciclo atual de expansão do capital. Essa dinâmica de expansão é preponderantemente territorial e está ligado à ofensiva das novas fronteiras do neoextrativismo e dos grandes empreendimentos associados à esse modelo (SAUER e LEITE, 2012).

A expansão do neoextrativismo como fronteira de acumulação tem como suporte a base exploratória-extrativo-exportadora de *commodities* que são tratadas como ativos financeiros. Essas *commodities* abarcam produtos como soja, milho, cana-de-açúcar, dendê, entre outros monocultivos. Além disso, também englobam os minérios, hidrocarbonetos e seus derivados (SVAMPA, 2019).

Diversas dinâmicas históricas e geográficas estão imbricadas às velhas e novas (e contínuas) ofensivas de expropriação e violência contra os territórios e a vida dos povos originários, sobretudo contra a vida das mulheres originárias. No contexto da luta pela vida, por terra e território, surge uma ofensiva direcionada às mulheres, baseada em um processo de recolonização que incorpora formas patriarcais, racistas e capitalistas de privação, de guerra e violência.

Essa guerra contra a vida das mulheres, fundamentalmente, contra a vida de mulheres indígenas, é alimentada por um conjunto de estratégias de hierarquização e desumanização enraizadas no racismo e no patriarcado capitalista, além de se constituir como uma tática de expropriação com motivação política. Trata-se de crimes e feminicídios cometidos por agentes estatais/empresariais/privados em um contexto de violência fundamentado na misoginia e nas

demandas do capital nacional e transnacional, em benefício de setores oligárquicos (RIVERA CUSICANQUI, 2010; LERMA, 2019; HERNÁNDEZ, 2020).

Este trabalho é resultado de reflexões entre uma pesquisadora Guarani e pesquisadoras não-indígenas e faz parte de uma pesquisa mais abrangente desenvolvida pelas autoras. Ele aborda um conjunto de reflexões sobre o processo contemporâneo de tensões, impactos, conflitos e violências instituídos pelo Estado e pelo avanço do neoextrativismo nos territórios indígenas Guarani e Kaiowá.

Sob o contexto dessas premissas, este trabalho tem como objetivo o objetivo de analisar o processo contemporâneo de tensões, impactos, conflitos e violências resultantes da atuação do Estado e do avanço do neoextrativismo nos territórios indígenas Guarani e Kaiowá, apontando os horizontes de luta e resistência das mulheres diante da expropriação e violência. Com a perspectiva de reflexão os impactos territoriais e socioambientais do neoextrativismo, notadamente a partir da expansão do agronegócio, no sul de Mato Grosso do Sul e a colaboração entre agentes estatais e empresariais nesse processo.

Para isso, adotamos como metodologia uma abordagem qualitativa, utilizando a revisão bibliográfica desde as perspectivas teóricas e políticas construídas pelos movimentos de mulheres originárias e do feminismo comunitário na América Latina em diálogo com os feminismos e ecofeminismos. Realizamos também uma análise multitemporal do uso e cobertura do solo no sul de Mato Grosso do Sul a fim de compreender a complexidade do contexto dos territórios Guarani e Kaiowá.

Essa análise nos permite uma reflexão mais aprofundada sobre as relações de expropriação, violência e degradação ambiental impostas aos territórios indígenas e que impactam diretamente as condições necessárias para a reprodução da vida. Como apontado por Mitidiero Junior e Feliciano (2018, p. 253) um caráter analítico e de denúncia reivindica “que a produção de conhecimento se torne mais radical. Assim sendo, combate-se a naturalização de processos de desterritorialização da vida pelo controle econômico e político dos territórios”.

Na primeira parte do trabalho realizamos uma leitura sobre os novos cercos do neoextrativismo na América Latina, a atuação de agentes estatais e empresarias nessa dinâmica e a intensificação da violência contra as mulheres. Por outro lado, investigamos como os movimentos de mulheres originárias e as produções teóricas de pesquisadoras indígenas, tem fortalecido a denúncia e a luta face à ofensiva contínua da violência patriarcal, do terrorismo de Estado e da política ruralista.

Na segunda parte, compartilhamos uma reflexão e análise sobre o contexto de expansão do agronegócio no sul de Mato Grosso do Sul sob os velhos e novos cercamentos e uma leitura sobre as dimensões dos processos de luta de mulheres Guarani e Kaiowá diante da violência sistemática contra a vida e do saque massivo aos territórios instituído pelo ruralismo e pelo Estado brasileiro. A fim de qualificar o debate, dialogamos com as produções teóricas de pesquisadoras Guarani e Kaiowá que denunciam a violência, expropriação e o contexto de degradação ambiental em seus territórios.

Não obstante, é importante ressaltar a significativa contribuição das teorias e práxis dos movimentos de mulheres na pesquisa sobre a luta por terra e território, por meio da perspectiva da Geografia Agrária. Essa abordagem tem trazido uma compreensão mais abrangente e crítica das relações sociais de sexo, etnia, raça e classe envolvidas na questão agrária, evidenciando as diferentes experiências coletivas, processos de luta e violências vivenciadas por mulheres em diferentes contextos sociais e territoriais.

Aqui é relevante pontuar que as relações sociais de sexo são perpassadas pelo conceito de gênero (apesar de serem distintos) que relacionado às relações de poder patriarcal e às relações estruturantes do ser social, com destaque para a classe social (CISNE, 2014). Como enfatizado pela pesquisadora Mirla Cisne (2014), os movimentos de mulheres são compostos por uma diversidade de perspectivas de luta, no que diz respeito tanto à dimensão teórica quanto à política.

Nesse sentido, Curiel (2009) salienta a importância de compreender a significância dos processos de luta das mulheres, enfatizando a necessidade de construir uma genealogia que reconheça as memórias, as histórias e as trajetórias das mulheres a partir da multiplicidade de povos e de movimentos em luta.

As dimensões de relações sociais de sexo, etnia, raça e classe desempenham um papel crucial na configuração das relações de poder, que são essencialmente relações espaciais de poder (GARCÍA, 2004). Esses elementos condicionam a maneira como as pessoas experimentam o mundo, interagem com outros sujeitos e enfrentam oportunidades que lhes são concedidas ou negadas. É por meio dessas interseções que se revelam as complexidades e desigualdades presentes nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas relacionadas à apropriação de terras e aos conflitos territoriais.



**Neoextrativismo, terrorismo de Estado e a violência contra as mulheres: uma guerra patriarcal-capitalista**

A contínua guerra contra a vida das mulheres e os cercos de expropriação e saque contra os territórios, nos leva a refletir sobre as interligações entre o neoextrativismo, o surgimento de megaprojetos extrativos no novo ciclo do capital e o agravamento da violência física, simbólica e psíquica.

O regime neoextrativista é caracterizado como uma dinâmica econômica de mono-produção que se apoia na expansão do capital extrativo. Se constitui como um modelo que não responde às necessidades e urgências locais, ao mesmo tempo em que desarticula territórios, economias de autossustento e formas autônomas de apropriação, gestão e manejo da biodiversidade (TRUJILLO, 2020).

Esse regime de mono-produção intensifica o processo que foi denominado por Mies (2019) de redefinição estrutural entre produção e reprodução. As análises de pesquisadoras como Mies (2019) e outras mulheres sobre a reprodução social proporcionaram uma concepção prática e teórica crítica do trabalho, considerando suas diversas dimensões generificadas, racializadas e sexualizadas. Outra dimensão imprescindível é a reflexão sobre como a violência estrutural e o contexto de apagamento histórico contra a produção comunitária praticada por diversos povos na Ásia, África e América Latina relaciona-se diretamente à violência contra as mulheres. Portanto, não podemos abordar a luta por terra e território e em defesa de bens comuns na contemporaneidade sem compreender criticamente os antigos e novos cercamentos (MIES, 2019).

A análise sobre a reprodução tem fortalecido um campo de reflexão importante como um debate emergente de diversos movimentos de mulheres. Em alguns casos em conexão com o debate internacional sobre o trabalho doméstico, e em outros casos a partir da retomada do debate sobre reprodução da vida associados às lutas das mulheres originárias e de povos tradicionais no Sul Global.

Essa ofensiva representa um processo de patriarcalização do espaço e recolonização dos corpos femininos, que se atualiza por meio da negação da vida e da desumanização (GARCÍA-TORRES et al., 2018). Nessa perspectiva, Larissa Bombardi (2017) levanta um debate sobre como na conjuntura atual de mundialização da agricultura capitalista e de expansão dos monocultivos, a Terra (com T maiúsculo) está sendo arquetipicamente masculinizada:



Está sendo, portanto, masculinizada na medida em que o alimento, neste mecanismo de reprodução ampliada do capital, está sendo transformado diretamente em *commodities*, em alimento para outras *commodities* (aves e suínos, por exemplo) e também em energia. (...). Ocorre que vivencia-se, na atualidade, um momento ímpar de expansão das culturas capitalistas, particularmente das *commodities* e dos cultivos voltados para produção de energia. E, neste sentido, a terra, este bem comum, atende à demanda do capital, mas não atende à demanda humana. No caminho oposto ao da esterilização da (T)terra está o caso da agricultura camponesa, da resistência camponesa, das agriculturas indígenas e quilombola no Brasil, assim como as mais diversas práticas campesinas e indígenas pelo mundo afora (BOMBARDI, 2017, p. 20)

A violência como um processo social multifacetado manifesta-se no cotidiano e nos contextos territoriais de modos distintos impactando diferentes dimensões das condições necessárias para a reprodução da vida. Enquanto um processo social fundamentado na guerra sistemática, a violência é amiúde utilizada como instrumento operacional do patriarcado capitalista e do Estado instituída em diferentes intensidades. O Estado, nesse sentido, é caracterizado como monológico e falocêntrico, retratando um "sujeito único" (RIVERA CUSICANQUI, 2010).

A guerra desempenha um papel central como um mecanismo de domínio. Embora muitas vezes seja retratada como situações desarticuladas e excepcionais, na realidade, é uma estratégia de contra insurgência utilizada pelo Estado. Por trás das aparências desarticuladas, persiste um pacto político do ruralismo e do projeto neoextrativista contra a vida (TRUJILLO, 2020). Essa guerra, não impacta (direta e indiretamente) da mesma forma os distintos setores que compõem a sociedade (MARTÍN-BARÓ, 1985).

Em diálogo com a Psicologia Política, destacamos a perspectiva de Martín-Baró (1985) que enfatiza como a violência estrutural abrange o contexto de aprofundamento da distribuição injusta dos recursos disponíveis que precariza as condições básicas necessárias para realização da vida da maioria; mas para além disso, a violência estrutural demanda o ordenamento da desigualdade opressiva através de inúmeros dispositivos como a legislação que respalda os mecanismos da força coercitiva. Essa violência é estabelecida como ordem social (MARTÍN-BARÓ, 1985). Sob a perspectiva da questão agrária no Brasil, a violência física é o *modus operandi* a ferro, fogo e sangue historicamente instituído pelas elites econômica e agrária para manutenção do domínio econômico e político (MITIDIERO JUNIOR e FELICIANO, 2018).

a intensificação da violência nas disputas por terra (água e minérios) é um retrato pálido do sucesso do agronegócio brasileiro. A história do agronegócio (ou do agro e outros negócios, como intitula Carlos Walter Porto-Gonçalves), que vai do coronelismo ao empresário moderno e do latifúndio à propriedade

e produção tecnologicamente avançada, é inseparável das ações de violência, roubo, expropriações, corrupção (...). Com isso, se nos permitem um ajuste de intitulações, o agronegócio, como tantos outros negócios, emoldura-se em *agrobandidismo*, tendo na violência física (e na violência política), contra aqueles que se põem em seu caminho, uma das suas reiteradas estratégias de domínio territorial (MITIDIERO JUNIOR e FELICIANO, 2018, p. 221-222).

A violência é um reflexo dos problemas estruturais e sistêmicos, agravados ainda mais pelas novas ofensivas da expansão territorial do capital. “No capitalismo a apropriação espacial se coloca como método prático de acumulação e consolidação territorial” (SOUZA e MIZUSAKI, 2018, p. 522). Nesse cenário, o Estado revela-se incapaz de resolver a questão dos conflitos e da violência, uma vez que atua como um agente aliado ao capital global corporativo. Historicamente, essa situação tem provocado um estado de insegurança constante e impunidade aos agressores (LERMA, 2019).

Sob uma perspectiva geográfica dos impactos do neoextrativismo nos territórios indígenas, essa guerra sistemática se manifesta em um cenário de intensificação dos processos de expropriação, de despejos, de insegurança alimentar e nutricional, em dinâmicas de precarização dos sistemas socioecológicos e ecossistemas que fundamentam os modos de existência e a memória biocultural de diversos povos.

assumindo como foco a interpretação da questão agrária brasileira, acumulação primitiva serve tanto para criar novos capitais (grilagem de terras e roubo), para se apropriar de frações do território já ocupadas (expulsões, expropriações, saque e assassinatos) e como forma de absorver capital sobreacumulado na economia (corrupção e especulação) (MITIDIERO JUNIOR e FELICIANO, 2018, p. 222).

Essa análise revela a imbricação e as interseções nas estruturas de poder e de violência, ressaltando a necessidade de uma leitura crítica do Estado e suas formas de guerra contra a vida, sobretudo contra a vida das mulheres sob a abordagem das relações entre etnia, raça e classe.

A partir dos processos de luta e dos estudos de Cabnal (2013) e dos debates levantados por Trujillo (2020), é possível observar que a reflexão sobre as interrelações entre o capitalismo, o racismo, o patriarcado e o colonialismo também implicam uma análise das formas como esses sistemas se articulam e se retroalimentam no que diz respeito aos interesses oligárquicos do poder rentista e patrimonialista e suas conexões com a violência sistemática contra as mulheres. A autora ecofeminista Vandana Shiva (2003) também enfatiza a convergência e interseção entre capitalismo, patriarcado e racismo, ressaltando a importância da reflexão desses elementos como chaves para a discussão crítica sobre a crise ambiental e a resistência das mulheres.

A história do capital, do patriarcado, do racismo e do colonialismo revela uma série de separações e fraturas, nas quais a violência desempenhou um papel fundamental para impor modos heterônomos contra os tecidos de vida em diversos contextos territoriais. Trujillo (2020) remonta como o complexo capitalista patriarcal e racista tem instituído o processo de fratura e como tem reconfigurado um conjunto de elementos do tecido da vida, entre elas, a) o processo de fratura entre os meios de existência necessários e os territórios; b) a separação que fundamenta a ciência euro-ocidental que reconhece como sociedade-natureza produzida por uma racionalidade de exploração que degrada e precariza o complexo sistema socioecológico; c) e uma organização de uma episteme moderna e modo de pensar a política como fundamento do patriarcado, do capital e do racismo.

Para Lorena Cabnal (2013), da Associação de Mulheres Indígenas de Santa Maria de Xalapán (AMISMAXAJ), ser mulher e defensora dos direitos originários difere da experiência dos homens, pois, a violência sexista é utilizada como uma ferramenta de repressão e controle sobre a vida das mulheres. Há uma conjuntura de guerra contra a luta e a resistência das mulheres, essa violência é sistemática e cotidiana, se reproduz tanto como fenômeno social quanto discursivo (SÁNCHEZ GÓMEZ, 2008).

No contexto dos crescentes impactos do neoeextrativismo em diversos territórios ameaçados por novos e antigos cercamentos, surgem múltiplas geografias de resistência que permanecem na luta árdua pela defesa da vida. Essas lutas envolvem diferentes e diversos processos de auto-organização. Na linha de frente desses processos de auto-organização estão as mulheres, especialmente as mulheres originárias, que atuam na luta permanente pela vida. Por meio de ações coletivas visibilizam e denunciam os conflitos e os impactos socioecológicos sobre seus territórios e modos de existência. Nesses processos de luta, no âmbito da organização comunitária é fundamental reconhecer que os movimentos de mulheres criam uma emergente dinâmica política alicerçada na reprodução da vida, na ética do cuidado e na defesa do território (TRUJILLO, 2020).

Diversos movimentos de mulheres originárias na América Latina compreendem que a defesa da vida também implica lutar pela retomada do cuidado, por novas formas de pensar a saúde, de pensar a política e pela busca da recomposição de territórios e paisagens degradadas, onde foram estabelecidas zonas de sacrifício (SVAMPA e VIALE, 2020).

Quando consideramos os processos históricos e geográficos que levam à formação de uma zona de sacrifício, estamos refletindo sobre o contexto que se caracteriza como territórios com profundos impactos socioambientais, com altos níveis de contaminação, com avanço do

desmatamento, com o esgotamento e o envenenamento de águas. Essas áreas são produzidas pelo capital em sua face de expansão territorial, sobretudo por meio do neoextrativismo e do que tem sido convencionalmente denominado como neodesenvolvimentismo (DI RISO et al., 2012).

Diante dos impactos da violência instaurada pelo complexo capitalista-patriarcal-racista na contemporaneidade, a politização da reprodução da vida tornou-se uma ação intrinsecamente ligada à luta das mulheres. Nesse sentido, uma das características das insurreições permanentes das mulheres é a construção de uma crítica a partir da política do corpo. Quando a crítica é retomada a partir dos corpos e das vozes das mulheres com a categoria corpo-território como tem sido levantado pelos movimentos de mulheres originárias em Abya Yala (CABNAL, 2013; FEDERICI e VALIO, 2020) ou com a categoria Mulheres-biomas como propõe a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), novos horizontes político-organizativos emergem.

Para Cabnal (2010), reconstruir uma política do corpo como território é construir autodefesa contra a violência estrutural que ameaça a dignidade. O corpo tem sido um território disputado e violado pelo patriarcado-capitalista, visando garantir sua própria continuidade. Portanto, retomar a autodefesa do corpo implica também engendrar a resistência pelo desmantelamento dos pactos corporativos patriarcais.

As significações da luta que emergem da política do corpo como território ampliam os horizontes dos processos de resistência, estabelecendo novas formas de conexão entre as lutas das mulheres e as lutas ecológico-territoriais. Nesses contextos, o corpo não é uma matéria isolada, mas um território integrado à complexa teia da vida. Nesse movimento, são as mulheres que desempenham um papel fundamental na manutenção do mundo vivo (FEDERICI, 2013).

A intervenção das mulheres envolve a manutenção da vida nos âmbitos da produção e reprodução, mas também está associada à sua atuação política comunitária, por meio de múltiplas formas de organização (TRUJILLO, 2020). Quando falamos sobre a centralidade das mulheres na defesa da vida, estamos nos referindo à reprodução da vida que elas sustentam e realizam por meio de suas ações e trabalho, diante da precarização e marginalização como uma política estatal. Esse processo deve ser reconhecido não como uma ação residual, mas como uma ação e trabalho que não podem ser dispensados tanto do ponto de vista político quanto existencial.

Diante da crise sistêmica, as mulheres organizam um conjunto de estratégias e métodos de defesa de seus territórios e tecidos comunitários, com um processo de politização ligado à

defesa da vida. Essas ações são atravessadas pelo reconhecimento de sua atuação em diversos âmbitos e escalas organizativas, produtivas e reprodutivas, mas também pela emergência da retomada e fortalecimento de saberes tradicionais e ações políticas e espirituais (TRUJILLO, 2020).

As mulheres estão construindo novas formas de pensar a política, enraizadas na ancestralidade, nas bases territoriais-comunitárias e na reprodução da vida. Por meio de estratégias de auto-organização e resistência, elas têm fortalecido sua autonomia. Um exemplo desse processo é a espiral de movimentos, associações e conselhos de mulheres que tem sido fortalecida em uma multiplicidade de formas de organização. Essas insurreições (permanentes e cotidianas) são impulsionadas por um imaginário radical que se concentra na defesa do território, da comunalidade, da biodiversidade e da agricultura tradicional.

### **Ofensiva ruralista e o avanço das retomadas: conflitos e processos de luta e autonomia**

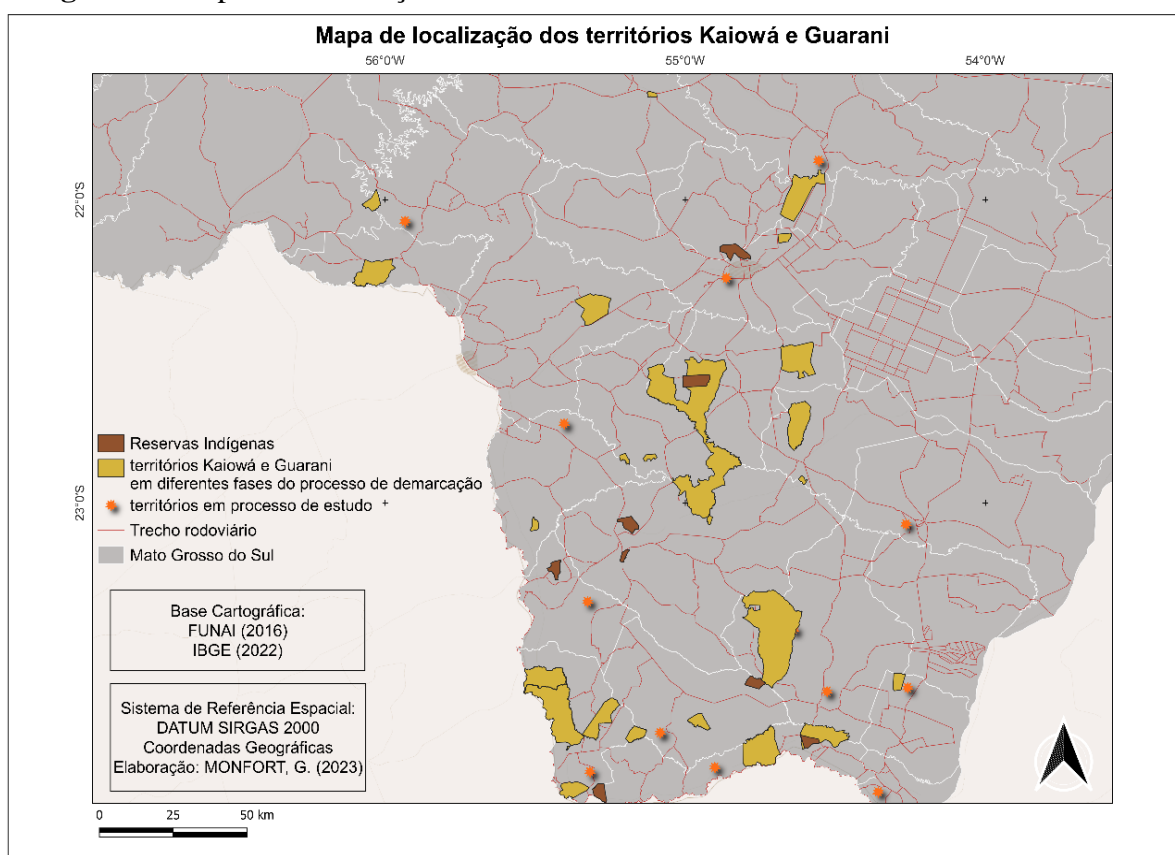
Em Mato Grosso do Sul vive a segunda maior população indígena do país. Entre elas estão os Guarani Nhandeva (também se autodenominam Guarani ou Áva Guarani) e Kaiowá, pertencentes à família linguística tupi-guarani, os Terena e Kinikinau, da família linguística arawak, os Kadiwéu, de língua guaikurú, os Ofaié (também conhecidos como Ofaié-xavante) e Guató, pertencentes ao tronco macrojê, os Chamacoco e Ayoreo, de língua zamuco, e os Atikum e Camba (CHAMORRO e COMBÈS, 2015). No caso dos povos Guarani e Kaiowá, eles juntos, correspondem a uma população de mais de 50.000 pessoas, e seus territórios abrangem todo o sul do estado de Mato Grosso do Sul.

Como um grande povo, os Guarani (Nhandeva, Kaiowá e Mbya), tiveram seus territórios ocupados por quatro Estados: Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai. Apesar de ser o estado com a segunda maior população originária do país, o Mato Grosso do Sul é também um dos estados com os maiores índices de concentração de terra, de conflitos fundiários e de violência sistemática contra os povos originários. Nessa conjuntura, as terras indígenas no estado ocupam na contemporaneidade somente 2,2% da área total (CASTILHO et al., 2023).

A concentração fundiária é um processo estrutural da realidade brasileira e também caracteriza a estrutura agrária de Mato Grosso do Sul. Esse cenário remonta o papel das políticas territoriais implementadas por diferentes governos (SILVA e NARDOQUE, 2022). No contexto de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na primeira década do século XXI em

dois mandatos (2003 a 2006 e 2007 a 2010) presenciamos, entre outras coisas, o estabelecimento de algumas políticas públicas de redução de desigualdades, mas ao mesmo tempo a implementação de mecanismos institucionais para beneficiar o ruralismo, o avanço das *commodities* e o grande capital. Essa dinâmica político-econômica que priorizou as *commodities* em detrimento da vida e dos direitos territoriais originários levada à cabo pela esquerda institucional, representou um pacto de classes respaldado nas demandas da oligarquia nacional e internacional sob a mesma matriz neoliberal dos governos anteriores (SILVA e NARDOQUE, 2022).

**Figura 1** - Mapa de localização dos territórios Guarani e Kaiowá – Mato Grosso do Sul.



**Fonte:** Org. Monfort, G. (2023).

No espaço agrário sul-mato-grossense essas políticas territoriais promoveram a expansão da territorialização do capital por meio da intensificação das ofensivas do agronegócio e do estabelecimento de grandes empresas nacionais e internacionais produtoras de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e carnes. O Estado foi central nesse processo através das condições político-econômicas instauradas com benefícios fiscais e acesso a crédito.

A ampliação de créditos intensificou o avanço produtivo de grandes empresas como as relacionadas à soja, Bunge, ADM, Cargill, Caramuru; e no caso da cana, revela-se o monopólio

territorial de quatro principais empresas de nível mundial: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (SILVA e NARDOQUE, 2022). A expansão da infraestrutura em Mato Grosso do Sul também representou um elemento chave para a implementação das bases produtivas (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018; SILVA e NARDOQUE, 2022).

Em diferentes intensidades e modos de construir as políticas territoriais, mas com o mesmo pacto de classes, os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff contribuíram para esse contexto. A ofensiva ruralista-empresarial que constituiu as alianças políticas da esquerda institucional, nesse cenário, fez avançar uma manobra política que instituiu o processo de impedimento do governo de Rousseff em 2016, esse processo foi caracterizado como golpe.

Nesse contexto, ao fim do primeiro semestre de 2016, com Michel Temer diante da presidência da República, as ações e mobilizações de fiscalização do trabalho foram em grande parte suspensas sob discursos de corte de gastos. Em 2017 por meio da solicitação de Temer, Ives Gandra Filho, como presidente do Tribunal Superior do Trabalho, paralisou a medida liminar da Justiça do Trabalho de Brasília que exigia do Ministério do Trabalho e Emprego a publicação da lista de empresas responsáveis por violações à trabalhadores em condições de superexploração (MITIDIERO JUNIOR e FELICIANO, 2018). Nesse processo Temer, também entregou a agenda agrária ao Partido Solidariedade consolidando a aliança que fomentou também as mobilizações para a reforma trabalhista (LEITE et. al., 2018).

Todo esse cenário de ofensiva contínua do neoextrativismo e de atuação corporativa entre agentes estatais/empresariais/privados foi intensificado na política genocida de Bolsonaro-Mourão. Sob uma política anti-indígena financiada pelo poder corporativo da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e com apoio da bancada empresarial, militar e conservadora o governo de Bolsonaro-Mourão intensificou a militarização e o monopólio da violência contra a vida e os territórios indígenas.

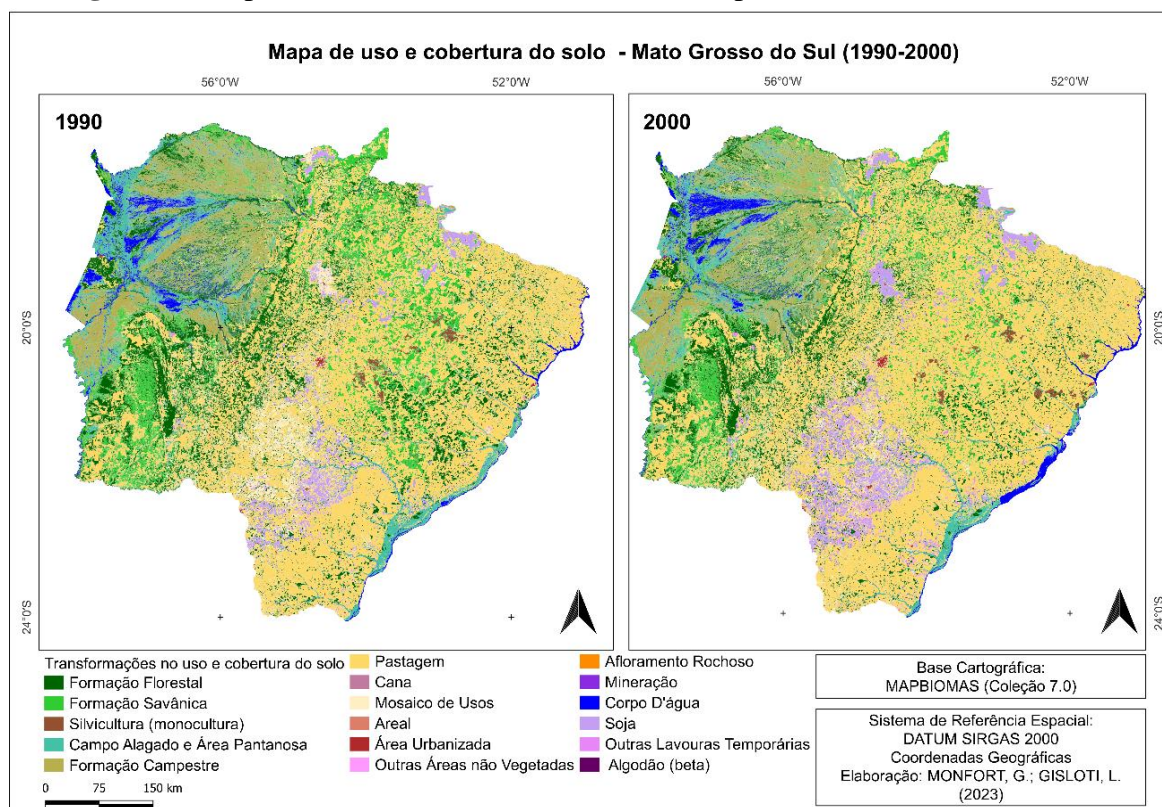
No campo brasileiro, com apontam Mitidiero Junior e Feliciano (2018), a violência histórica pode ser entendida por meio duas dimensões que contribuem para a compreensão da escalada de violações e ataques sistemáticos que se intensificaram nos últimos anos pós golpe político de 2016. É necessário destacar a i) violência estrutural, parte da engrenagem do modo capitalista de produção; ii) as particularidades do capitalismo no Brasil, que possui como herança o colonialismo, o genocídio indígena, o escravagismo e a Lei de Terras de 1850 que institucionalizou a propriedade privada da terra. A dimensão histórico-geográfica da violência retoma uma análise da violência estrutural capitalista, os processos de expropriação e etnocídio

de povos originários de Abya Yala e África, as formas de ocupação/apropriação do território brasileiro, evidenciam os dispositivos político-parlamentar/jurídico/midiático que são, por assim dizer, algumas determinantes para o aprofundamento da violência no campo.

Os povos enfrentaram o aprofundamento do terrorismo de Estado e os ataques contínuos perpetrados por parlamentares ruralistas, fazendeiros e empresários. Além disso, eles tiveram que lidar com os impactos da pandemia global da Covid-19, enfrentando um dos piores cenários de contágio e óbito. Nessa conjuntura de crise de saúde e avanço de mecanismos institucionais contra os direitos originários, como os debates sobre a tese do Marco Temporal, a base ruralista realizou manifestações pró-governo, expressando agradecimentos à APROSOJA e aos fazendeiros, com pautas que incluíam arrendamento de Terras Indígenas, garimpo e ataques ao STF.

Nesse contexto, é possível compreender as marcas profundas deixadas em Mato Grosso do Sul pelas fronteiras de exploração capitalista, pelo ruralismo e pelas políticas territoriais do Estado. Essas marcas são resultado dos antigos cercamentos associados aos novos cercos da configuração política do 'consenso das commodities' (SVAMPA, 2019). Uma das dimensões dessas marcas pode ser observada ao examinar as transformações do uso e cobertura do solo.

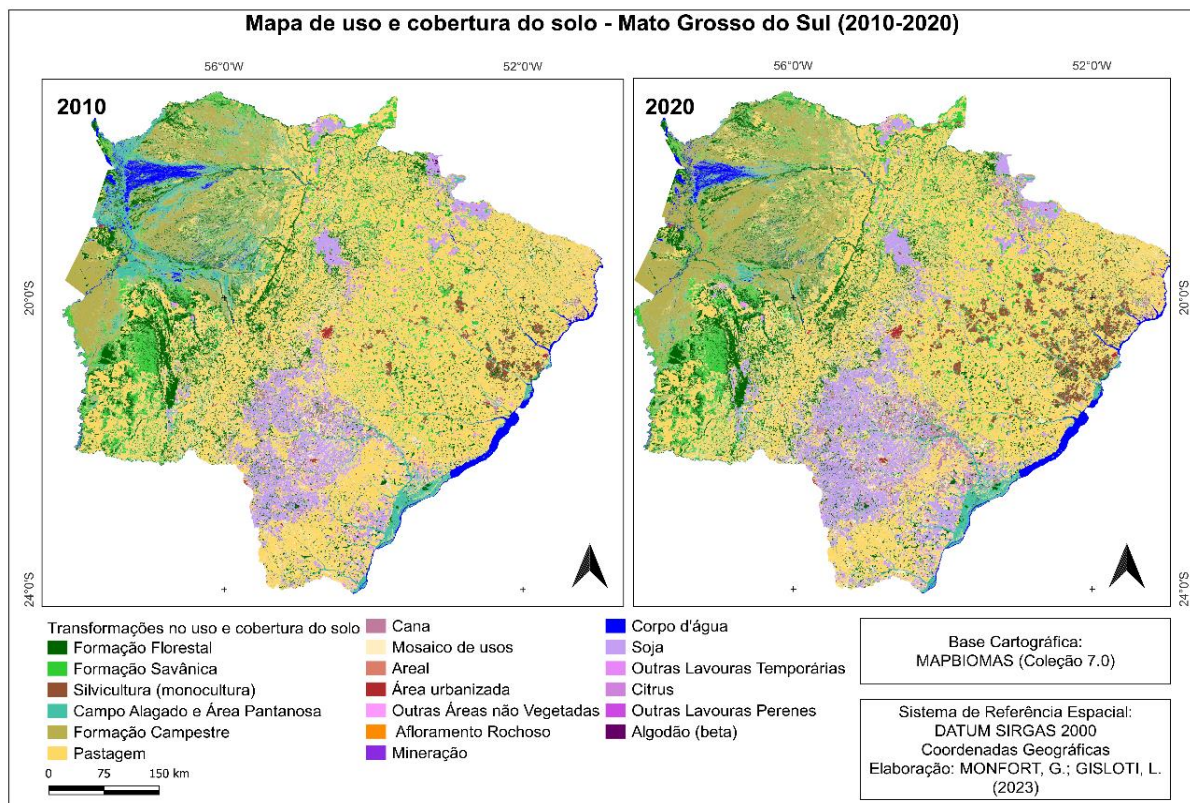
**Figura 2** - Mapa de uso e cobertura do solo entre os períodos de 1990- 2000 – MS.



Fonte: Org. Monfort, G.; Gisloti, L. (2023).



**Figura 3 -** Mapa de uso e cobertura do solo entre os períodos de 2010- 2020 – MS.



**Fonte:** Org. Monfort, G.; Gisloti, L. (2023).

Todo esse contexto de ofensiva estatal-empresarial e neoextrativista que envolve um conjunto de agentes estatais, empresariais e privados, além de ter instituído a violência sistemática e cotidiana, o desterro e a expropriação aos povos indígenas, produziu profundos impactos socioambientais em seus territórios.

Essas violências se manifestam como ações de usurpação territorial, de feminicídio e de dominação nos âmbitos social, econômico e político com inúmeras práticas de exploração e privação que reforçam essa dinâmica (SEGATO, 2018; HERNÁNDEZ, 2020).

Sob a perspectiva de compreender a violência sob o âmbito da apropriação capitalista e ruralista do território, um dossiê denominado “Quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em Terras Indígenas?” organizado pela plataforma de jornalismo independente, “De olhos nos ruralistas”, demonstrou um cruzamento das bases de dados fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e identificou 1.692 sobreposições de fazendas em territórios indígenas em todo o Brasil. O que corresponde a 1,18 milhão de hectares, além disso, 95,5% estão em territórios que aguardam o processo de demarcação (CASTILHO et al., 2023).

O dossiê evidencia ainda as principais empresas multinacionais associadas a fazendas incidentes sobre territórios indígenas e entre elas estão a Bunge, Amaggi, Bom Futuro, Lactalis, Cosan, Ducoco e Nichio. Os autores demonstram que o Mato Grosso do Sul é o estado com maior índice de sobreposições, ao todo são 630. Logo após estão os estados de Mato Grosso com mais de 247 e do Maranhão com mais de 189 sobreposições. Por trás das propriedades sobrepostas a um território ancestral indígena, há uma rede de conexões políticas corporativas que frequentemente, estão atreladas direta e indiretamente, à atores centrais do capitalismo brasileiro e global (CASTILHO et al., 2023, s.p).

Palco do genocídio contra o povo Guarani Kaiowá, o Mato Grosso do Sul possui 238.907,69 hectares em áreas sobrepostas. É também o estado com maior taxa de sobreposição sobre terras homologadas e regularizadas, correspondendo a 10,9% de toda a área e concentrando-se especialmente na TI Kadiwéu, em Porto Murtinho, na divisa com o Paraguai, e nas TIs Sete Cerros e Arroio-Korá, em Paranhos (CASTILHO et al., 2023, s.p).

As conexões políticas corporativas que envolvem agentes centrais do capitalismo brasileiro e global dialogam com o apontamento de Santos (2020) ao ressaltar o agronegócio no país como um *modus operandi* de práticas coloniais que estão intrinsecamente relacionadas ao ruralismo e à apropriação dos territórios. Essas relações de poder são caracterizadas pela monopolização de bens comuns e pelo cercamento dos territórios ancestrais, com o objetivo de garantir o poder rentista e patrimonialista sob a lógica de dinâmicas financeiras globalizadas e formas de controle corporativo do território por meio da violência e exploração (MICHELOTTI e MALHEIRO, 2020).

A violência sistemática abre caminho para antigas e novas formas de expropriação, que estão intrinsecamente ligadas à dimensão do terrorismo de Estado contra os povos indígenas. Essa situação redefine um cenário de graves violações (SEGATO, 2018). Estamos diante de atos criminosos que representam formas de criminalização e guerra com uma série de ações de repressão como a prisão política, massacres, violência paramilitar, ataques sistemáticos nos territórios, tortura e o feminicídio.

Diante da expropriação, da violência estrutural e das novas ofensivas do capital, as mulheres originárias formam a linha de frente da luta por terra e território, um movimento que se estende a múltiplas esferas de resistência. Entre as mulheres Guarani e Kaiowá essas esferas de luta abarcam a importância das retomadas (territórios autonomamente recuperados pelos povos), o fortalecimento de espaços coletivos de organização e de fortalecimento da

espiritualidade, a construção de ferramentas de comunicação e mídia independente, bem como a ocupação de espaços historicamente negados, como os espaços universitários.

### **Mulheres Guarani e Kaiowá: a linha de frente da luta por terra e território**

A luta das mulheres Kaiowá e Guarani é fruto da histórica resistência e tem se fortalecido nos caminhos de auto-organização e ações coletivas. Nesses processos de luta, as mulheres têm denunciado a violência dentro e fora dos territórios, tem fortalecido as retomadas dos territórios e tem lutado incessantemente pela recomposição da vida com ações comunitárias de cuidado com a terra, as roças e as sementes.

Diante da intensa degradação ambiental instituída pelas fronteiras de exploração do Estado e do capital, as mulheres persistem na luta pela vida, enfrentando a profunda insegurança alimentar e nutricional que impera como efeito de um modelo predatório de monoculturas que avança de modo contínuo sobre seus territórios. Nessa conjuntura, enfrentam ainda a precarização da vida nas reservas indígenas (um modelo de territorialização imposto pelo Estado brasileiro que é completamente oposto aos modos de existência e de produção dos territórios guarani e kaiowá), a ofensiva dos agrotóxicos, dos ataques permanente do Estado através das forças policiais e de milícias do agronegócio.

Parte do processo de resistência tem se dado também pelo contexto de fortalecimento de perspectivas de saúde a partir das ciências indígenas, dos conhecimentos tradicionais e de saberes vinculados às mulheres, de modo que esse processo tem se manifestado pela participação ativa de mulheres em suas organizações pautando as necessidades e demandas das comunidades, fundamentalmente, as demandas que emergem do movimento de mulheres, para/pela vida das mulheres. A saúde, nessas perspectivas ancestrais, possui outros horizontes conectados às múltiplas dimensões cosmopolíticas da terra, do território e da etnoconservação.

Esses movimentos se realizam sob uma ampla gama de ações coletivas que abrangem a prática cotidiana das mulheres e por meio de conselhos, coletivos, espaços comunitários e associações que tem sido fortalecida por seus processos de luta. Esses movimentos se configuram como uma diversidade de modos de organização e de coletividades que desempenham um papel vital nos processos de resistência contra a violência que afeta suas vidas, corpos e territórios.



**Figura 4 - Mulheres e o cuidado com a terra.**



Fonte: arquivo pessoal (2023).

As mulheres mais velhas, conhecidas como Maxuypy (VERON e GUIMARÃES, 2020) e as ñandesy (nossa mãe, rezadoras, lideranças político-espirituais) são as guardiãs da vida, guardiãs da força das rezas, das memórias ancestrais e de muitos sonhos que guiam diferentes gerações na luta por terra e território e pela recomposição dos sistemas socioecológicos. Os seus saberes abrangem a força da ancestralidade, do cuidado com a terra, as práticas de cura e os modos de resistência ancestral diante do terrorismo de Estado e dos ataques ruralistas.

A elas se somam outras gerações de mulheres que tem se levantado contra a violência e o desterro, pautando a defesa e retomada do território, mas também a defesa do direito à educação, à saúde e o combate contra a violência às mulheres.

Quando as mulheres, junto com os homens, retomam suas terras, elas estão retomando suas redes de parentesco, seus conhecimentos e valores, a partir de uma maneira específica de fazer política que compõe os modos de ser mulheres (*kuña reko*). (...) Pensar a agência das mulheres a partir de um modo específico de fazer política tem sido um esforço possível por perceber que a atuação delas tanto na vida em reserva, quanto na vida em retomada, é crucial (SERAGUZA, 2018, p. 216)

A autora destaca ainda que quem sustenta e nutre a força e os parentes nos processos de recuperação territorial, são as mulheres, reconhecidas como semeadores de um *jeko vya'ha* (modo de fazer alegria), de forma que são centrais, as grandes sustentadoras da alegria (SERAGUZA, 2018).

Em meio a essas territorialidades de resistência também é fundamental destacar a importância da atuação de pesquisadoras Guarani e Kaiowá que tem fortalecido a perspectiva de ocupação das universidades e tem destacado as dimensões das ciências indígenas em consonância com os conhecimentos e caminhos apontados pelas lutas históricas dos povos originários.

Além disso, compõe esse processo de insurreições, a produção autônoma de materiais audiovisuais e de linguagem cinematográfica como instrumentos comunitários discursivos, de representação/estéticos e como ferramentas políticas de contrainformação que tem fortalecido gerações de mulheres e da juventude, a qual tem produzido horizontes de contra narrativas que desvelam por meio de suas vozes, mãos, olhares e memórias individuais e coletivas.

### **Autodemarkar as redes de comunicação e as universidades: ferramentas de contrainformação e múltiplas formas de construção do conhecimento**

Entre outras trincheiras de luta, as mulheres, sobretudo a partir da juventude, têm ocupado os espaços de construção audiovisual como rede de comunicação e ferramenta de contrainformação. Essas ações se somam às insurgências de mídias autônomas indígenas emergentes em diferentes contextos territoriais.

Um exemplo nos territórios Guarani e Kaiowá, entre outros tantos possíveis, é evidenciado através das ações da Associação Cultural de Realizadores e Realizadoras Indígenas (ASCURI), mas também em outros coletivos de comunicação independentes como as/os jovens que atuam na Retomada Aty Jovem (RAJ – conselho da juventude Guarani e Kaiowá) e na AJI – Ação dos Jovens Indígenas de Dourados.

Esse conjunto de ações abrangem importantes processos fortalecimento de mídias independentes que emerge de auto-organização do Movimento Indígena em diversas dimensões. Como destacado pelas redes da ASCURI, o coletivo foi idealizado no ano de 2008 durante a oficina "Cine Sin Fronteras" realizado na Bolívia, e tem como objetivo o fortalecimento dos modos de existência dos povos indígenas por meio da linguagem

cinematográfica e das tecnologias de comunicação, além de buscar a construção de formação coletiva.

A produção de materiais audiovisuais e de linguagem cinematográfica a partir das cosmopolíticas dos povos não somente contrapõe discursos hegemônicos do ruralismo, mas fundamentalmente, fortalece a ruptura com essas narrativas, apresentando uma revolução das imagens, da representação e da palavra a partir dos processos de autonomias e retomadas.

Em confluência com as insurreições do audiovisual indígena nos territórios guarani e kaiowá, em outros territórios outros mundos, imagens e contra narrativas emergem, como “Katahirine” a Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas. Conforme a rede de comunicação do coletivo Katahirine, nesse movimento atuam mulheres de diversos biomas, regiões e povos, mulheres originárias comunicadoras que se uniram visando fortalecer a luta dos povos originários a partir da ferramenta do audiovisual. Desse movimento participam também algumas mulheres do povo Guarani Kaiowá<sup>4</sup>.

Como enfatizam, o cinema indígena é múltiplo, plural e está em permanente transformação, além de envolver um processo político-criativo de produção de filmes conectado à cosmologia de cada povo, aos modos de suas ações políticas e de seus modos de existência.

Nas trincheiras da luta por educação e acesso à universidade, as mulheres Kaiowá e Guarani têm enfrentado o racismo, a misoginia e a violência epistêmica em diferentes âmbitos e intensidades. Essas lutas geraram frutos como a implementação da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu e a criação da Faculdade Intercultural Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados (FAIND/UFGD). Além disso, essas ações fortaleceram o curso de formação de professoras/es indígenas como resultado da luta do Movimento Indígena por meio de seus conselhos e organizações de base (VALIENTE, 2018).

Nesse contexto, elas têm construído discussões cruciais em diferentes campos, vislumbrando horizontes de fortalecimento de pesquisas engajadas aos seus povos e territórios, com a construção de léxicos teóricos e políticos que são comprometidos com a luta (MONFORT e GISLOTI, 2022). Para a pesquisadora, conselheira da ANMIGA e atual deputada federal Célia Xakriabá:

O saber produzido no centro encontra-se em crise. Algumas universidades já estão se propondo a esse diálogo, há outras que carecem de ampliar e se abrir para essa proposta, e acredito que nós povos indígenas temos muito a

---

<sup>4</sup> KATAHIRINE. Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas. Disponível: <<https://katahirine.org.br/ela/michele-perito-concianza-kaiowa/>>. Acesso em: 11/08/23.

contribuir, nesse sentido, porque o nosso conhecimento não poder ser reduzido como um saber menor ou ser tratado como retórica, somos povos que produzimos nossa própria epistemologia nativa, que é alimentada na ciência do território (CÔRREA, 2018, p. 18).

Na diversidade temática, os estudos construídos por pesquisadoras Kaiowá e Guarani abordam, com maior ou menor destaque, os contextos interétnicos em que estão inseridas, os conflitos territoriais e os processos de expropriação contra seus povos. E remontam relatos e testemunhos das histórias e trajetórias de mulheres por meio dos conhecimentos tradicionais, da espiritualidade e dos modos de resistência (MONFORT e GISLOTI, 2022).

Um exemplo disso é o trabalho da pesquisadora Kaiowá Valdelice Verón (2018) que ressalta seu compromisso político com a retomada das histórias das mulheres narrada em um diálogo com uma pesquisadora do próprio povo. Mas também evidencia uma crítica profunda aos rastros de saque e sangue produzidos pelo agronegócio nos territórios originários:

Nossos territórios estão sendo destruídos por pessoas gananciosas, cujo único objetivo é o de enriquecer com o abastecimento do mercado internacional de soja, carne, cana; é o agronegócio que invadiu nossos territórios sagrados. Para nós, um grande flagelo é o biocombustível, o etanol, produzido em nosso território, como sangue que jorra de nossas veias e que inunda a terra Kaiowá. (...) Estamos sendo pilhados pelos governos desde que iniciou a invasão dos nossos *tekoha*<sup>5</sup> (VERON, 2018, p. 16)

A autora denuncia as inúmeras faces da violência instituída por agentes do Estado e dos setores vinculados ao ruralismo no estado de Mato Grosso do Sul:

Nossos principais inimigos, hoje, estão ligados ao agronegócio, respaldados pelos que detêm o poder constituído. Somos vítimas de pistoleiros, jagunços e seguranças armados a mando de fazendeiros. Muitas das nossas lideranças têm morrido à bala pelas mãos destas pessoas, além de ameaças de mortes, espancamentos e atropelamentos propositais. Mesmo assim, o governo brasileiro continua omisso e conivente, sem nenhum tipo de punição para esses crimes. (...), mas quando os Kaiowá e outros povos retomam suas terras tradicionais, são criadas forças-tarefas policiais para expulsá-los (VERON, 2018, p. 20)

De outro modo, a pesquisadora Kaiowá como Elda Vasques Aquino (2012) narra a potência das ações coletivas fortalecidas pelas mulheres e a importância de novos estudos que tem sido construído por mulheres Kaiowá e Guarani junto à suas comunidades. Comumente,

---

<sup>5</sup> Território ancestral ou lugar “onde se é” para os Guarani e Kaiowá

essas pesquisadoras são também educadoras e militantes que compõem a linha de frente da defesa da educação diferenciada em território indígena.

Soma-se ainda a esses trabalhos, o estudo da pesquisadora Guarani e Kaiowá Kellen Natalice Vilharva (2021) que enfatiza a importância dos conhecimentos tradicionais no manejo da biodiversidade e do solo. Destaca que as ñandesy (rezadoras) detêm um papel vital no fortalecimento e partilha do conhecimento ancestral sobre o cuidado com a terra, as sementes e os sistemas socioecológicos. Nessa mesma perspectiva, os estudos de Vera (2020), Pavão (2021) e Lopes (2022) enfatizam as dimensões da luta por terra e território e suas relações com as ciências indígenas, as práticas alimentares, as medicinas ancestrais e a defesa da biodiversidade.

Não escrevo para as elites...escrevo para o meu povo, para minha família, para minha comunidade, para nós, Guarani Ñandéva da aldeia Pirajuí, e para todos que querem caminhar com a gente. Escrever para o meu povo talvez seja menos simples que escrever para os outros, sobre os outros, porque para isso, a escrita deveria ser, também, um ato coletivo, que depende, mas também não depende apenas de mim (envolvendo sempre uma coletividade, a minha família, a minha comunidade, o meu lugar (VERA, 2020, p. 15).

Os processos político-organizativos em seus territórios e as críticas emergentes dos trabalhos de pesquisadoras originárias, pavimentam caminhos e práticas que criam outras possibilidades políticas e existenciais diante de um sistema em colapso permanente (TRUJILLO, 2020). Essas produções são frutos de processos de luta e de epistemologias críticas e ancestrais que se fortalecem em meio à trajetória coletiva, às histórias de vida e à memória de resistência de seus povos. Sob essa premissa, a escuta cuidadosa e o diálogo da Geografia Agrária com as lutas das mulheres indígenas e seus processos de lutas e retomadas, torna-se um importante movimento para potencializarmos debates sobre as profundas relações entre as lutas por território, a reprodução da vida a partir da luta das mulheres face às diferentes configurações do Estado de Sítio produzido pela violência patriarcal, pelo Estado e pelo agronegócio.



### **Considerações Finais**

Este trabalho buscou somar-se às pesquisas voltadas à coprodução e colaboração entre pesquisadoras indígenas e não indígenas em estudos que tem buscado refletir as dimensões das dinâmicas históricas e geográficas que estão imbricadas às velhas e novas ofensivas de expropriação e violência contra os territórios e a vida dos povos originários, fundamentalmente, contra a vida das mulheres originárias.

Nesse contexto, o horizonte desta reflexão coletiva foi a intenção de ampliar a discussão comprometida com as lutas dos movimentos das mulheres contra as novas ofensivas do neoextrativismo. A luta em defesa dos territórios indígenas é um movimento vivo e permanente intrinsecamente relacionado à defesa da sociobiodiversidade. São as vozes ancestrais das mulheres que entoam a defesa da vida, a luta pela vida.

Os novos cercos instituídos pelo capital e pelo neoextrativismo tem produzido territórios com profundos impactos socioambientais, altos índices de contaminação, desmatamento, esgotamento/envenenamento de águas. Esses impactos são comumente denominados como zonas de sacrifícios do capital. E são as mulheres indígenas as que compõe a linha de frente da resistência frente à guerra capitalista.

O debate sobre a reprodução da vida foi central para compreender as imbricações entre novas ofensivas do capital por meio do neoextrativismo, os conflitos territoriais e a violência contra as mulheres. Enfatizamos a luta das mulheres Kaiowá e Guarani como fruto da histórica resistência que tem se fortalecido nos novos caminhos de auto-organização e ações coletivas. As mulheres têm denunciado a violência dentro e fora dos territórios, tem fortalecido as retomadas dos territórios e tem lutado incessantemente pela recomposição da vida com ações comunitárias de cuidado com a terra, as roças e as sementes frente à ampla degradação ambiental instituída pelas fronteiras de exploração do Estado e do capital. Entre outras trincheiras, as mulheres têm ocupado os espaços de construção audiovisual e rede de comunicação como ferramentas de luta e têm ocupado as universidades como pesquisadoras que pautam o profundo compromisso com a luta de seus povos.

Sob esses pressupostos e horizontes, a escuta e o diálogo com as lutas das mulheres indígenas (nos territórios, movimentos e universidades) nos possibilita imaginar e construir outras geografias agrárias a partir das resistências e perspectivas dos povos, com diferentes vozes na crítica às ofensivas estatais-empresariais e nas lutas por terra e território.

**Referências bibliográficas**

ASCURI. Associação Cultural dos Realizadores Indígenas. Disponível em: < <https://www.ascuri.org/nosso-jeito>>. Acesso em: 11/08/23.

AQUINO, Elda Vasques. Educação Escolar Indígena e os processos próprios de aprendizagens: espaços de inter-relação de conhecimentos na infância Guarani/Kaiowá, antes da escola, na comunidade indígena de Amambai. Amambai: Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012. 120 f. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

CABNAL, Lorena. Feminismos diversos: el feminismo comunitário. Guatemala: ACSUR- Las Segovias, 2010. Disponível em: < <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf> >. Acesso em: 19/12/22.

\_\_\_\_\_. “Para las mujeres indígenas, la defensa del territorio tierra es la propia defensa del territorio cuerpo”. PBI Estado Español, entrevista, mai.2013. Disponível em: < [https://www.pbi-ee.org/fileadmin/user\\_files/groups/spain/1305Entrevista\\_a\\_Lorena\\_Cabnal\\_completa.pdf](https://www.pbi-ee.org/fileadmin/user_files/groups/spain/1305Entrevista_a_Lorena_Cabnal_completa.pdf) > . Acesso em: 19/12/22.

CASTILHO, Alceu Luís. FIALHO, Bernardo. BASSI, Bruno Stankevicius. CARILINI, Eduardo Luiz Damiani Goyo. SOUZA, Hugo. MORAES, Katarina. PRADO, Luma Ribeiro. PITTELKOW, Nanci. BELLENTANI, Natália Freire. Quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em Terras Indígenas. Dossiê, De Olho nos Ruralistas, 2023. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf> >. Acesso em: 20/06/23.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Brasília, v. 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CORRÊA, Celia Nunes. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma Educação Territorializada. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2018. 218 p. (Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais).

CURIEL, Rosa Ynés Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Teoría y pensamiento feminista, 2009.

DI RISIO, D., GAVALDÀ, M., PEREZ-ROIG, D., e SCANDIZZO, H. Zonas de sacrificio. Impactos de la industria hidrocarbúrfica en Salta y Norpatagonia. Buenos Aires: América Libre, 2012.

FEDERICI, Silvia. La revolución inacabada. Mujeres, reproducción social y la lucha por lo común. Oaxaca: Escuela Calpulli, 2013

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, v.28, n.2, p. 1-11, 2020

GARCÍA, Maria Franco. A luta pela terra sob enfoque de gênero: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2004. 216 f. (Tese de doutorado em Geografia)

GARCÍA-TORRES, Miriam.; VÁZQUEZ, Eva.; CRUZ, Delmy Tania.; BAYÓN, Manuel. (Re) patriarcalización de los territorios. La lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos. Barcelona, Ecología Política, n. 54, p. 65-69, jan. 2018.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Nosotras como mujeres que somos: entre la desposesión, la subordinación y la defensa de los cuerpos-territorios. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: Centro de investigaciones y estudios superiores en Antropología Social. 2020. 271f. (Tese de doutorado em Antropologia Social).

KATAHIRINE. Rede audiovisual de mulheres indígenas. Disponível em: <<https://katahirine.org.br/>>. Acesso em: 11/08/23.

LERMA, Betty Ruth Lozano. Asesinato de mujeres y acumulación global. El caso del bello puerto del mar, mi Buenaventura. In: GRUNER, Sheila. MENA. Melquiceded Blandón. CAICEDO, Jader Gómez. Mina-Rojas, CHARO. Des/dibujando el país/aje. Aportes para la paz con los pueblos afrodescendientes e indígenas: territorio, autonomía y buen vivir. Colombia: Ediciones Poder Negro, 2016, p. 73-86.

LEITE, Acácio Zuniga. CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. Revista Okara: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 247-274, 2018.

LOPES, Inair Gomes. Kaiowá rembi'u ypy: alimentação tradicional como estratégia de etnoconservação da diversidade biocultural no tekoha Pirakua. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados. 2022. 111 f. (Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)).

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica. San Salvador: UCA Editores, 1985.

MICHELOTTI, Fernando. MALHEIRO, Bruno Cezar. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. Revista da ANPEGE. v. 16. n. 29, p. 641 - 680, dez. 2020.

MIES, Maria. Capitalist development and subsistence reproduction; rural women in India. Bulletin of Concerned Asian Scholars, v. 12, n. 1, p. 2-14, mai. 2019.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. Revista Okara: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 220-246, ago. 2018.

PAVÃO, Sonia. Conhecimentos Tradicionais Guarani e Kaiowá como fontes de autonomia, sustentabilidade e resistência. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. 121p. (Dissertação, Mestrado em Educação e Territorialidade).

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Violencias encubiertas en Bolivia. La Paz: Editorial Piedra Rota, 2010

SANTOS, Roberto S. Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal: uma análise a partir dos conflitos socioterritoriais. Bauru: Ciência Geográfica, v. 24, p. 1398-1417, jan/dez. 2020.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Piracicaba, Revista de Economia e Sociologia Rural, RESR, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul/set. 2012

SÁNCHEZ GÓMEZ, Olga Amparo. Las violencias contra las mujeres en una sociedad en guerra. Bogotá: Ruta Pacífica de las Mujeres Colombianas, 2008.

SEGATO, Rita. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SERAGUZA, Lauriene. Mulheres em retomadas. Pelotas: Tessituras revista de Antropologia e Arqueologia, v. 6, n. 2, p. 215-215, 2018.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Luciene Maria. NARDOQUE, Sandoval. Questão agrária e as ações dos governos petistas no campo em Mato Grosso do Sul. Sociedade e Território, Natal. v. 34, n.2, p. 44-65, maio/ago. 2022.

SOUZA, José Gilberto de. MIZUSAKI, Márcia Yukari. A “(re)conquista” do Estado: antipolítica, agronegócio e genocídio no Brasil. Revista Okara: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 507-532, 2018.

SVAMPA, Maristella. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld University Press, 2019.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. El colapso ecológico ya llegó: Una brújula para salir del (mal) desarrollo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2020.

TRUJILLO, Mina L. N. Mujeres en lucha por la defensa de la vida asediada y afectada por los extractivismos en México. Rio de Janeiro, Revista Trabalho Necessário, n.36, p. 118-142, mai. 2020

VERA, Beatriz et al. Espaço, árvores e plantas na reserva indígena Pirajuí: entre memórias e lugares de agora. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

VERON, Valdelice. Tekombo'e Kunhakoty: Modo de viver da mulher Kaiowa. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2018. 42 f. (Dissertação, Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais).

VERON, Valdelice. GUIMARÃES, Sílvia. Sobre Máscaras, Fumaça e Fogo Doméstico: Experiências das Mulheres Kaiowá na Pandemia da Covid-19. Mato Grosso do Sul, Vukápanavo Revista Terena, n. 3, p. 115-154. out./nov. 2020

VILHARVA, Kellen Natalice. *Rhynchophorus palmarum* Linnaeus (Coleoptera, Curculionidae): etnoconhecimento Guarani-kaiowá e atividades farmacológicas. Dourados: Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais da Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. (Dissertação de Mestrado em Biologia geral/Bioprospecção).

### Sobre as autoras

**Beatriz Vera** - Avá Guarani, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFGD, mestra pelo mesmo programa e graduada em Ciências Humanas na Licenciatura Intercultural Indígena – FAIND/UFGD. E-mail: beatrizverapirajui@gmail.com

**Gislaine Monfort** – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFGD, mestra pelo mesmo programa e graduada em Licenciatura em Geografia na Faculdade de Ciências Humanas/UFGD. E-mail: gislainecmonfort@gmail.com

**Laura Gislotti** - Professora Adjunta do Instituto de Biodiversidade e Florestas-IBEF/UFOPA e do Programa de Pós-Graduação em Entomologia e Conservação da Biodiversidade/UFGD. E-mail: lauragislotti@gmail.com

Artigo recebido em 28-06-2023

Artigo aceito para publicação em 08-09-2023

## PRETA O SUFICIENTE?<sup>1</sup>

E quando eu contar e reviver todo  
o racismo que já sofri nessa vida,  
será que você vai achar  
que eu sou negra o bastante?

Sou negra o bastante para você?

Se eu te falar de todas as vezes  
em que fui preterida,  
que me negaram o amor, o afeto, o cuidado  
enquanto eu carregava o fardo de ser  
afetuosa  
com os meus e com os outros,  
Serei negra o suficiente?

Se eu te contar que fui  
a neguinha na escola  
que os mano ria quando ousava soltar o  
cabelo.

E que eu soube logo cedo  
que o mano que eu tava afim  
não tava realmente interessado em mim,  
mas fazia de tudo pra ficar  
com a branca de olho claro,  
Serei negra o suficiente?

Se eu te contar daquela tia que  
segurou a bolsa quando eu tava me  
exercitando e correndo,  
Eu serei preta o suficiente?

Quando eu abrir todas as feridas  
causadas pelo racismo,  
Eu serei preta o suficiente?

Se eu te contar de quando perguntaram  
se eu tava na função da cozinha,

mas, na verdade, eu ia dar aula,  
Eu vou ser preta o suficiente?

E quando eu falar pra você que  
relaram no meu cabelo  
como se fosse algo de outro mundo,  
Como se não fosse de verdade  
Cê ainda vai dizer que falta  
abrir um pouco mais as feridas?

E na hora que eu disser  
que nem na piscina eu queria entrar  
mais de tanto escutar  
que meu *BLACK* não molhava,  
que meu *BLACK* parecia bombril,  
ainda vai faltar mais um pouco?

Só que aí vou falar, vou rebater, VOU  
GRITAR!

Demorou pra eu entender que meu *BLACK*  
é minha coroa, que minha pele reluz e eu  
sou PRETA  
Jovem e Preta!

O corre é 10 vezes mais  
as oportunidades 10 vezes menos.  
Mas daí ceis vão ter que aguentar  
de ver nós no pedestal  
e nunca vão nos ofuscar.

NUNCA mais vão diminuir meu *BLACK*  
porque isso é coisa impossível de fazer,  
ceis vão ter que se conter,  
ver a pele reluzir e o cabelo ocupar  
uns lugar que ceis nunca poderiam  
imaginar.

**Esther Maria Pacheco<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Estas palavras dizem muito a respeito de minha vivência enquanto mulher negra de pele clara e como o racismo me atravessou e atravessa no cotidiano e nos espaços que frequentei durante a vida, para além disso o poema me ajuda a colocar as indignações para fora e gritar, de alguma maneira, sobre as injustiças que vivemos historicamente, mas também as potências que nós temos construído ao longo de nossa história.

<sup>2</sup> Estudante de Geografia na FCT-Unesp de Presidente Prudente e militante da consulta popular

## DIÁLOGOS ENTRE AS PESQUISAS GEOGRÁFICAS E O CONCEITO DE PATRIARCADO<sup>1</sup>

### DIÁLOGOS ENTRE LA INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA Y EL CONCEPTO DE PATRIARCADO

Aline Motter SCHMITZ<sup>2</sup>  
Caroline Tapia BUENO<sup>3</sup>

**Resumo:** As críticas feministas referentes à masculinização da ciência mostraram que a história escrita foi interpretada por homens, em especial brancos e em uma perspectiva ocidental e heteronormativa. Assim sendo, as pesquisas das geógrafas feministas preenchem uma lacuna no conhecimento geográfico, denunciando as invisibilidades históricas. Há, desse modo, a utilização de conceitos centrais para explicar as diferenças de gênero em modelos binários e não binários. Assim, considera-se o conceito de patriarcado importante na compreensão dos papéis sociais hierárquicos entre homens e mulheres, visto que vem sendo difundido nas discussões e pesquisas acadêmicas e nos movimentos sociais. No entanto, tal conceito ainda causa desconforto por parte de muitas (os) estudantes e pesquisadoras (es), que relutam em utilizá-lo, seja pela negação de sua importância, ou pela dificuldade de sua compreensão. Objetiva-se, neste texto, contribuir no entendimento do conceito de patriarcado através de três autoras consideradas fundamentais para o debate – Heleieth Saffioti, Gerda Lerner e Silvia Federici – e, compreender a utilização de tal conceito nas pesquisas no âmbito da Geografia, através da análise de trabalhos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A discussão do patriarcado é atual e necessária por explicar muitos fenômenos sociais, econômicos e culturais da sociedade.

**Palavras-chave:** Patriarcado; Geografias Feministas; Gênero.

**Resumen:** La crítica feminista a la masculinización de la ciencia ha demostrado que la historia escrita ha sido interpretada por hombres, especialmente blancos, y desde una perspectiva occidental y heteronormativa. Así, las investigaciones de las geógrafas feministas llenan un vacío en el conocimiento geográfico, denunciando las invisibilidades históricas. Por lo tanto, se recurre a conceptos centrales para explicar las diferencias de género en modelos binarios y no binarios. Así, el concepto de patriarcado es considerado importante para comprender los papeles sociales jerarquizados entre hombres y mujeres, ya que ha sido difundido en discusiones e investigaciones académicas y en movimientos sociales. Sin embargo, este concepto aún causa incomodidad a muchos estudiantes e investigadores, que se resisten a utilizarlo, ya sea por negar su importancia o por la dificultad de comprenderlo. El objetivo de este texto es contribuir a la comprensión del concepto de patriarcado a través de tres autoras consideradas fundamentales en el debate - Heleieth Saffioti, Gerda Lerner y Silvia Federici - y entender el uso de este concepto en la investigación en Geografía, a través del análisis de trabajos en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. La discusión sobre el patriarcado es actual y necesaria porque explica muchos fenómenos sociales, económicos y culturales de la sociedad.

**Palabras clave:** Patriarcado; Geografías feministas; Género.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada através de reflexões das teses de doutorado das autoras.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, campus de Francisco Beltrão, Paraná e professora colaboradora no curso de Graduação em Geografia na mesma instituição. Integrante do Grupo de pesquisa Corpo, Gênero e Diversidade, vinculado à Unioeste. E-mail: [alinemotter@hotmail.com](mailto:alinemotter@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Francisco Beltrão. Integrante do Grupo de pesquisa Corpo, Gênero e Diversidade, vinculado à Unioeste. E-mail: [caroline.bueno14@gmail.com](mailto:caroline.bueno14@gmail.com).

## **Introdução**

Pesquisas apontam que as transformações vivenciadas pela sociedade ao longo dos séculos sempre foram interpretadas e registradas por homens, em especial brancos, numa perspectiva ocidental e heteronormativa, o que comprova a masculinização da ciência. Da mesma forma, na ciência geográfica verifica-se que há uma invisibilidade na participação das mulheres na construção espacial, como alerta Janice Monk, em entrevista à Joselí Maria Silva (2010).

As geografias feministas são leituras temporais e espaciais que podem ser consideradas recentes observando-se a trajetória epistemológica da Geografia. A utilização de conceitos centrais para explicar as diferenças de gênero em modelos binários (homem X mulher) e não binários são importantes nesse contexto. Assim, o conceito de patriarcado torna-se relevante na compreensão dos papéis sociais hierárquicos entre homens e mulheres, pois demonstra uma superioridade do ser masculino nas esferas social, econômica e cultural, com variações no tempo e no espaço.

O conceito de patriarcado vem sendo difundido nas discussões e pesquisas acadêmicas e nos movimentos sociais. No entanto, o tema ainda causa certo estranhamento por parte de muitos (as) estudantes e pesquisadores (as), que relutam em utilizá-lo, seja pela negação de sua importância, ou pela dificuldade de sua compreensão. Objetiva-se, neste texto, contribuir no entendimento de tal conceito através de três autoras fundamentais para sua compreensão, bem como analisar sua utilização nas pesquisas no âmbito da Geografia.

Mas qual é o real significado de patriarcado? Para além de uma palavra, ele é um conceito que há muito vem sendo utilizado por autoras e autores que tratam sobre questões de gênero. O conceito de gênero faz parte do patriarcado? Essas e outras indagações pretende-se abordar ao longo deste texto, a fim de contribuir para seu entendimento e análise.

Existem diversas autoras e autores que tratam sobre a temática apresentada neste trabalho, cada qual com sua perspectiva e método distintos. Aqui, dá-se a discussão do conceito proposto a partir das autoras Heleieth Saffioti, Gerda Lerner e Silvia Federici. Há outras perspectivas para a discussão de patriarcado, inclusive algumas delas contrárias à sua utilização, considerando-o ultrapassado. Contudo, a discussão do conceito de patriarcado é ainda atual e necessária, pois ele explica muitos fenômenos sociais, econômicos e culturais de forma eficaz.

Assim sendo, a primeira parte deste texto objetiva a interpretação do conceito de patriarcado através das autoras clássicas Heleieth Saffioti, Gerda Lerner e Silvia Federici. Na segunda parte, a atualização do estado da arte sobre o tema nas pesquisas geográficas, através



da consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sendo encontrados seis trabalhos que utilizam tal conceito como palavra-chave. Por último, as considerações finais evidenciam a contribuição do conceito para as pesquisas geográficas.

### **As Teóricas do Patriarcado: Heleieth Saffioti, Gerda Lerner e Silvia Federici**

As autoras utilizadas neste item fazem uma reflexão sobre o significado e a atuação do patriarcado em diferentes espaços e tempos. Exemplificar historicamente as diferentes formas de atuação desse sistema é importante para a compreensão sobre o processo de domínio do ser masculino sobre o feminino.

Neste texto, trata-se especificamente sobre o binário de gênero (homem e mulher), a fim de exemplificar o processo que acarreta a desvalorização das mulheres. No entanto, o patriarcado invisibiliza e oprime também as identidades que não se enquadram em um modelo heteronormativo e cisgênero. Vale lembrar que os homens são educados sobre essa cultura e, embora utilizem de muitas de suas vantagens, também sofrem opressão, como a educação de meninos voltada para um modelo de ser humano “forte” no qual não é permitido demonstrar suas sensibilidades e fragilidades.

O patriarcado, para Lerner (2019), é uma construção histórica constituída por homens e mulheres. Surgiu com o Estado arcaico<sup>4</sup>, que tinha como forma de organização a família patriarcal, suas regras e valores nas definições de gênero. Segundo a autora, papéis e comportamentos de gênero eram marcados por valores, leis, costumes e incumbências sociais.

De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado é antigo, proveniente de sociedades remotas, contudo, sofre metamorfoses historicamente. Em determinado tempo e espaço, se o patriarcado era perceptível quando legalmente o homem tinha direito de assassinar a esposa, por exemplo, em caso de traição, hoje se manifesta quando a lei é branda ou descumprida quando as mulheres são assassinadas pelos seus parceiros, ou em casos de estupro, em que muitas mulheres omitem tal ato, devido às dificuldades ou medo de denunciar.

São diversos os exemplos práticos que retratam a atuação vigorosa do sistema patriarcal, como a diferença de oportunidades no mercado de trabalho, a diferença salarial e a não divisão

---

<sup>4</sup> De 800 a.C. e 500 a.C.

equitativa do trabalho doméstico, entre outros. O patriarcado sempre está presente, mesmo que de uma maneira velada, por isso, a olhos despercebidos passa como algo habitual.

Segundo Saffioti (2004), o patriarcado é parte das relações de gênero. Para a autora, gênero é um conceito amplo e inclina-se à neutralidade, ou seja, ele sozinho não é capaz de evidenciar especificamente as desigualdades entre homens e mulheres. O conceito de gênero pode retratar tanto as desigualdades e as violências de homens contra mulheres ou vice-versa. Nesse contexto o patriarcado é aquele que indica, sem neutralidade, o “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44).

A supracitada autora ainda aponta que o sistema de dominação-exploração culminado pelo patriarcado às mulheres não diz respeito apenas a bases econômicas, mas também ao controle de suas sexualidades. Ela aponta que inclusive na persuasão para que as mulheres tenham mais filhos ou não, “o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos” (SAFFIOTI, 2004, p. 106). Além disso, ainda hoje a sexualidade da mulher é um tabu entre a sociedade, a mulher se conhecer e ter preferências sexuais não é bem-visto, sendo que os mesmos atos são naturalizados entre os homens. As mulheres são alvos de críticas quando não desejam filhos, ou ainda, se possuem muitos. A sociedade patriarcal coloca regimentos no que é ser mulher, no que é permitido, no que é digno ou não.

A sexualidade feminina, que consistia na capacidade reprodutiva e sexual foi modificada antes mesmo da gênese da civilização ocidental, aponta Lerner (2019). Segundo ela, no período neolítico já havia a troca intertribal de mulheres. Tal ato visava evitar conflitos intertribais pelo casamento e o aumento de crianças para o trabalho na agricultura. Segundo a autora, as mulheres foram sendo adquiridas pelos homens como um recurso, como as terras adquiridas por eles. Assim, eram utilizadas como instrumento de troca tendo em vista o beneficiamento de suas famílias. “Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores” (LERNER, 2019, p. 262). Também segundo a autora, em todas as sociedades foram as mulheres as primeiras a serem escravizadas, enquanto os homens eram mortos.

De acordo com Lerner (2019), “a escravidão de mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes”. Ela acrescenta que as diferenças entre classes tiveram seu início constituídas nas relações patriarcais, pois a classe não é separada do gênero e sim “expressa em termos relacionados ao gênero” (LERNER, 2019, p. 262). Nesse sentido, as mulheres eram trocadas em transações de casamentos e a

posição social da mulher dependia do homem, fosse o pai ou o marido. Ainda, deve-se salientar que a primazia de classe foi diferente para homens e mulheres escravizados: “os homens eram primeiro explorados como trabalhadores; as mulheres eram sempre exploradas como trabalhadoras, fornecedoras de serviços sexuais e reprodutoras”, pois “a exploração sexual é a própria marca da exploração de classe” (LERNER, 2019, p. 264).

O patriarcado também é composto de hierarquias, no entanto, há uma solidariedade entre homens que estabelece e mantém o controle sobre as mulheres. As hierarquias existentes entre os homens, como por exemplo, de faixa etária, estão relacionadas ao desempenho de uma função social, fato que não abala a solidariedade masculina e a dominação sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004). Gerda Lerner (2019) aponta que mesmo em sociedades coletoras onde a mulher ocupava espaço de notoriedade, elas, como grupo, nunca tiveram o poder de decisão sobre os homens, ou ainda de controlarem as condutas sexuais ou as operações matrimoniais, atos comuns aos homens.

Por milênios a história foi contada pelos homens (brancos e heterossexuais), considerados seres universais. Essa “falta de conhecimento do passado feminino nos privou de heroínas femininas, fato que apenas há pouco tempo vem sendo corrigido através do desenvolvimento da História das Mulheres” (LERNER, 2019, p. 278). Por muito tempo as mulheres foram colocadas de lado na busca por educação em escolas e universidades, enquanto aos homens esses lugares eram rotineiros; para as mulheres tais obstáculos tiveram de ser enfrentados e superados. Ainda, segundo a autora, a desvalorização da mulher acaba por fazê-la acreditar que suas experiências são insignificantes em relação ao seu próprio corpo, como a menstruação e o conhecimento da amamentação, entre outras questões do corpo feminino. “O pensamento patriarcal relega tais experiências definidas por gênero ao domínio do “natural”, do não transcendente. O conhecimento das mulheres torna-se mera “intuição”, a conversa entre mulheres torna-se “fofoca” (LERNER, 2019, p. 275).

Federici (2019) aponta que o termo *gossip*, hoje traduzido como fofoca, nem sempre foi assim. Esse termo fazia referência a assuntos entre amigas próximas, o que com a opressão feminina acabou tomando outro rumo de significado ficando rotulado como fofoca, conversa fútil, que semeia a discórdia entre as mulheres. Segundo a autora,

Imputar um sentido depreciativo a uma palavra que indicava amizade entre as mulheres ajudou a destruir a sociabilidade feminina que prevaleceu na Idade Média, quando a maioria das atividades executadas pelas mulheres era de natureza coletiva e, ao menos nas classes baixas, as mulheres formavam uma comunidade coesa que era a causa de uma força sem-par na era moderna (FEDERICI, 2019, p. 3).

Nesse sentido, percebe-se que o patriarcado está imbricado na sociedade há muito tempo. A caça às bruxas na Idade Média foi um genocídio de mulheres que não se sujeitavam a regras socialmente determinadas: mulheres que utilizavam suas sabedorias para a cura, mulheres sexualmente livres, viúvas ou solteiras eram taxadas como bruxas diante um Estado opressor e patriarcal. Federici (2004) aponta que isso

[...] foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal na qual os corpos das mulheres, seu trabalho, seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (FEDERICI, 2004, p. 310).

O patriarcado se encontra em pleno vigor e há séculos vem ditando regras e comportamentos. Entendemos que ele ainda incide na vida das pessoas e, se considerando o modelo binário de gênero, traz mais elementos de opressão às mulheres, com suas mudanças históricas nos tempos e espaços. Enfim, são inúmeros os exemplos sobre a atuação do sistema patriarcal: o trabalho doméstico, ainda é considerado função feminina, continua sendo invisibilizado e não remunerado. O mesmo acontece com o cuidado com os filhos e idosos, função que, geralmente, perante uma sociedade patriarcal, é feminina. O pai pouco precisa participar da criação dos filhos e dos serviços domésticos, a ele é empregada à função de sustento da família. Contudo, salienta-se que quando uma mulher exerce trabalho remunerado, continua sendo a responsável pelo trabalho doméstico e pela criação dos filhos, ou seja, jornadas dobradas ou até mesmo triplicadas são comuns entre as mulheres em um sistema patriarcal de gênero.

Esse mesmo sistema coloca o trabalho doméstico como um “atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (FEDERICI, 2019, p. 42). Segundo a autora, o trabalho doméstico foi designado como natural porque nunca foi destinado a ser remunerado.

No quadro 1, elencamos as obras utilizadas sobre essa discussão e suas contribuições, a fim de auxiliar outras pesquisas na utilização desse conceito.

**Quadro 1 - Síntese das obras utilizadas no subcapítulo.**

Autoras	Obras utilizadas	Contribuições
Heleieth Saffioti	Gênero, Patriarcado e Violência	Nessa obra a autora desvenda a lógica e a base material dos processos de dominação-exploração sobre as mulheres. Versa sobre como o patriarcado, capitalismo e racismo estão unidos em um processo de dominação e exploração das mulheres. Além disso, defende a unificação dos conceitos de patriarcado e gênero devido sua complementaridade.
Silvia Federici	Calibã e a Bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva	A autora contribui na explicação de como a perseguição e a execução de mulheres consideradas como bruxas coincide com o surgimento do capitalismo. Ela mostra que o esquema de caça às bruxas culminou na destruição do controle que as mulheres tinham sobre suas funções reprodutivas e impulsionou o desenvolvimento de um patriarcado ainda mais opressor.
	A história oculta da fofoca – mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado	Esse texto faz parte do livro <i>Mulheres e caça às bruxas</i> , e contempla com a discussão do termo <i>gossip</i> <sup>5</sup> . A importância de se discutir termos muito utilizados pelas mulheres, os quais foram utilizados para degradá-las e defini-las. É uma contribuição fundamental para os estudos de gênero.
Gerda Lerner	A criação do Patriarcado – história da opressão das mulheres pelos homens	Essa obra contribui para a história das mulheres. A autora explora cerca de 2.600 anos para mostrar as origens da opressão das mulheres pelos homens. Ainda, a autora propõe uma discussão sobre classes, revela as diferentes maneiras vivenciadas e constituídas por homens e mulheres.

Fonte: Org. SCHMITZ A. M; BUENO, C. T. (2021)

Longe de exaurir as discussões sobre o tema do patriarcado, no próximo item, pensa-se nos trabalhos relacionados à Geografia a fim de compreender de que forma o tema vem sendo trabalhado.

Assim sendo, ao identificar os trabalhos que utilizam o conceito, faz-se breve síntese dos textos que possuem a palavra-chave patriarcado. O objetivo é compreender a percepção das autoras ao utilizar o termo em debate ao pesquisar diferentes temas, bem como identificar as principais referências teóricas empregadas.

### Relações Patriarcais de Gênero na Análise Espacial

A utilização do conceito de patriarcado na análise espacial demonstra as relações de gênero autárquicas de supremacia do masculino sobre o feminino em todas as esferas da vida,

<sup>5</sup> O termo *gossip* vem do inglês e significa fofoca. No livro “A história oculta da fofoca- mulheres, caça as bruxas e resistência ao patriarcado” Silvia Federici explica que em tempos remotos o termo *gossip* se referia à amigas próximas, e com o patriarcado esse termo começou a se alternar tomando a conotação de algo pejorativo aliado principalmente à figura feminina.

seja social, econômica ou cultural. Relações essas que relegam às mulheres papéis inferiorizados e a invisibilidade do seu trabalho.

Através da busca utilizando a palavra patriarcado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que disponibiliza os trabalhos referentes às instituições de ensino brasileiras, foram identificados 15 resultados na área da Geografia, conforme quadro 2. Todos os trabalhos abordam as relações de gênero com ênfase, principalmente, nas problemáticas das mulheres. Assim, verifica-se no quadro 2 que o primeiro trabalho publicado foi em 1991, não havendo publicações até 2013, momento que se observa gradual aumento até o ano de 2020.

No quadro 2, nota-se que a partir de 2018 há um aumento na quantidade de trabalhos publicados, expressando o entendimento da importância do conceito de patriarcado para as pesquisas geográficas. Tais informações foram coletadas no ano de 2022, portanto, instigadas em verificar os dados de 2022 e 2023 utilizou-se a mesma metodologia de consulta no banco de dados da CAPES e verificou-se que houve mudança na organização dos dados da própria plataforma. Portanto, não aparecem as informações no formato que já havia sido coletado. Pela nova consulta, foram localizados somente quatro trabalhos na área de Geografia, de modo que não foi possível atualizar as informações.

**Quadro 2** - Trabalhos na área de Geografia identificados no catálogo de teses e dissertações da CAPES através da busca pela palavra patriarcado

Título	Autora	Orientador/a	Universidade / Local	Ano
Relações de Gênero na Cidade. Uma Contribuição Do Pensamento Feminista à Geografia Urbana	Sonia Alves Calio		Universidade De São Paulo - São Paulo/SP	1991
Dinâmica Demográfica do Município de Santa Maria/RS: O Estudo acerca das Relações de Conjugalidade através dos Contextos do Patriarcado e do Espaço Paradoxal	Geani Nene Caetano	Benhur Pinos Da Costa	Universidade Federal De Santa Maria - Santa Maria/RS	2013
O Trabalho das Mulheres Agricultoras Familiares na Atividade Leiteira	Aline Motter Schmitz	Roseli Alves Dos Santos	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná - Francisco Beltrão/PR	2014
TRABALHO, FÉ E PATRIARCADO: As Mulheres na Produção Socioespacial das Congadas de Catalão (GO)	Marli Jose Tavares	Carmem Lucia Costa	Universidade Federal De Goiás - Catalão/Go	2015
As Jovens Rurais e as Perspectivas de Permanência no Espaço Rural: Um Estudo de Caso no Campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Do Sul	Merce Paula Muller	Roseli Alves Dos Santos	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná - Francisco Beltrão/PR	2016
Trabalho Doméstico: Avanços e Desafios no Início do Século XXI para as Empregadas Domésticas na Cidade de Catalão - Goiás Catalão (GO)	Sueley Luana Da Silva Inacio	Carmem Lucia Costa	Universidade Federal De Goiás - Catalão/Go	2016
A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Emancipação ou Precarização?	Mariana A. Roedel Salles Toro	Regina Celia De Mattos	Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro - Rio De Janeiro/RJ	2018
Mulheres Camponesas no Território Rural do Bolsão/MS: Protagonismo, Resistências e Contradições	Clariana Vilela Borzone	Rosemeire Ap. de Almeida	Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul /MS	2018
Arrumar e Servir: Trabalho Feminino e Vida Cotidiana no Setor Hoteleiro em Catalão (GO)	Natalia Soares Ferreira	Carmem Lucia Costa	Universidade Federal De Goiás - Catalão/Go	2018
A Produção do Espaço Escolar pelos Discursos de um Grupo de Docentes sobre as Relações de Gênero e Sexualidade em Chapecó, Santa Catarina	Flavia Rubiane Durgante	Benhur Pinos Da Costa	Universidade Federal De Santa - Santa Maria/Rs Maria	2018
As Mobilidades Socioespaciais das Agricultoras Familiares do Município de São Lourenço do Sul/RS	Caroline Tapia Bueno	Susana M. Veleda Da Silva	Universidade Federal Do Rio Grande - Rio Grande/Rs	2019
Raça e Patriarcado na Formação do Campesinato Nordestino	Maria Rosineide Pereira	Rafael Litvin Villas Boas	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/ SP	2019
A Construção das Territorialidades das Jovens Rurais Egressas dos Cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS Campus/ Erechim e o Processo de Sucessão na Agricultura Familiar	Daiane Carla Bordulis Eduardo	Roseli Alves Dos Santos	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná - Francisco Beltrão/Pr	2019
A Luta do “Oito De Março” como Espacialização Emancipatória do Debate Feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Rosmeri Witcel	Sandra Procópio	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)	2019
TRABALHO, DOCÊNCIA E MULHERES: Uso e Apropriação do Espaço na Universidade Federal de Catalão	Viviane Cristina Dias De Jesus	Carmem Lucia Costa	Universidade Federal De Goiás	2020

**Fonte:** Catálogo de teses e dissertações da CAPES, (ago. 2021). Org. SCHMITZ A. M; BUENO, C. T. (2022).

Escolheu-se analisar, neste texto, os trabalhos que utilizam patriarcado como palavra-chave a fim de identificar a abordagem realizada pelas autoras, bem como, verificar quais obras foram utilizadas por estas para explicar o conceito (conforme abordado abaixo, no quadro 3).

Entre os 15 trabalhos identificados no quadro 2, seis deles possuem patriarcado como palavra-chave, são as pesquisas de Geani Nene Caetano (2013), Aline Motter Schmitz (2014), Marli Jose Tavares (2015), Mariana A. Roedel Salles Toro (2018), Caroline Tapia Bueno (2019) e Maria Rosineide Pereira (2019) e estes, metodologicamente, foram escolhidos para análise neste estudo.

Fez-se uma pequena síntese sobre a temática das pesquisas, que interconectadas à Geografia de Gênero, transitam entre temáticas das Geografias Agrária, Urbana, Cultural e Econômica. Tais trabalhos explicitam o processo de sujeição/exploração, de forma específica das mulheres.

No trabalho de Geani Nene Caetano (2013) “Dinâmica Demográfica do Município de Santa Maria/RS: O estudo acerca das relações de Conjugalidade através dos contextos do Patriarcado e do Espaço Paradoxal”, a autora identifica o matrimônio e a maternagem como únicas opções de vida para as pesquisadas, mesmo que estas não visualizem uma relação de opressão diante do sexo masculino. No entanto, ao explorar os padrões comportamentais de homens e mulheres nos espaços públicos e privados no contexto do patriarcado, identifica-se que a organização da sociedade impõe padrões a serem seguidos, sendo eles naturalizados através de papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

Aline Motter Schmitz (2014) na pesquisa “O trabalho das agricultoras familiares na atividade leiteira” analisou a participação das mulheres na atividade leiteira nos municípios de Francisco Beltrão e Salto do Lontra, ambos localizados na mesorregião Sudoeste do Paraná. A autora identificou que a atividade leiteira, realizada e gerida predominantemente pelas mulheres, passou para o controle dos homens após a modernização desse setor.

Utilizando o conceito do patriarcado, Schmitz (2014) salienta as diferenças entre os gêneros no espaço rural; nele as mulheres ocupam os espaços de cuidado, que dentro da lógica patriarcal são menos valorizados, enquanto os homens ocupam espaços de poder, representando a família em espaços públicos e de decisão. Há uma divisão sexual do trabalho em que se ressalta a separação entre os espaços público e privado, ocupados por homens e mulheres, respectivamente, assim são os homens que participam das capacitações técnicas, mesmo que as mulheres possuam extensivas jornadas de trabalho e sendo fundamentais para a produtividade no campo. A autora ressalta que mesmo com os avanços a partir das lutas dos movimentos de



mulheres, elas ainda estão em uma posição subordinada aos homens e na agricultura, principalmente na esfera econômica, uma vez que os homens são os intitulados chefes das unidades produtivas e representam a família nas entidades da agricultura familiar (SCHMITZ, 2014).

Marli José Tavares Netto (2015), em sua dissertação denominada “Trabalho, fé e patriarcado: as mulheres na produção socioespacial das Congadas de Catalão (GO)” lembra que o capitalismo coopta a força de trabalho das mulheres, em simetria com o patriarcado, o invisibiliza e explora. O espaço público de trabalho ocupado pelas mulheres é analisado pela autora como resistência à subordinação do patriarcado e no momento que conquistam ocupações consideradas masculinas (re)significam o espaço.

Ao analisar o aspecto cultural, econômico e religioso da festa das Congadas de Catalão (GO), a autora demonstra as mudanças nos tempos e espaços sobre o trabalho e a participação das mulheres, visto que assumem papéis sociais através de uma divisão sexual do trabalho patriarcal. A participação das mulheres se dá na organização e nos bastidores da festa (como extensão das funções relacionadas ao espaço privado destinadas a elas), o conflito aparece quando assumem posições de destaque, ato de enfrentamento da estrutura imposta historicamente. No entanto, ao assumir novas posições na festa e na sociedade, as mulheres acumulam jornadas de trabalhos, pois são as principais responsáveis pelo cuidado e trabalho doméstico (TAVARES NETTO; 2015).

Mariana A. Roedel Salles Toro (2018), no trabalho “A inserção da mulher no mercado de trabalho: emancipação ou precarização?” salienta que o capitalismo reforça e reproduz as relações de dominação e exploração das mulheres nas bases do patriarcado. O trabalho continua como elemento central no capitalismo, a partir do qual homens e mulheres se (re)produzem enquanto mercadoria, no entanto, a inserção no mercado de trabalho não ocorre de forma simétrica para ambos os sexos, pois, via de regra, ocupam funções distintas de acordo com papéis sociais atribuídos, além de que, as mulheres têm suas condições de trabalho associadas à vida familiar (maternidade, trabalho doméstico, dentre outros). Desse modo, as mulheres dedicam maior tempo para os trabalhos reprodutivos, principalmente as mulheres de menor renda. Ou seja, embora tenham buscado maior qualificação perante as políticas de inserção no Ensino Superior, o percentual de ingresso destas em cargos melhores remunerados é pequeno, e a diferença salarial na ocupação de cargos semelhantes é recorrente. Há uma disparidade, também, em relação à raça na composição de emprego, sendo que as mulheres pretas e pardas têm posições de maior exploração e informalidade. No entanto, em uma visão marxista, a autora

não acredita na emancipação feminina sem emancipação enquanto seres humanos perante o capital (TORO, 2018).

Na pesquisa “As mobilidades socioespaciais das agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul/RS”, Caroline Tapia Bueno (2019) analisa o contexto migratório das agricultoras e o processo de masculinização do campo atrelados à questão da sucessão familiar e à divisão sexual do trabalho (e da remuneração) na estrutura patriarcal de gênero da agricultura familiar.

Os papéis sociais atribuídos às mulheres as colocam como responsáveis por trabalhos não remunerados e/ou reconhecidos nas unidades produtivas da agricultura familiar. As dificuldades de acesso à terra e ao estudo, bem como a falta de participação nas tomadas de decisões e no gerenciamento das unidades produtivas, levam-nas a procurar outros espaços e a independência financeira, especialmente no âmbito urbano (BUENO, 2019).

No trabalho “Raça e patriarcado na formação do campesinato nordestino”, Maria Rosineide Pereira discute a unificação e a complementaridade entre o patriarcado, o capitalismo e o racismo, que perpassam todas as dimensões humanas (PEREIRA, 2019).

Pereira (2019) contribui através da discussão sobre a formação do campesinato nordestino em uma perspectiva sobre a diferença de classe social, mas para além desta, busca interpretar como as questões de raça e de gênero, através da territorialidade do patriarcado, contribuíram para a exploração e a invisibilidade do trabalho das mulheres negras. Através da interseccionalidade dos modos discriminatórios e de opressão (raça, classe, gênero), a autora situa as mulheres camponesas a partir da lógica patriarcal de dominação.

A diferença histórica demonstra caminhos e desafios diversos enfrentados por homens e mulheres no campo e, a divisão sexual do trabalho de acordo com o gênero demonstra, de forma material, o processo de invisibilidade e de exclusão das mulheres. As mulheres negras camponesas nordestinas, organizadas no Movimento Sem Terra (MST) resistem aos processos discriminatórios e buscam por um feminismo camponês e popular, considerando as vivências e os desafios a partir de suas perspectivas (PEREIRA, 2019).

Verifica-se, portanto, que os trabalhos consultados contribuem para o debate sobre a ordem patriarcal de gênero no âmbito da Geografia, pois são pesquisas que trazem elementos sobre a ação do patriarcado em diferentes tempos e espaços no território brasileiro. No quadro 3, identificamos as obras utilizadas por tais autoras, para explicação do conceito de patriarcado.

**Quadro 3** - Obras utilizadas para discutir o conceito de patriarcado por Caetano (2013); Schmitz (2014); Tavares (2015); Toro (2018); Bueno (2019) e Pereira (2019)

Autoras analisadas	Autor/a e obra utilizada
BUENO, Caroline Tapia (2019)	SAFFIOTI, Heleieth. <b>O poder do macho</b> . São Paulo: Moderna, coleção polêmica, 1987, 134p.
	SAFFIOTI, Heleieth. <b>Gênero, patriarcado, violência</b> . Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.
	SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Séries Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/ <b>FLACSO</b> / Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil – junho 2009.
TAVARES NETTO, Marli José (2015)	ENGELS, F. <b>A origem da família, da propriedade privada e do Estado</b> . São Paulo: Centauro, 2002.
	SAFFIOTI, H. B. <b>Gênero, patriarcado, violência</b> . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
	SCOTT, J. <b>Gênero: uma categoria útil para análise histórica</b> . Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 2002.
CAETANO, Geani Nene (2013)	KING Ynestra. Curando as feridas: feminista, ecologismo e dualismo natureza/cultura. In: JAGAR, Alison; BORDO, Susan. <b>Gênero, corpo, conhecimento</b> , Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempo, 1997, p. 126-154.
	LAN, Diana. Género y territorio: la violencia domestica em espacios de vulnerabilidade y eclusion social – notas a partir de um caso em Argentina. In: SILVA, José, Maria (Org.). <b>Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades</b> . Paraná: Todapalavra, 2009, p. 281-299.
	DIMEN, Muriel. Poder, sexualidade e intimidade: In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. <b>Gênero, corpo, conhecimento</b> , Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempo, 1997, p. 42-61.
PEREIRA, Maria Rosineide (2019)	SAFFIOTI, Heleieth. <b>Gênero, Patriarcado, Violência</b> (2015)
	SCOTT, Joan. <b>Gênero: uma categoria útil para análise histórica</b> . Trad.: Dabat, Christine Rufino; Ávila, Maria Betânia. 1989.
	FEDERICI, Silvia. <b>Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva</b> , 2017
	ARRUZA, Cinzia. <b>Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo</b> (2015)
TORO, Mariana A. Roedel Salles (2018)	DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. <b>Revista Brasileira de Ciência Política</b> , v.17, Brasília, maio-agosto de 2015. Pp.99- 110. Disponível em: Acesso em 12 de janeiro de 2018.
	SAFFIOTI, H I.B. <b>Gênero, patriarcado, violência</b> . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, 152p.
	SAFFIOTI, Heleieth. <b>Gênero, patriarcado, violência</b> . Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SCHMITZ, Aline Motter (2014)	FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: Uma Herança Ocidental. <b>Revista fato&amp;versões</b> , v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: < <a href="http://www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes">www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes</a> >. Acesso em: 22. Ago. 2012.
	PATEMAN, Caroline. <b>O contrato sexual</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 347 pgs. Tradução de Marta Avancini.
	GARCÍA-CELAY, L. M; NAVARRO, M. N. <b>El Patriarcado: Una estructura invisible</b> . Jul. 2002. Disponível em: < <a href="http://www.stopmachismo.net/marmar2.pdf">http://www.stopmachismo.net/marmar2.pdf</a> >. Acesso em: 12 jul. 2012.

**Fonte:** CAETANO (2013); SCHMITZ (2014); TAVARES (2015); TORO (2018); BUENO (2019); PEREIRA (2019). Org. SCHMITZ A. M; BUENO, C. T. (2021).

\*Não citamos as obras utilizadas como apud.

No quadro 3, acima exposto, é possível verificar as principais obras utilizadas nas pesquisas acadêmicas da Geografia brasileira, com a finalidade de explicar o conceito de patriarcado. O texto mais utilizado pelas autoras é a obra “Gênero, patriarcado, violência” da Heleieth Saffioti, considerada fundamental, visto que a autora traz exemplos didáticos sobre a atuação do patriarcado na sociedade e a interferência deste na vida das pessoas. Portanto, torna-se imprescindível sua consulta nas pesquisas sobre o tema.

Embora o quadro 3 demonstre uma ampla bibliografia para a análise sobre o conceito de patriarcado, ainda há diversos outros trabalhos importantes para o aprofundamento da temática. De modo que, com este texto, visa-se colaborar para que o conceito seja utilizado e aprofundado nas pesquisas acadêmicas, mas também em movimentos sociais e na sociedade em geral. Ainda, que possa contribuir para a reflexão sobre a importância do tema nas pesquisas geográficas, bem como indicar caminhos para a análise do patriarcado, que é recente no âmbito da Geografia.

### Considerações Finais

O patriarcado é um conceito útil e necessário para discutirmos as desigualdades entre os gêneros em diferentes espaços e tempos. Considerando o modelo binário, o patriarcado explicita as diferenças entre homens e mulheres em todas as esferas, sociais, econômicas e culturais, que permeiam a vida de toda a população e Saffioti (2004) afirma que nenhum ser humano é livre do domínio deste sistema.

O patriarcado atua hierarquicamente de acordo com o gênero. Assim, as mulheres, em âmbito geral, são mais afetadas pelas suas consequências, seja nas diferenças de oportunidade

de trabalho, de remuneração e de segurança, entre outros. As teóricas Heleieth Saffioti, Gerda Lerner e Silvia Federici são fundamentais para a compreensão do conceito proposto nesta análise, portanto, há necessidade da leitura *in loco* dos textos indicados para quem deseja aprofundar a temática e, sugerimos o texto “Gênero, patriarcado e Violência” da Saffioti (2004) como ponto de partida.

Os trabalhos consultados no banco de teses e dissertações da CAPES retratam a situação das mulheres localizadas em diferentes tempos e espaços do território brasileiro. Cada qual com suas particularidades e com suas abordagens, contudo com um ponto em comum: a influência do patriarcado na vida das mulheres estudadas. Os trabalhos denunciam a invisibilidade do trabalho feminino e as dificuldades que ele impõe para o grupo.

Nas pesquisas em Geografia Humana, mesmo que o enfoque não seja abordagem de gênero, é importante que as (os) pesquisadoras (es) possuam a percepção sobre a atuação do patriarcado na construção espacial, que embora tenha passado por modificações no tempo e no espaço, permanece vigoroso e atuante na sociedade atual.

Por fim, o conceito de patriarcado é atual e útil no entendimento das relações sociais que permeiam todas as pesquisas de diferentes áreas, seu uso é essencial para que não se mascare a ação “do patriarca” e se consiga denunciar as relações hierárquicas de gênero que assolam a sociedade, seja essa rural ou urbana. Assim, as pesquisas, como as apontadas no texto explicitam as implicações do patriarcado sobre a vida das pessoas, pois são através delas que essas relações são denunciadas e chegam ao conhecimento da população.

Visa-se, portanto, que o termo analisado neste estudo seja cada vez mais utilizado nas pesquisas acadêmicas, em especial na Geografia, contribuindo para dar visibilidade a participação das mulheres na construção espacial.

### Referências Bibliográficas

BUENO, Caroline Tapia. **As Mobilidades Socioespaciais das Agricultoras Familiares do Município de São Lourenço do Sul/RS**. 2019. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia – análise urbana regional) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

CAETANO, Geane Nene. **Dinâmica Demográfica do Município de Santa Maria/RS: o estudo acerca das relações de conjugalidade através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal**. Santa Maria, 2013. 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **A História Oculta da Fofoca: Mulheres, Caça às Bruxas e Resistência ao Patriarcado**. Capítulo traduzido do livro *Witches, Witch-Hunting and Women* por Heici Regina Candiani. Boitempo, São Paulo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo, Cultrix, 2019.

PEREIRA, Maria Roseneide. **Patriarcado e Raça na Formação do Campesinato Nordestino**. São Paulo, 2019, 96p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), 2019.

SAFFIOTI, HELEIETH. **O Poder do Macho**. São Paulo, Moderna, 1987.

SAFFIOTI, HELEIETH. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SCHMITZ, Aline Motter. **O Trabalho das Mulheres Agricultoras Familiares na Atividade Leiteira**. Francisco Beltrão, 2014, 199p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2014.

TAVARES NETTO, Marli José. **Trabalho, Fé e Patriarcado: as mulheres na produção socioespacial das congadas de Catalão (GO)**. 2015. 107f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2015.

TORO, Mariana Alejandra Roedel Salles; Mattos, Regina Célia de. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Emancipação ou Precarização?** Rio de Janeiro, 2018. 122p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Joseli Maria. Não Excluem Metade da Humanidade da Geografia Humana: entrevista com Janice Monk. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 148 - 152, jan. / jul. 2010. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1295/938>>. Acesso em: ago. 2021.

### **Sobre as autoras**

**Aline Motter Schmitz** - Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão, durante o doutorado foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre, bacharela e licenciada em Geografia também pela Unioeste. Docente colaboradora no Curso de Graduação em Geografia da Unioeste, campus de Francisco Beltrão. Integrante do Grupo de Estudos Corpo, Gênero e Diversidade (Unioeste - Francisco Beltrão). Pesquisa na área de Geografia e Gênero, com ênfase na Geografia Agrária e na organização de mulheres agricultoras.

**Caroline Tapia Bueno** - Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), durante o doutorado foi bolsista (CNPQ) de Doutorado Sanduíche no Exterior na Universidad Complutense de Madrid - Espanha. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2019), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (2016), durante a graduação foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID (2015-2016). Integrante do Grupo de Estudos Corpo, Gênero e Diversidade (UNIOESTE - Francisco Beltrão). Pesquisa na área de Geografia Agrária, com ênfase em Agricultura Familiar, Trabalho e Gênero.

Artigo recebido em 16/02/2023

Artigo aceito para publicação em 28/07/2023

*Feminismo para mudar o mundo*

*Tem conversas que só rosto no rosto podem acontecer  
Por aqui, o celular, a internet, facilita,  
Mas não resolve  
Porque aqui não tem o botão do abraço que eu queria te dar.*

*Tem coisas que nós, mulheres, precisamos estar juntas  
Corpos que rodeiam as fogueiras  
Que entoam cantos de luta*

*Se o sofrer está em cada uma de nós  
A resposta será coletiva  
Construída nos nossos encontros  
Da nossa energia  
Dor, amor e caldeirão*

*Jane Rosa*

**DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES: O MOVIMENTO FEMINISTA E A  
PRODUÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA NO #8M<sup>1</sup>**

**DIA INTERNACIONAL DE LAS MUJERES: EL MOVIMIENTO FEMINISTA Y LA  
PRODUCCIÓN DE LA ESCALA GEOGRÁFICA EN EL #8M**

Jane Rosa da SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** Será que atualmente existe uma política de escalas nas articulações que constituem o movimento feminista ao redor do mundo? E, mais, será que as ações realizadas no 8 de março podem alçar saltos escalares? A proposta deste artigo busca compreender a política de escalas das ações realizadas em 2017 pelos movimentos feministas no Dia Internacional das Mulheres, que ficou conhecido nas redes sociais como #8M. Em diálogo com as contribuições de Neil Smith e Heleieth Saffioti procuramos estabelecer conexões entre o debate escalar, as origens do #8M e as pautas de luta que são orientadas por diferentes estratégias políticas. Além disso, consultamos pesquisas, documentos e portais de notícias a fim de reunir informações sobre a mobilização do #8M de 2017. Com isso, verificamos que no Brasil o feminismo progressista e de caráter popular, em articulação na Greve Internacional de Mulheres, realizou a luta econômica em defesa da aposentadoria associando-a com as condições de trabalho das brasileiras após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Em vista disso, de forma coordenada e simbólica, as agências da previdência social por todo o país foram alvos da denúncia das políticas neoliberais e conservadoras que atingiam, sobretudo, as mulheres trabalhadoras.

**Palavras-chaves:** Dia Internacional das Mulheres, Greve Internacional de Mulheres, escala geográfica, movimento feminista, Geografia Feminista.

<sup>1</sup> Artigo em decorrência da Pesquisa de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – financiada pelo CNPq. Defendida em agosto de 2020.

<sup>2</sup> Mestra e licenciada em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp). Compõe o Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGeT). Pesquisas buscam compreender as relações de gênero, étnico-raciais e de classes na produção do espaço. Educadora popular, atua junto aos movimentos sociais de juventude, atingidos por barragens e feminista. Militante da Consultar Popular. ORCID ID: 0000-0002-7357-9290. Email para contato: [janerosas1994@gmail.com](mailto:janerosas1994@gmail.com)



**Resumen:** ¿Existe actualmente una política de escalas en las articulaciones que constituyen el movimiento feminista en todo el mundo? Y, además, ¿pueden las acciones llevadas a cabo el 8 de marzo dar saltos escalares? La propuesta de este artículo busca comprender la política de escalas de las acciones realizadas en 2017 por movimientos feministas en el Día Internacional de la Mujer, que se conocieron en las redes sociales como #8M. En diálogo con las aportaciones de Neil Smith y Heleieth Saffioti tratamos de establecer conexiones entre el debate escalar, los orígenes del #8M y las agendas de lucha guiadas por diferentes estrategias políticas. Además, consultamos investigaciones, documentos y portales de noticias para recabar informaciones sobre la movilización del #8M de 2017. Así, encontramos que, en Brasil, el feminismo progresista y popular, en articulación con el Paro Internacional de Mujeres, llevó a cabo la lucha económica en defensa de la jubilación, asociándola a las condiciones de trabajo de las mujeres brasileñas tras el golpe que derrocó a la presidenta Dilma Rousseff en 2016. En vista de ello, de forma coordinada y simbólica, los organismos de seguridad social de todo el país fueron objeto de denuncias de las políticas neoliberales y conservadoras que afectaran, sobre todo, a las mujeres trabajadoras.

**Palabras-claves:** Día Internacional de las Mujeres, Paro Internacional de las Mujeres, escala geográfica, movimiento feminista, Geografía Feminista.

**Abstract:** Is there currently a politics of scales in the articulations that constitute the feminist movement around the world? And, furthermore, can the actions carried out on March 8 take scalar leaps? The proposal of this article seeks to understand the politics of scales of the actions carried out in 2017 by feminist movements on International Women's Day, which became known on social media as #8M. In dialogue with the contributions of Neil Smith and Heleieth Saffioti we seek to establish connections between the scalar debate, the origins of #8M and the agendas of struggle that are guided by different political strategies. In addition, we consulted surveys, documents, and news portals in order to gather information about the 2017 #8M mobilization. Thus, we found that in Brazil, progressive and popular feminism, in articulation with the International Women's Strike, carried out the economic struggle in defense of retirement, associating it with the working conditions of Brazilian women after the coup that ousted President Dilma Rousseff in 2016. In view of this, in a coordinated and symbolic way, social security agencies throughout the country were targeted to denounce the neoliberal and conservative policies that affect, above all, working women.

**Key-words:** International Women's Day; International Women's strike; geographical scale; feminist movement, Feminist Geography.

## Introdução

Neste artigo, pretendemos encontrar algumas respostas para estas inquietações, sendo seu objetivo discutir as ações realizadas no Dia Internacional das Mulheres, conhecido na linguagem das redes sociais como #8M, especialmente do ano de 2017, sob a perspectiva da escala geográfica e sua relação com gênero, raça e trabalho. A análise apresentada aqui é fruto do trabalho final de uma disciplina<sup>3</sup>, das reflexões desenvolvidas na pesquisa de mestrado<sup>4</sup>, bem

---

<sup>3</sup> Algumas das inquietações que levaram a escrita deste texto partiram das discussões realizadas na disciplina "A escala geográfica na análise espacial" oferecida no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp no ano de 2017.

<sup>4</sup> Nossa pesquisa de mestrado estudou como as condições de trabalho das docentes do ensino superior privado, a partir da divisão sexual do trabalho, influenciam em sua participação política, sindical e feminista.

como, as elaborações coletivas e individual, construída a partir da minha militância política em organizações feministas populares.

Para tanto, iremos resgatar as formas de contestação, especialmente, greves, ocupações e manifestações organizadas pelo movimento feminista no Brasil e no mundo, tendo em vista o “saltar” e o rearranjo das escalas de cada ação e seu contexto. No que se refere à metodologia, além da revisão bibliográfica pertinente ao tema, realizamos pesquisa documental, a partir de consultas a portais de notícias e publicações nas redes sociais de movimentos sociais sobre o #8M, na busca de entendermos como se deu a articulação para esta data – do ponto de vista histórico e espacial, da elaboração das pautas e na execução das mobilizações. Neste sentido, nosso esforço foi de traçar um panorama geral e filtrar aquilo que entendemos como mais relevante para nossa discussão.

Com isso, o artigo está estruturado da seguinte maneira. No item 1, apresentamos o debate teórico-político em torno da categoria da escala geográfica e sua articulação com a questão de gênero e a divisão sexual do trabalho contemporânea, numa sociedade estruturada a partir do desenvolvimento capitalista, patriarcal e racista. Nesta direção, o segundo item discute as origens do Dia Internacional das Mulheres e costura com a política de escalas construída pelo movimento feminista na Greve Internacional de Mulheres em 2017. No terceiro, e último item, evidenciamos a conjuntura brasileira pela qual atravessa o Brasil em 2017 e a luta travada pelo movimento feminista popular em defesa da aposentadoria das trabalhadoras, assim como, as ações realizadas possibilitaram os saltos escalares.

### **Gênero, trabalho e classe na produção social da escala geográfica**

Observa-se um esforço de parte da ciência geográfica para compreender o modo de produção capitalista e empregar uma linguagem espacial a fim de emergir preocupações políticas que se contrapõem às dominantes. Essa elaboração crítica do espaço é um projeto altamente político. O geógrafo escocês Neil Robert Smith (2000), em seu texto “Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem-teto e produção de escala geográfica”, contextualiza que foi a partir da discussão crítica do espaço que se passou à compreensão da escala como produto social e político. É neste contexto que o autor questiona: onde está presente o debate político da escala geográfica? À vista disso, critica a perspectiva naturalizada de divisão do mundo em localidades, regiões, nações, e assim por diante, bem como, a trivialização

da escala geográfica como mera questão de preferência metodológica do pesquisador(a). Neste sentido, ele propõe uma nova compreensão de escala, isto é, concebê-la como socialmente construída (SMITH, 2000). Em suas palavras:

A construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. [...] a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa (SMITH, 2000, p. 139).

Para Smith (1988), a escala possui um papel fundamental no processo de articulação espacial e, por conseguinte, na acumulação do capital. Desta forma, o arranjo espacial das escalas está sujeito a mudanças, já que estão determinadas pelo próprio desenvolvimento desigual do capitalismo e – acrescentamos – pelas lutas de classes.

Se compreendemos que a escala é socialmente produzida e que o centro da nossa discussão é tratar da luta feminista, é preciso dizer que o modo de produção capitalista está impregnado da lógica patriarcal. Concordamos com a análise apreendida pela socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1987), na qual patriarcado, racismo e capitalismo conformam um único sistema de dominação e exploração. Com isso, é importante demarcar que o patriarcado é uma das estruturas de exploração e dominação mais antigas na qual se tem conhecimento, seguida do racismo, onde a conquista e colonização dos povos e territórios foi marcada pela escravização dos derrotados. Deste modo, não foi o capital quem “inventou” o patriarcado e o racismo, o que de fato houve foi que, o desenvolvimento do modo de produção capitalista só foi possível à medida em que ele incorpora essas estruturas sociais anteriores. Portanto, o que temos é um entrelaçamento, uma fusão entre esses três sistemas de dominação e exploração – que são separáveis apenas do ponto de vista analítico.

A contribuição de Saffioti (2013) é fundamental já que localiza a produção das relações patriarcais de gênero em determinado modo de produção, decifrando, portanto, “A mulher na sociedade de classes”. Dessa maneira, a autora propõe a vinculação da categoria gênero com outras duas determinantes para o entendimento da realidade: raça/etnia e classes sociais. Segundo Saffioti (2015; 1987), essas categorias (gênero, raça e classe) possuem histórias distintas, todavia, sob o modo de produção capitalista, elas estão imbricadas feito um nó, em suas palavras:

[...] uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O Nó (Saffioti, 1985, 1996) formado por essas três contradições apresenta uma

qualidade distinta das determinações que o integram. (SAFFIOTI, 2015, p. 122).

Com efeito, aqui daremos maior atenção para a categoria gênero permeada pela questão de classe. Dessa maneira, patriarcado não é autoexplicativo, tampouco a exploração e opressão de gênero aparecem apenas na esfera econômica, é válido salientar que estes aspectos se mantem a partir de valores culturais, sociais, políticos e ideológicos que sustentam uma lógica conservadora do lugar das mulheres na sociedade patriarcal e de classes. Por isso, é necessário um conjunto de categorias que nos ajudam compreender os elementos estruturantes do patriarcado e fundamentar suas determinações a partir do nó analítico com o racismo no modo de produção capitalista.

A forma como é dividido o trabalho realizado por homens e mulheres é uma chave importante para problematizarmos as raízes da desigualdade de gênero. A divisão sexual do trabalho é um dos modos como organizamos o trabalho social, que está permeado pelas relações de gênero. Com isso, numa sociedade patriarcal cria-se uma hierarquia nessa divisão, sendo que o trabalho masculino adquire maior valor social do que o trabalho feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007). No bojo do desenvolvimento capitalista, a divisão sexual do trabalho opera a partir de uma lógica de separação dos espaços de produção e reprodução social em que ganha status de “trabalho” apenas as atividades remuneradas realizadas nos lugares de produção (FEDERICI, 2017). Por outro lado, invisibiliza grande parte do trabalho reprodutivo, como no caso do cuidado com as crianças e outras pessoas vulneráveis, bem como, a limpeza e organização dos espaços domésticos. Destaca-se que o trabalho doméstico e de cuidados é de responsabilidade quase exclusiva de meninas e mulheres, além disso, a maior parte destas atividades tornam-se trabalho não-pago, conforme as pesquisas indicam<sup>5</sup>.

Por isso, acreditamos que os aspectos contidos na divisão sexual do trabalho nos ajudam a explicitar parte da dominação-exploração capitalista-patriarcal e seu desenvolvimento histórico e geográfico. Para tanto, é fundamental apreendermos a dinâmica do trabalho tanto nos espaços produtivos, quanto nos espaços domésticos/reprodutivos, ainda que apareçam

---

<sup>5</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no Brasil em 2019, as mulheres que estavam no mercado de trabalho dedicavam, em média, 18,5 horas diárias em afazeres domésticos e de cuidado, ao passo que os homens destinavam metade do tempo que elas nestas atividades, isto é 10,4 horas diárias. Já a OXAM (2020) evidenciou que mundialmente as mulheres acima de 15 anos gastam cerca de 12,5 bilhões de horas por dia gratuitamente em tarefas deste tipo, se isso for convertido em valor monetário equivale a US\$10,8 trilhões por ano – isso corresponde a três vezes mais do que é estimado para todo o setor de tecnologia no mundo, por exemplo.

fragmentados no arranjo espacial, estão cotidiana e estruturalmente interligados (SILVA, 2020).

O processo de globalização implicou mudanças na divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, na vida das mulheres trabalhadoras ao redor do mundo (HIRATA, 2001). De um lado, como analisa Brenner (2013), os processos que ficaram conhecidos como mundialização do capital, globalização e reestruturação produtiva significaram que, desde então, o capital está articulado em redes e, portanto, possui maior fluidez no espaço e articulação em diferentes níveis escalares – do local ao internacional. Essa reorganização, do ponto de vista das escalas geográficas, nos permitiu compreender que a hierarquia escalar não está mais organizada de forma piramidal – como se fossem bonecas-russas – mas sim enquanto um mosaico, isto é, as hierarquias escalares estão sobrepostas – emaranhadas, entrelaçadas e desigualmente articuladas (BRENNER, 2013).

Por outro lado, a socióloga Helena Hirata (2001) explicita como a globalização efetivada a partir dos anos de 1990 provocaram modificações na divisão sexual do trabalho em todos os níveis escalares. Para a autora, os efeitos desse processo complexo e contraditório atingiu desigualmente o emprego masculino e feminino no mundo. Enquanto o emprego dos homens regrediu ou estagnou, o trabalho remunerado das mulheres a nível mundial aumentou<sup>6</sup>. Trata-se de um paradoxo da globalização, visto que o aumento do emprego remunerado feminino veio acompanhado pela precarização e vulnerabilidade crescentes.

Contudo, existem diferenciações, por exemplo, nos países do Norte este modelo se encarnou na figura do trabalho parcial – na França esse tipo de emprego é ocupado por 80% das mulheres e no Japão por 95% – o que significa salário parcial e agravamento das disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico. Nos países do Sul, ele assume o modelo do trabalho informal, sem nenhuma proteção econômica e é também ocupado majoritariamente pelas mulheres – como é o caso das empregadas domésticas (HIRATA, 2001).

Conforme os Estudos Feministas do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2019), as mulheres estão no centro do debate da crise do capitalismo contemporâneo, tendo em vista que são as primeiras a sentir seus efeitos. O avanço do neoliberalismo conservador em vários países, especialmente na América Latina, Ásia e África, evidencia como as mulheres se tornaram os primeiros e principais alvos da precarização, opressão e exploração do trabalho em tempos de crise. É sob essa ótica que questionamos: como os movimentos feministas subvertem

---

<sup>6</sup> Com exceção da África sub-sahariana.

a hierarquia escalar? Acreditamos que a articulação para o Dia Internacional das Mulheres seja um bom exemplo de uma política de contestação que “saltou” e rearranjou escalas, ou seja, que subverteu a hierarquia escalar.

Smith (2000) pontua que “a escala geográfica define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado (p. 144)”. É neste sentido que para ele a escala pode ser uma “arma” que é capaz tanto de restringir e excluir, quanto expandir e incluir as identidades. Assim, o autor defende a necessidade de que as ações de contestação da ordem vigente “saltem” escalas, isto é, o potencial de conexão social das escalas.

Nesta direção, evidenciamos que estes processos se dão no âmbito do capitalismo-patriarcal, mas que também podem acontecer capitaneados por movimentos de contestação à ordem social, a exemplo dos movimentos sociais, especialmente, o movimento feminista. Concordamos com Saffioti, quando afirma que:

[...] o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. [...] sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há lutas, há conflitos [...]. (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

Enfim, a posição das mulheres na hierarquia escalar não se constitui apenas sob a ótica capitalista e patriarcal, como também na construção de movimentos de resistência. Com isso, compreender as formas de organização e luta do movimento feminista na construção do Dia Internacional das Mulheres nos parece fértil, tendo em vista sua capacidade de subversão da hierarquia escalar.

### **Dia Internacional das Mulheres: origens da data e pressupostos para a construção do #8M de 2017**

Não é raro ouvir que a origem do Dia Internacional das Mulheres estaria num incêndio que causara a morte de centenas de trabalhadoras em uma confecção têxtil nos Estados Unidos. Também é comum tomar como ponto de partida o reconhecimento da data pela Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorreu em 1975. Acontece que nenhuma destas narrativas revelam as verdadeiras origens da data. O incêndio de fato existiu, mas não se vincula a proposição de um dia de luta das mulheres, inclusive, existem várias divergências em relação ao ano e se misturam fatos reais com mitos. De outra forma, partir da instituição da data pela

ONU é deixar para trás, pelo menos, 65 anos de história do movimento feminista para a construção do dia das mulheres<sup>7</sup>.

Ana Isabel Alvarez González, em seu livro “As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres” publicado em 2010, retoma o sentido desta data e recupera parte da história de luta das mulheres. Ela conta que foi Clara Zetkin<sup>8</sup> quem propôs organizar um Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas realizada em Copenhague no ano de 1910, inspirada nas manifestações feitas pelas feministas nos EUA entre 1908 e 1909. Pode-se dizer que, na 2ª Conferência Internacional Socialista (1889-1916), já havia como diretriz a comemoração de um “Dia da Mulher”, mas foi Zetkin quem indicou o caráter internacionalista da data. A resolução propunha que todos os partidos socialistas promovessem em seus países um dia de manifestações em favor do voto das mulheres.

Neste contexto histórico, o direito ao voto foi uma bandeira de luta central que mobilizou mulheres em diversos países, especialmente na Alemanha, França, Inglaterra, Rússia e EUA, naquilo que ficou conhecido como primeira onda do movimento feminista, nas últimas décadas do século 19 e início do século 20. Para o feminismo socialista o voto não era um fim em si mesmo – como postulavam as feministas burguesas e liberais – mas sim, um meio de construir força social, ciente que a libertação das mulheres passava pela transformação radical da sociedade.

Assim, o Dia da Mulher ia se consolidando como uma data de agitação e propaganda das pautas das mulheres em diálogo com as trabalhadoras. Não à toa o esforço das militantes socialistas em vincular a construção da data com a luta sufragista pautando a participação política das mulheres em diferentes lugares. A defesa da necessidade de um dia de luta internacional especialmente protagonizado por elas tinha relação direta com o estímulo à organização das trabalhadoras em busca de sua libertação e na edificação de uma sociedade socialista.

A definição do 8 de março como Dia Internacional da Mulher também tem relação com o processo revolucionário russo. Como narra a dirigente russa Alexandra Kollontai<sup>9</sup>, o “Dia das

---

<sup>7</sup> Se tomarmos como referência a data de sua definição, na Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague no ano de 1910.

<sup>8</sup> Dirigente do movimento socialista alemão e uma das principais lideranças do movimento internacional de mulheres trabalhadoras.

<sup>9</sup> Texto “Dia Internacional das Mulheres” publicado em Moscou no ano de 1920.

Mulheres Trabalhadoras”, organizado pelo Partido Bolchevique e realizado em 23 de fevereiro de 1917, tomou as ruas de Petrogrado numa manifestação pública protagonizada por operárias e camponesas. O motim impulsionou grandes manifestações nos dias seguintes, que culminaram na derrubada do Tsar e deu marcha ao processo revolucionário de tomada do poder em outubro do mesmo ano, sintetizado no mote: “todo poder aos soviets” (GONZÁLEZ, 2010).

Dois anos depois, em 1919, foi fundada a 3ª Internacional Comunista onde se realizou a 1ª Conferência Internacional de Mulheres Comunistas em Moscou. Ali foi apresentada uma resolução para que a celebração do Dia Internacional das Mulheres fosse realizada oficialmente no dia 8 de março, ou 23 de fevereiro no calendário russo, em memória à manifestação realizada pelas trabalhadoras russas, como uma data simbólica que inspiraria a solidariedade internacional das mulheres na luta por sua emancipação. Assim, os espaços constituídos nas Internacionais Socialistas e a inspiração da Revolução Russa foram fundamentais para o avanço do feminismo com orientação estratégica socialista. As origens do Dia Internacional das Mulheres partem, portanto, da combinação das experiências da luta pela liberdade das mulheres, determinada pelas lutas de classes, com um projeto de transformação global e estrutural da sociedade, de perspectiva socialista.

Ao recuperarmos o legado da articulação política para a construção da data, percebemos que a unidade em torno da realização variou significativamente ao longo da história e em cada formação socioespacial. Para nós, recuperar a história do #8M é primordial na disputa ideológica, isto é, na batalha das ideias. Atualmente a data é bastante difundida ao redor do mundo e observamos que existem diferentes vertentes quanto sua condução. Vale pontuar que as distintas estratégias políticas no movimento feminista possuem recorte de classe e étnico/racial, como o caso do feminismo de orientação liberal *versus* popular. Disto se desdobram divergências fundamentais no entendimento da origem da dominação-exploração de gênero e como estes se articulam com raça e classe, bem como, dos projetos para superação das desigualdades sociais. No campo do feminismo liberal, se reduz a luta das mulheres aos marcos do capitalismo-patriarcal e, por vezes, associa-se o #8M a grandes campanhas publicitárias que difundem o empreendedorismo individual como saída para um problema que é estrutural e coletivo. Já as ações no campo do feminismo popular, especialmente no Brasil, serão abordadas mais profundamente no item seguinte.

Nosso objetivo aqui, além contextualizar as origens do Dia Internacional das Mulheres, é fazer uma análise especialmente da realização do #8M no ano de 2017, identificando os



pressupostos que permearam a luta e organização feminista contemporânea. Neste sentido, o #8M nos permite verificar um exemplo de produção e reprodução concretos da escala geográfica como estratégia política de resistência. A articulação do movimento feminista entrecruzando as escalas internacional, nacional, regional e local possibilita que nós, mulheres, saltemos escalas e, como Smith explicita “[...] saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são, em larga medida, impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana” (SMITH, 2000, p.137).

No 8 de março de 2017, houve uma importante retomada da articulação internacional do movimento feminista entorno da Greve Internacional de Mulheres (GIM) que reuniu grupos de diversos países ao redor do mundo. A articulação para a GIM tem suas origens na primeira greve nacional de mulheres, realizada pelas feministas argentinas em 2016, como resposta ao brutal assassinato da jovem de 16 anos, Lucía Perez, em Mar del Plata, bem como, uma série de outros feminicídios<sup>10</sup> registrados no país e a repressão policial ao movimento de mulheres em Rosário<sup>11</sup>. É desta greve que emerge os gritos “*Ni una a menos*” e “*Vivas nos queremos*” que ecoaram por toda América Latina expressando a força do feminismo popular latino-americano. Daí a articulação costurou uma política de escalas de alcance mundial.

No mesmo ano, as polonesas também haviam realizado protestos de uma forma similar às greves na Argentina. Vestidas de preto, elas pararam suas atividades por um dia inteiro como forma de denunciar um projeto que enrijeceria a interrupção da gravidez no país. É daí que emerge a articulação inicial de grupos feministas na Polônia, Coreia do Sul, Rússia e Argentina que gestaram a proposta da Greve Internacional de Mulheres para o ano de 2017.

Mas por que fazer uma greve internacional de mulheres? A argentina Cecilia Palmeiro, coordenadora do movimento Ni Una a Menos, explica que a greve tinha que ser uma atividade criativa de luta, porque nem todo mundo pode deixar de trabalhar o dia inteiro, justamente porque existe uma diferença no significado de uma greve para mulheres e homens, com base nas características do trabalho de cada sujeito. As mulheres trabalham não apenas no mercado de trabalho, como também em casa. É a combinação da invisibilização do trabalho não-pago doméstico, aliado a desvalorização do emprego, que sustentam as engrenagens do modo de produção capitalista-patriarcal. Assim, o movimento feminista buscava dar visibilidade a

---

<sup>10</sup> Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres.

<sup>11</sup> Para saber mais, acesse “Triplo feminicídio fecha a semana do ‘Ni una a menos’ na Argentina”. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/internacional/1477272876\\_486294.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/internacional/1477272876_486294.html)> Acesso em setembro de 2023.

violência contra as mulheres reconhecendo sua relação direta com a violência econômica, quer dizer, entrelaçando a luta de classes com a de gênero.

Como o objetivo era dar protagonismo político às mulheres na greve, a indicação foi para que elas parassem por, pelo menos, uma hora do seu trabalho, seja produtivo ou reprodutivo, e ocupassem as ruas para que, todas juntas, dessem visibilidade ao lugar das mulheres na produção e lutar pela valorização do trabalho feminino na sociedade. Nesta direção, o mote das mobilizações deste ano foi “*Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós*”. A organização da GIM estimava a participação de 30 países, porém a mobilização foi maior do que se esperava, sendo que mais de 50 países responderam ao chamado com manifestações de variados tipos, conforme a Figura 1.

Neste íterim, salienta-se que as ações ocorrem não somente nas ruas, como também nas redes sociais, que cumpriram um papel importante, sobretudo o *Twitter*, para viralizar a *tag* #8M convocando as mulheres para as manifestações no Dia Internacional das Mulheres, bem como, divulgando as principais pautas e socializando formas de luta do movimento feminista. De acordo com Bortolon e Perdigão (2017, p. [s.n]), “em 24 horas foram contabilizados 121.807 *tweets* de 66.607 usuários, numa amostra dos *tweets* que possuem geolocalização, a América Latina sobressaiu-se nos índices de participação, sendo a Argentina a maior expoente com cerca de 35% dos *tweets*”. As redes sociais foram uma ferramenta fundamental na disseminação de conteúdos feministas, o que contribuiu, em certa medida, para a mobilização das mulheres nas ruas.

**Figura 1-** Panorama de mobilizações no #8M de 2017 ao redor do mundo.



**Fonte:** Helena Borges para The Intercept\_Brasil (2017).

Neste bojo, em 21 de janeiro de 2017, as norte-americanas se organizaram para marchar em oposição ao governo do ex-presidente Donald Trump e sua agenda ultraconservadora, misógina, homofóbica e racista<sup>12</sup>. Em fevereiro daquele ano, um grupo de destacadas intelectuais feministas nos EUA lançou o livro-manifesto intitulado “Para além do ‘faça acontecer’: por um feminismo dos 99% e uma greve internacional militante em 8 de março”<sup>13</sup>, tendo como uma das inspirações a coalizão argentina *Ni Una a Menos*. O texto analisa que a marcha de mulheres realizada em oposição ao governo de Trump precisava denunciar também seu caráter neoliberal e os ataques em curso sobre os direitos sociais e trabalhistas. As autoras ainda criticam o feminismo do “faça acontecer”, que tem como principal característica a ênfase no empreendedorismo feminino e afirmam que:

[...] As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial. O feminismo do “faça acontecer” e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garanta direitos trabalhistas. Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas. (DAVIS et. al.,[s.n], 2017).

É preciso frisar que as mulheres estão no centro do debate sobre a crise atual do sistema capitalista-racista-patriarcal em todo o mundo. A resposta da classe dominante a essa crise tem sido por meio de reformas neoliberais de caráter patriarcal, cujas mulheres se tornam os primeiros e principais alvos da precarização, exploração e opressão do trabalho. O avanço das políticas neoliberais se apoia no desmonte de direitos e sistemas de seguridade social, como é o caso do sistema previdenciário, de educação e dos cuidados com crianças e idosos – o que impacta diretamente na vida das mulheres. Junto disso, é preciso situar que a opressão e exploração não ocorrem apenas na dimensão econômica, como se mantêm nos valores sociais, culturais e morais que sustentam uma lógica conservadora do lugar da mulher e seus papéis na sociedade capitalista, patriarcal e racista. Os cortes na economia do cuidado, as reações conservadoras em campanhas como a da “ideologia de gênero”, dentre outras, incentivaram a

---

<sup>12</sup> Protesto de mulheres contra Trump reúne dezenas de milhares nos EUA. < [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/21/internacional/1485009994\\_849896.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/21/internacional/1485009994_849896.html)> Acesso em Janeiro de 2018.

<sup>13</sup> Para ler o manifesto na íntegra, acessar: < <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>>.

radicalização das mulheres nas suas formas de organização e luta em diversas partes do mundo (TRICONTINENTAL, 2019).

Assim, tem se verificado uma crescente revolta social e política, sobretudo na Ásia, África e América Latina, onde trabalhadoras(es) buscam resistir e construir alternativas ao projeto neoliberal e conservador. De acordo com o estudo “Mulheres de luta, mulheres em luta”, o “[...] cenário de brutalização da opressão das mulheres atrai muitas delas para as primeiras fileiras dessa crescente revolta social no globo (TRICONTINENTAL, p. 8, 2019)”. Ainda, o estudo destaca o cenário político heterogêneo e fragmentado do campo progressista, incentivado pelo avanço do neoliberalismo no Sul global, o que torna a construção de uma resistência unificada ainda mais desafiadora.

No caso da Greve Internacional de Mulheres, realizada em 2017, as organizadoras indicavam algumas formas de luta durante o #8M. A proposta era paralisar as atividades laborais e domésticas neste dia, se abstendo da execução dos trabalhos reprodutivos e produtivos. Também sugeriam a realização de marchas, bloqueios de estradas, pontes e praças e o boicote a empresas e políticos misóginos, machistas e sexistas. Deste modo, o #8M neste ano teve o potencial para aglutinar, sobretudo, vertentes do feminismo anticapitalista, anti-imperialista, antirracista, antineoliberal e antipatriarcal.

Para tanto, a compreensão da política de escalas se faz importante, tendo em vista que é uma articulação que opera em diferentes níveis escalares. Ela tem por finalidade potencializar efeitos, seja para neutralizar ou diminuir, o impacto de ações diversas ou tirar vantagens de situações favoráveis, com efeito, pode-se ampliar as esferas de influência – por exemplo, sensibilizando atores que sejam possíveis aliados – e/ou propiciar sinergias políticas – como recrutar apoios, costurar alianças etc. (SOUZA, 2013).

Enfim, percebemos que a movimentação feminista desde as origens do Dia Internacional das Mulheres, bem como, para a Greve Internacional de Mulheres no #8M de 2017, são exemplos da concretude da política de escalas. Se esta se efetua em diferentes níveis escalares, lembremo-nos que, como discutido, as ações que deram o “ponta pé” para o #8M de 2017 a princípio eram localizadas. Contudo, houve uma articulação para uma ação conjunta, com uma pauta mínima – tendo em vista a diversidade que se constitui o movimento feminista – para promover lutas numa data tão simbólica. Foi à constituição dessa política de escala que levou a uma aliança e gerou impacto mundial.

## **“Aposentadoria fica, Temer sai”: a política e o salto de escalas nas ações do movimento feminista brasileiro no #8M de 2017**

Em 2016, o golpe jurídico, midiático e parlamentar, disfarçado em impeachment de Dilma Rousseff, significou uma ofensiva do projeto neoliberal que pôs fim ao arranjo neodesenvolvimentista<sup>14</sup> pactuado durante os treze anos dos governos petistas (2002-2015) (BOITO, JR., 2018). O programa golpista tinha um evidente caráter conservador e patriarcal, que pode ser evidenciado na violência política de gênero sofrida pela primeira mulher a ser eleita presidenta do Brasil. Um exemplo disso foram os ataques de cunho misógino, machista e sexista direcionados a Dilma, sobretudo, durante seu segundo mandato<sup>15</sup>. Por vezes, as ofensas levavam em consideração o gênero e a sexualidade da ex-presidenta e tinham por objetivo desqualificar sua competência profissional, reforçando uma visão patriarcal de que o lugar das mulheres não é nos espaços políticos, tampouco como chefe da nação.

Com a destituição de Dilma Rousseff, o então vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo e deu marcha ao projeto neoliberal materializado no programa “Ponte para o Futuro<sup>16</sup>” que, na prática, foi a ponte para o passado no que se refere aos direitos das e dos trabalhadores. Neste programa estava previsto executar uma reforma no sistema previdenciário brasileiro, com intuito de abrir caminho para que grandes instituições financeiras lucrassem com os planos de previdência privada complementares. O que se propunha na verdade era uma contrarreforma da previdência, tendo em vista que descaracterizava os direitos estabelecidos pelo povo na Constituição Federal de 1988, como é o caso da seguridade social na velhice. Assim,

---

<sup>14</sup> O neodesenvolvimentismo articulou uma frente ampla, heterogênea e contraditória em que se conciliavam os interesses das frações burguesas com os da classe trabalhadora, sob hegemonia da burguesia interna. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) emergiram a partir de dois aspectos: 1) a crítica aos governos neoliberais da década de 1990; 2) da redução programática e estratégica do PT. Ou seja, tratava-se de aplicar um programa em que o Estado criava políticas de incentivo ao grande capital interno, como agronegócio, grandes empresas nacionais, etc. e ao mesmo tempo e em menor quantidade, políticas de transferência de renda e aumento do gasto público com o intuito de reduzir a pobreza, o que o distingue do neoliberalismo ortodoxo, ao mesmo tempo em que abandona a perspectiva estratégica de tomada do poder do Estado e rompimento com o capitalismo. Para saber mais, consultar Boito Junior (2018) e Alves (2014).

<sup>15</sup> Conforme evidenciam a tese de Perla Haydee da Silva “De Louca a Incompetente: Construções Discursivas em Relação à Ex-Presidenta Dilma Rousseff” (2019) e o livro “É presidenta, não presidente: a misoginia como elemento edificante do processo de impeachment contra Dilma Rousseff” de Larissa Rosa publicado em 2018.

<sup>16</sup> O programa “Ponte para o Futuro”, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, braço teórico o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi lançado em outubro de 2015 e, em linhas gerais, previa menos segurança e a retirada de direitos aos trabalhadores(as), por meio do avanço de políticas de cunho neoliberal.

Na essência da temerosa proposta, há de se denunciar os retrocessos advindos de: aumento de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição de servidores/as públicos/as; estabelecimento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral em 40 anos; aumento da idade de acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada – mesmo pertencendo à política de Assistência Social), com propostas que variam de 70 a 73 anos etc. (GONÇALVES et. al., 2021, p. 11).

A Contrarreforma da Previdência apresentada pelo projeto golpista e neoliberal não só era prejudicial a toda classe trabalhadora, como atingia especialmente as mulheres (GONÇALVES et. al., 2021). O objetivo era eliminar a diferença de 5 anos que existia na idade mínima da aposentadoria entre mulheres e homens, sob justificativa que elas viviam cerca de 7 anos a mais que eles. Deste modo, a proposta queria igualar a idade mínima da previdência em 65 anos para ambos os gêneros. Além disso, pretendia torná-la regra única tanto para trabalhadores(as) do campo quanto da cidade. Tal projeto desconsiderava totalmente a realidade brasileira, negando a existência das desigualdades de classe, gênero e racial que compõem o arranjo espacial e social do país.

Conforme revelam as “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” (2018) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a sobrecarga de trabalho feminino é uma tendência histórica e estrutural no país. Verifica-se que as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Este acúmulo se deve a lógica da divisão sexual do trabalho que opera na dupla jornada de trabalho, quer dizer, na concentração do emprego remunerado com os afazeres domésticos, de cuidados com pessoas, entre outros.

De um lado, se evidencia que entre 1995 a 2015 mais de 90% das mulheres declararam realizar cotidianamente atividades domésticas, enquanto esta era uma função citada apenas por 50% dos homens. Neste ínterim, é preciso considerar que são as mulheres negras quem majoritariamente realizam o trabalho doméstico, seja de forma remunerada ou não. De outro lado, as brasileiras ainda recebem 30% a menos que os homens no mercado de trabalho executando atividades similares e possuem as taxas mais elevadas de desemprego. Ainda, no aspecto da renda, ao longo destes 20 anos, os homens brancos tinham os melhores rendimentos, seguido por mulheres brancas, homens negros e mulheres negras (IPEA, 2017).

Esta realidade desigual deve ser considerada quando se trata do futuro das mulheres e das condições para sua aposentadoria, sobretudo de mulheres negras e empobrecidas. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017), as trabalhadoras possuem dificuldades para alcançar o tempo mínimo de contribuição devido as



condições de trabalho enfrentadas por elas, com isso, é comum que as mulheres se aposentem por idade. Assim, a proposta de Contrarreforma da Previdência ignorou por completo as contradições da realidade do trabalho no Brasil, quando sugeriu que homens e mulheres, do campo e da cidade, tenham o mesmo tempo de contribuição na previdência.

Neste contexto, o feminismo de caráter popular e progressista procurou vincular as lutas do #8M de 2017 com a conjuntura política e econômica pela qual o país passava, denunciando os ataques neoliberais e conservadores aos direitos adquiridos pelo povo brasileiro, especialmente, das mulheres. Em diálogo com o chamado mundial para a Greve Internacional de Mulheres, houve no Brasil uma série de manifestações. As ações tiveram um caráter de enfrentamento à proposta da reforma da previdência do governo Temer, em que o lema “*Aposentadoria fica, Temer sai! Paramos pela vida das mulheres!*” circulou de norte a sul do país, das capitais aos interiores (Figura 2).

**Figura 2** - Mulheres seguram a faixa “Aposentadoria fica, Temer sai! Diretas Já” na capital São Paulo.



Fonte: Coletivo NÓSotras (2017).

O movimento feminista respondeu as ofensivas do governo Temer se utilizando de diferentes formas de luta, com destaque para as passeatas nos centros urbanos, a interdição de rodovias e as ocupações de territórios estratégicos. Consultando portais de notícias e sites dos

movimentos sociais que organizaram a jornada de lutas do #8M, conseguimos contabilizar mais de 100 municípios espalhados por todo o país que realizaram algum tipo de mobilização na data. Para isso, foi necessária uma política de escalas que procurava articular trabalhadoras do campo e da cidade e de diversas organizações (sindicais, partidos, movimentos sociais, coletivos culturais, entre outros) por meio das Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Povo Sem Medo (FPSM)<sup>17</sup>.

Houve marchas em diversos municípios, com a participação de 200 até 60 mil mulheres e muitas delas marcaram presença em frente às agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Previdência Social. Não à toa, as agências do INSS se tornaram o principal alvo das manifestações, por ser um lugar simbólico na luta contra a reforma da previdência. Em vários municípios as agências foram ocupadas como forma de pressionar o governo e alertar a população para o fato de que é o capital financeiro quem lucra com as mudanças na previdência, enquanto as trabalhadoras(es) pagam a conta da crise (Figuras 3, 4 e 5).

**Figura 3 -** Marcha #8M Nenhum direito a menos, em Brasília/DF.



**Foto:** Mídia Ninja (2017).

<sup>17</sup> A Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo surgiram no ano de 2015, reunindo diversas organizações políticas, como sindicatos, partidos, movimentos sociais, entre outros. Elas têm por objetivo aglutinar a esquerda brasileira em torno da defesa da democracia e da soberania nacional. Para saber mais sobre as frentes, acessar: < <http://www.frentebrasilpopular.org.br/>> e < <http://www.povosemmedo.org/>>.



**Figura 4** - Mulheres ocupam a agência do INSS em Recife/PE em defesa da aposentadoria.



**Foto:** Wandecleya. **Fonte:** Brasil de Fato (2017).

**Figura 5** - Faixa “Aposentadoria fica, Temer sai” estendida no prédio do INSS em São Paulo (SP).



**Fonte:** Intersindical (2017).

No município de São Paulo 200 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), entre outros movimentos sociais e partidos políticos, ocuparam o prédio do INSS localizado no centro da cidade<sup>18</sup>. Em Alagoas, na capital Maceió, 1500 mulheres ocuparam tanto a agência do INSS quanto a do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), também houve ocupação nos municípios de Arapiraca, Delmiro Gouveia e Alto Sertão. Em Pernambuco cerca de 1100 mulheres ocuparam as agências nos municípios de Vitória de Santo Antão e Goiaba. No Ceará, 800 mulheres ocuparam o prédio do INSS em Crateús. No estado do Pará também houve ocupações reunindo mulheres do campo e da cidade. Na Bahia, nos municípios de Juazeiro e Barreiras, a ocupação contou com a participação de cerca de, respectivamente, 1200 e 500 mulheres. Em Belo Horizonte (MG), cerca de mil mulheres ocuparam o prédio da Previdência Social localizado no centro. Já em Goiás, após a ocupação do prédio da Previdência Social de Formosa de Goiás, houve repressão policial e 80 mulheres foram encarceradas em um ônibus pela Polícia Militar – que exigia a entrega de dois militantes para serem presos.

Durante a ocupação em Belo Horizonte, Fernanda Maria, militante do Levante Popular da Juventude, relata que:

Esta ocupação, simboliza nosso abraço, o nosso zelo pela Previdência, cumpre um papel importante na conscientização das trabalhadoras. É uma forma de dialogar com as mulheres e mostrar a todas o quanto estamos perdendo com essas mudanças<sup>19</sup>”.

Neste sentido, entendemos que as ações de enfrentamento, simbolizadas nas intervenções aos prédios do INSS, permitiram que as mulheres “saltassem” escalas. Isso porque, ao ocuparem as agências da Previdência Social – que é uma instituição pública nacional – em municípios de diferentes posições na hierarquia urbana, isto é, de cidades pequenas a capitais, confrontaram o Estado – dissolvendo fronteiras espaciais – defendendo o direito à aposentadoria e a vida das mulheres trabalhadoras. Concomitantemente, a ação coordenada em escala nacional ampliou seu impacto, já que se a ocupação fosse de forma isolada não teria a mesma repercussão.

---

<sup>18</sup> A filmagem da ocupação realizada pelas mulheres no prédio da superintendência do INSS em SP, está disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=496303100493572>>.

<sup>19</sup> A filmagem da ocupação na agência da Previdência Social em Belo Horizonte está disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/08/mulheres-ocupam-agencia-da-previdencia-social-em-belo-horizonte/>>.

Enquanto as mulheres protestavam por todo o país, o então presidente Temer, em seu discurso de “celebração” do Dia Internacional da Mulher no Palácio do Planalto, naturalizou os papéis sociais e os lugares atribuídos ao feminino, como é o caso da maternidade, organização doméstica e da educação das crianças, ao passo que isenta os homens destas tarefas:

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [esposa de Michel Temer], o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. [...] Se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher. (PORTAL PLANALTO, 08 de mar. de 2017, acréscimo nosso)<sup>20</sup>.

Assim, Temer reforça e limita o lugar das mulheres na sociedade, além de ignorar a realidade sobre trabalho feminino no Brasil, esconde como as mudanças propostas na Contrarreforma da Previdência desconsideram a divisão sexual e racial do trabalho. Nesta linha, para o ex-presidente:

[...] Hoje, graças a Deus, as mulheres, sem embargo das dificuldades, têm uma possibilidade de empregabilidade que não tinham no passado. [...] Significa também que a mulher, além de cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego. Porque hoje homens e mulheres são igualmente empregados. (PORTAL PLANALTO, 08 de mar. de 2017).

A narrativa exalta uma falsa igualdade de gênero no que se refere ao trabalho realizado por homens e mulheres no país. Segundo os dados do IBGE, no ano de 2016 o índice de desemprego para os homens foi de 10,7%, enquanto para as mulheres este percentual foi de 13,8%. Em 2017 os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostraram que houve um fechamento de 42,5 mil empregos ocupados por mulheres, enquanto abriram 21,6 mil novos postos de trabalho para os homens<sup>21</sup>. Isso quer dizer que, o suposto avanço na empregabilidade feminina e na igualdade no mercado de trabalho dita por Temer é, na verdade, uma falácia. É possível explorar ainda a desigualdade de salários, o trabalho precário, a má remuneração entre outros aspectos que compõem a desigualdade de gênero

---

<sup>20</sup> Parte do discurso do ex-presidente Temer no #8M de 2017 está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YI74hW9d43E>>.

<sup>21</sup> Mulheres perdem 42,5 mil vagas e homens ganham 21,6 mil em 2017. Disponível em: <<https://exame.com/economia/mulheres-perdem-425-mil-vagas-e-homens-ganham-216-mil-em-2017/>> Acesso em julho de 2021.

(FARIA; NOBRE, 1999; SILVEIRA; FREITAS, 2007), mas que, como este não é o ponto central do nosso texto, deixaremos para outra oportunidade.

Esses elementos demonstram que o discurso de Michel Temer, além de contraditório, expressa o machismo que é sustentado pela sociedade capitalista, patriarcal e racista. Ao tratarmos da escala nação, representada na figura do então presidente, percebemos como o poder estatal está sob hegemonia da classe dominante que, de modo geral, é bilionária, masculina, branca e heteronormativa (SMITH, 2000). Neste sentido:

Na medida em que esses interesses são sistematicamente incorporados ao tecido legal e ideológico do Estado, a exploração e a opressão baseadas em classe, raça, gênero e outras diferenças sociais são institucionalizadas nas suas estruturas nacionais de direitos civis e leis de propriedade. O Estado polícia também as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em especial o corpo, a casa e a comunidade, e os desafios ao poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão [...] (SMITH, 2000, p. 154).

Com isso, as medidas adotadas pelo governo Temer institucionalizaram, de um lado, a opressão-exploração das mulheres e, de outro, desenhou as fronteiras de sua atuação – principalmente nas escalas do corpo, da casa e da comunidade. Isto porque a escala da nação, pela via do Estado, exerce um poder importante de controle dentro da hierarquia escalar. Ademais, queremos dar relevância à escala do corpo, pois este é o local físico primário da identidade pessoal, afinal, gênero corresponde a uma relação biológica e socialmente construída no decorrer do tempo e do espaço. Nesta perspectiva, o acesso físico *ao* e *pelo* corpo e o controle *sobre* o corpo são, nas palavras de Smith (2000) “avenidas centrais da disputa nessa escala (p. 145)”. Isso é:

As políticas do aborto, do estupro, da prostituição, da reprodução e dos cuidados com o corpo (a provisão e a preparação de comida, roupa, abrigo, calor, beleza) concentram-se no acesso ao corpo das mulheres, no trabalho que as mulheres fazem com seus corpos e a fronteira entre o controle individual e estatal sobre o corpo. (SMITH, 2000, p. 145).

Por isso, acreditamos que o feminismo deve pautar a autonomia dos corpos das mulheres para, com isso, emancipar essa escala da vida. A possibilidade de tomada de consciência de mulheres e homens por meio do movimento feminista anticapitalista, anti-imperialista, antineoliberal, antipatriarcal e antirracista, associada ao processo de construção das jornadas de lutas unitárias no #8M, podem abrir caminhos para alçar saltos escalares, bem como, avançar no desenvolvimento de uma política de escalas feminista e popular.

Finalmente, este panorama das diferentes formas de mobilização do feminismo popular para o 8 de março demonstra que, de modo geral, as ações realizadas estão marcadas de simbologias, ao fazer uso de elementos culturais, políticos e ideológicos, que remetem aos diferentes temas que perpassam a vida das mulheres: trabalho, crise econômica, políticas neoliberais, violência, feminicídio, direitos reprodutivos, conservadorismo, entre outros. Por isso, entendemos que estas lutas devam ser realizadas em lugares estratégicos, que possibilitem evidenciar as pautas de reivindicação, para saltar escalas – dialogando com o conjunto do movimento feminista e fazendo o enfrentamento ao capitalismo-patriarcal-racista, local, nacional e internacionalmente. Isto é fundamental, pois como aponta Smith (2000), “a escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa (p. 144)”.

### **Considerações Finais**

O projeto conservador e neoliberal de caráter patriarcal e racista, iniciado em 2016, pelo governo ilegítimo de Michel Temer enfrentou a resistência das organizações populares, dentre elas, o movimento feminista popular. O #8M historicamente “abre” o calendário anual de datas simbólicas e é um “termômetro” importante da luta de classes. Assim, podemos dizer que as ações realizadas pelas mulheres nesta data inspiraram outras manifestações ocorridas ao longo do ano de 2017, em que a defesa da aposentadoria e do trabalho eram as pautas principais – destacam-se a greve do dia 15 de março, a greve geral de 28 de abril e os protestos e paralisações no dia 30 de junho.

Estas grandes mobilizações conseguiram desgastar não só o governo Temer, como algumas das agendas contidas na proposta inicial da Reforma da Previdência, a exemplo da igualação da idade mínima para mulheres e homens, tanto nos espaços rurais quanto urbanos. A força das manifestações populares foi fundamental para frear a tramitação da contrarreforma do sistema previdenciário no Congresso Nacional, no entanto, não conseguiu conter a aprovação de outra contrarreforma importante e igualmente prejudicial, como foi o caso da Reforma Trabalhista<sup>22</sup>.

Com a vitória de Jair Bolsonaro na eleição de 2018, as políticas de orientação neoliberal seguiram a pleno vapor, firmando um novo pacto das diferentes frações das classes dominantes, com um evidente caráter neofascista (BOITO JR., 2020). Com isso, ainda no primeiro ano do

---

<sup>22</sup> Lei nº 13.467 aprovada em julho de 2017.

governo de Bolsonaro, a Contrarreforma da Previdência foi aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019<sup>23</sup>. Num cenário de derrota estratégica da esquerda, soma-se o avanço das reformas neoliberais de cunho conservador e neofascista, que impõe a perda de direitos fundamentais, como o caso da seguridade social e dos direitos trabalhistas e colocam muitos conflitos de classe, gênero e raça, além de desafiar a organização da classe trabalhadora em torno de um projeto de país.

Smith (2000) pontua que o capital está organizado nos mercados mundiais por meio de empresas multinacionais que detêm um poder econômico significativo sobre os estados-nações. Por outro lado:

A classe trabalhadora poderia também levar a melhor sobre as classes dominantes nacionais organizando-se internacionalmente, mas, apesar da velha ambição do lema “trabalhadores do mundo, uni-vos”, a classe operária internacional não está em nenhum lugar tão organizada quanto seus adversários (SMITH, 2000, p.154).

Concordamos com a análise do autor, de fato, hoje não existe uma organização internacional da classe trabalhadora da mesma maneira que existe do capital. Contudo, é importante reformularmos o velho, porém atual, lema do Manifesto Comunista e afirmarmos “trabalhadores e *trabalhadoras* do mundo, uni-vos”. Isto porque o #8M é uma data significativa para as mulheres de todas as classes sociais, mas, como demonstramos no texto, ela se torna uma luta *estratégica* para as mulheres e para toda a classe trabalhadora. Como a própria origem do Dia Internacional das Mulheres evidencia, bem como, a articulação para a Greve Internacional de Mulheres, a centralidade desta data deve estar voltada para ações que explicitam a opressão e exploração do nó gênero, raça e classe e para a construção de um projeto de sociedade emancipatório e socialista.

No #8M de 2017, destaca-se a articulação de pautas de caráter econômico com as de combate à violência de gênero, evidenciando as formas estruturais de organização e subordinação do trabalho feminino. Assim, os tipos de lutas feministas ganharam novos contornos ao ressignificar formas clássicas, como a greve, enquanto instrumento protagonizado por mulheres, bem como, na ocupação de territórios estratégicos, como foi caso das agências do INSS no Brasil. Ambas ações estão permeadas pela radicalidade, no sentido de ir a raiz do problema e das origens da exploração-dominação de gênero, raça e classe.

---

<sup>23</sup> Para ter acesso a todas as alterações da reforma, consultar: <<https://ingrancio.adv.br/reforma-da-previdencia/>>.



Cabe salientar a conexão nas redes e nas ruas, sendo que esta última inaugurou um espaço importante na disputa ideológica contemporânea frente às ofensivas neoliberais e conservadoras. A *tag* #8M sintetizou uma série de reivindicações do movimento feminista, com destaque para a força do feminismo popular latino-americano.

Nesta direção, o #8M mostrou o potencial de uma luta feminista coordenada internacionalmente, superando parte das divergências que existem dentro do movimento. Isto evidencia a necessidade de uma organização internacional de mulheres – seria uma nova Internacional Feminista? – para acumular no confronto contra o capitalismo-patriarcal-racista e na elaboração de um novo projeto societário baseado na igualdade de gênero, raça e classe. Vale ressaltar experiências inspiradoras, como as organizadas pelas mulheres da Via Campesina<sup>24</sup> e Marcha Mundial de Mulheres<sup>25</sup>. Ademais, uma organização internacional poderia colaborar no monitoramento e sistematização das variadas formas de mobilização que ocorrem nesta data, mas também ao longo dos anos, como uma maneira de reunir informações que contribuirão para o acúmulo de força social do movimento feminista.

Por fim, evidenciamos que o conceito de escala geográfica é um instrumento importante para interpretarmos as formas de organização e de lutas travadas no tempo e espaço em diversas organizações sociais, em especial, o movimento feminista. Assim, a construção de uma política de escalas entre os movimentos feministas locais com movimentos populares de atuação nacional entorno de uma luta unitária, como foi o caso da defesa da aposentadoria e do futuro das mulheres trabalhadoras, tem potencial para articular pautas econômicas às lutas políticas e, com isso, saltar escalas.

---

<sup>24</sup> Em 2017, foi realizado a 5ª Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina que reuniu cerca de 150 mulheres de todos os continentes, representando 164 organizações de 79 países. Para saber mais consultar Mulheres da Via Campesina: ‘com feminismo e soberania alimentar mudamos o mundo’, disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/18/mulheres-da-via-campesina-com-feminismo-e-soberania-alimentar-mudamos-o-mundo>>

<sup>25</sup> Em 1995, cerca de 900 mulheres realizaram uma marcha de 200 quilômetros, no Quebec (Canadá), exigindo “Pão e Rosas”, colocando-se contra as políticas de austeridade neoliberais. Ao final da ação conquistaram aumento do salário e mais direitos para as mulheres imigrantes. A partir daí, as mulheres do Quebec entraram em contato com organizações de outros países, a fim de realizar uma campanha global. Em 1998, foi realizado o I Encontro Internacional da MMM, com a participação de 145 mulheres de 65 países. Como resultado, foi elaborado um documento com 17 pontos de reivindicações e convocada a Marcha Mundial das Mulheres como grande campanha para o ano de 2000. A partir desta campanha que deu origem a construção da MMM como um movimento internacional – inclusive com atuação no Brasil. Hoje a MMM está organizada em 20 estados do país. Para saber mais sobre a MMM, acessar: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>>.

## Referências Bibliográficas

8MBRASIL. **Greve Internacional de Mulheres – onde acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1846507865622383/permalink/1846513778955125/>> Acesso em janeiro de 2018.

8MBRASIL. **Manifesto das organizadoras da Greve Internacional de Mulheres.** Disponível em: <<https://www.8mbrasil.com/copia-convocacao>> Acesso em janeiro de 2018.

BOITO JR., Armando. **A burguesia brasileira no golpe do impeachment.** 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>> Acesso em fevereiro de 2018.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, n. 50, p. 111-119, 2020.

BORGES, Priscila. **Contra a reforma da previdência! O 8 de março é dia de luta!** 2017. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2017/03/08/contra-a-reforma-da-previdencia-o-8-de-marco-e-dia-de-luta/>> Acesso em janeiro de 2018.

BORTOLON, Bianca; PERDIGÃO, Luísa. **Nas redes e nas ruas, #8M reforça agenda comum do feminismo na América Latina,** 2017. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/nas-redes-e-nas-ruas-8m-reforca-agenda-comum-do-feminismo-na-america-latina/>> Acesso em julho de 2017.

BRASIL DE FATO. **Contra a reforma da Previdência, mulheres protestam em sedes do INSS em 35 cidades.** 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/08/contra-a-reforma-da-previdencia-mulheres-protestam-em-sedes-do-inss-em-35-cidades/>> Acesso em julho de 2021.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo.** São Paulo, n° 33, p. 198-220, 2013.

CURY, Ana. **Desemprego é maior entre as mulheres e chega a 13,8% no fim de 2016.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-e-maior-entre-as-mulheres-e-chega-a-138-no-fim-de-2016.ghtml>> Acesso em fevereiro de 2018.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. **As mulheres na mira da reforma da Previdência.** Nota Técnica, n. 171, mar. 2017.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O trabalho das mulheres.** São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1999.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** 1ª ed. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONÇALVES, André et. al., Reforma da Previdência e os impactos na vida das mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, XVI, 2018, Vitória. **Anais [...]** Vitória, n. 1, 2021.



GONZALÉZ, Ana Miguel. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2010.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, nº 17/18, p. 139-156, 2001.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. In: Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018.

INTERSINDICAL. **Em São Paulo, mulheres ocupam a superintendência do INSS contra a reforma da previdência**. 2017. Disponível em: <<https://intersindicalcentral.com.br/em-sao-paulo-mulheres-ocupam-a-superintendencia-inss-contr-a-reforma-da-previdencia/#.Wn0iMK6nHIU>> Acesso em janeiro de 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)> ou <<https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>> Acesso em julho de 2021.

MARX, Ana Flávia; SORIANO, Rafael. **Em defesa da aposentadoria, mulheres ocupam prédios do INSS e ruas por todo Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/em-defesa-da-aposentadoria-mulheres-ocupam-predios-do-inss-e-ruas-por-todo-brasi-7166/>> Acesso em janeiro de 2018.

McGUIRE, Jen. **How many countries are participating in the women’s strike? It’s international**. 2017. Disponível em: <<https://www.romper.com/p/how-many-countries-are-participating-in-the-womens-strike-its-international-41691>> Acesso em janeiro de 2018.

MST. **Mulheres ocupam prédio do INSS em São Paulo**. 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/03/15/mulheres-ocupam-predio-do-inss-em-sao-paulo/>> Acesso em Janeiro de 2018.

NÓSotras. **Por que as mulheres estão contra a reforma da previdência no Brasil?** 2017. Disponível em: <<https://nosotrasfeministas.wordpress.com/2017/03/16/por-que-as-mulheres-estao-contr-a-reforma-da-previdencia-no-brasil/>> Acesso em julho de 2021.

O TEMPO. **Mulheres perderam postos de trabalho, mas vagas para homens aumentaram**. 2017. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/mulheres-perderam-postos-de-trabalho-mas-vagas-para-homens-aumentaram-1.1567223>> Acesso em Fevereiro de 2018.

OXFAM Brasil. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo->

[de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-criese-global-da-desigualdade/](#) > Acesso em julho de 2021.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher – Brasília/DF.** 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>> Acesso em janeiro de 2018.

PRESSE, France. **Veja protestos em vários países no Dia da Mulher.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-protestos-em-varios-paises-no-dia-da-mulher.ghtml>> Acesso em janeiro de 2018.

REDE BRASIL ATUAL. **Temer reduz em mais da metade verbas para políticas públicas às mulheres.** 2017. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/temer-reduz-em-mais-da-metade-verbas-para-politicas-publicas-as-mulheres/>> Acesso em fevereiro de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Jane Rosa da Silva. **“Ela desatinou, desatou nós”:** os lugares que se cruzam na trajetória das mulheres no ensino superior privado. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2020.

SILVEIRA, Maria Lucia; FREITAS, Taís Viudes de. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. P. 132-175.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Escala geográfica: construção social da escala e políticas de escalas. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

THE INTERCEPT BRASIL. **Mulheres do mundo inteiro vão para no próximo dia 8.** 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/03/06/mulheres-do-mundo-inteiro-va-parar-no-proximo-dia-8/>> Acesso em julho de 2021.

THE NEW YORK TIMES. **International Women's Day: Calls action, protests and words of praise.** 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/08/world/international-womens-day.html>> Acesso em Janeiro de 2018.

TRICONTINENTAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **Mulheres de luta, mulheres em luta.** Coleção Estudos Feministas, n. 1, 2019. Disponível em <<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-feminismos-1/>> Acesso em julho de 2021.

VEJA. **Dia Internacional da mulher é celebrado ao redor do mundo.** 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/dia-internacional-da-mulher-e-celebrado-ao-redor-do-mundo/>> Acesso em Janeiro de 2018.

VERMELHO PORTAL. **Aposentadoria fica, Temer sai: mulheres ocupam ruas do Brasil no 8M.** 2017. Disponível em: <<https://www.vermelho.org.br/2017/03/09/aposentadoria-fica-temer-sai-mulheres-ocupam-ruas-do-brasil-no-8m/>> Acesso em Janeiro de 2018.

### **Sobre a autora**

**Jane Rosa da Silva** - Sou mestra e licenciada em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp). Componho o Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGeT). Minhas pesquisas buscam compreender as relações de gênero, étnico-raciais e de classes na produção do espaço. Sou educadora popular e atuo junto aos movimentos sociais de juventude, atingidos por barragens e feminista. Também sou militante da Consultar Popular.

Artigo recebido em 24-01-2023

Artigo aceito para publicação em 19-09-2023





Rachel Carson: uma janela para o mundo. Ilustração feita pela filha de Daniela Ferrarzi Valério. Fonte: Elis F. Valério, 2023.

## **O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS DENÚNCIAS DOS USOS E ABUSOS DE VENENOS: ECOFEMINISMO, E OUTRAS RELAÇÕES COM A NATUREZA**

### **EL PROTAGONISMO DE LA MUJER EM AL DENUNCIAR EL USO Y ABUSO DE VENENOS: ECOFEMINISMO Y OTRAS RELACIONES COM LA NATURALEZA**

Daniela Ferarrez VALÉRIO<sup>1</sup>

**Resumo:** O paradigma do desenvolvimento e modernização, aliado a um sistema capitalista destrutivo e patriarcal, leva a natureza a uma situação de esgotamento. Nesse sistema de relações, a natureza é continuamente concebida como um recurso inesgotável a ser dominado, explorado e envenenado. A abordagem ecofeminista tem mostrado que o processo de dominação da natureza é parte do sistema patriarcal mundial, associado à ideia de modernização, progresso tecnológico e desenvolvimento (SHIVA E MIES, 2021). Assim, a partir de uma leitura ecofeminista, apresentamos uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica do tema. O trabalho propõe uma reflexão acerca do pioneirismo das mulheres nas denúncias dos usos e abusos de veneno no campo, nos alimentos e em nossos corpos. Para tanto, recorre-se às autoras que abordam questões ambientais urgentes e que reconhecem os limites do planeta enquanto entidade de sustentação da vida, como Raquel Carson, que em 1950 foi à primeira mulher a denunciar os riscos do diclorodifeniltricloretano (DDT) para o meio ambiente e para saúde humana, assim como as autoras atuais como Vandana Shiva, Raquel Rigotto e Larissa Bombardi.

**Palavras-chave:** Ecofeminismo; Agrotóxicos; Meio ambiente; Envenenamento; Gênero

**Resumen:** El paradigma de desarrollo y modernización, unido a un sistema capitalista destructivo y patriarcal, lleva a la naturaleza a una situación de agotamiento. En este sistema de relaciones, la naturaleza es concebida continuamente como un recurso inagotable a ser dominado, explorado y envenenado. El enfoque ecofeminista ha demostrado que el proceso de dominación de la naturaleza es parte del sistema patriarcal mundial, asociado a la idea de modernización, progreso tecnológico y desarrollo (SHIVA y MIES, 2021). Por lo tanto, a partir de una lectura ecofeminista, presentamos un enfoque cualitativo, con revisión bibliográfica del tema. El trabajo propone una reflexión sobre el pionerismo de las mujeres en la denuncia de los usos y abusos de veneno en el campo, los alimentos y en nuestros cuerpos. Para ello, se recurre a autoras que abordan cuestiones ambientales urgentes y que reconocen los límites del planeta como entidad de sustento de la vida, como Raquel Carson, quien en 1950 fue la primera mujer en denunciar los riesgos del DDT para el medio ambiente y la salud humana, así como las autoras actuales como Vandana Shiva, Raquel Rigotto y Larissa Bombardi.

**Palabras Clave:** Ecofeminismo; Pesticidas; Ambiente; Envenenamiento; Género.

## **Introdução**

A partir de uma perspectiva ecofeminista, o propósito deste artigo é destacar as mulheres que têm sido fonte de inspiração pra mim e para a pesquisa que realizo. Essas mulheres

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente/SP. Bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: danifval@yahoo.com.br

desempenham um papel inestimável ao expor o uso e abuso de venenos em nossos corpos e no meio ambiente, destacando-se como autoras corajosas que compreendem os limites do planeta enquanto entidade de sustentação da vida.

Este artigo não tem ambições grandiosas, sendo apenas um ensaio que delinea a minha abordagem para a construção da minha dissertação. Pretendo traçar um percurso que estabeleça conexões entre os trabalhos dessas cientistas que dedicam suas vidas a questionar e denunciar os riscos associados ao uso de agrotóxicos, abordando os danos causados tanto ao o meio ambiente quanto à saúde humana. Para tanto, recorreremos à obra da escritora Rachel Carson, pois se trata de um livro pioneiro sobre denúncias de utilização de agrotóxicos em larga escala.

Rachel Carson foi uma importante escritora, bióloga e ambientalista estadunidense do século XX, cujo trabalho foi fundamental para chamar a atenção sobre a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde humana, contra os efeitos nocivos dos agrotóxicos.

Em seu livro “Primavera Silenciosa” publicado em 1962, Carson documentou os efeitos dos pesticidas e herbicidas utilizados na agricultura, pós-Segunda Guerra Mundial. Sua obra é um marco, se trata de uma obra pioneira. Mulher e cientista, em um meio ainda tão masculino, seus primeiros trabalhos foram assinados R, L, Carson para não revelar sua verdadeira identidade, e conseqüentemente não atrair descréditos a sua pesquisa (CASTELO, 2011).

Considerada por Castelo (2011) como uma das primeiras mulheres ecofeministas, Carson parecia andar sempre a frente do seu tempo, abriu portas para outras mulheres se envolverem em pesquisas e ativismo ambiental e, assim, influenciar o movimento ambientalista na totalidade. Sua obra "Primavera Silenciosa" foi uma das principais inspirações para a criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, em 1970, e serviu como base para muitas das políticas ambientais adotadas pelos governos de todo o mundo (CASTELO, 2011).

Primavera Silenciosa aborda e enfatiza de forma poética o ciclo natural de espécies como deveria ser, em uma cadeia alimentar, seu próprio controle de nascimentos e mortalidades, responsáveis pela manutenção da biodiversidade na terra. Porém, devido à intervenção humana, sobretudo pós-revolução industrial, de forma inconsequente e ambiciosa, esse ciclo foi rompido e tem sido cada vez mais degradado, levando diversas espécies, inclusive a humana, a adoecerem e morrerem.

A partir da leitura da obra de Rachel Carson, escolhemos três dos dezessete capítulos do seu livro, para fazer um paralelo das denúncias da autora no ano de 1962 e as atuais pesquisas realizadas por mulheres, que tratam dos mesmos anseios e questionamentos da escritora.

## Mulheres e meio ambiente

A crise ecológica que estamos vivenciando, é um problema complexo e multifacetado que vem se intensificando nas últimas décadas. Desde a Revolução Industrial, a exploração desenfreada de recursos naturais, a poluição e envenenamento têm causado danos significativos ao meio ambiente (SHIVA, 2021).

Nos últimos anos, a degradação ambiental se intensificou em escala global, com a expansão da população e o aumento por recursos naturais, essas atividades humanas têm impactado ecossistemas naturais, reduzindo a biodiversidade, degradando solos e causando desertificação, além de poluir e envenenar, rios, mares e o ar (SHIVA, 2021).

Segundo o Marco Referencial em Serviços Ecossistêmicos, conduzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2019) e a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (ONU, 2005), a degradação da natureza está em ritmos alarmantes, nunca se degradou tanto o meio ambiente como nos últimos 70 anos. Ambos os relatórios estabelecem bases científicas para fundamentar as ações necessárias para assegurar os recursos naturais, e propor políticas públicas que assegurem a conservação dos serviços ecossistêmicos para o bem-estar do ser humano no planeta. O relatório AEM também aponta que em alguns territórios os danos causados ao meio ambiente são tão severos que já não há possibilidade de recuperação, o que seria um ponto de não retorno da natureza.

A forma predatória e a velocidade que estamos utilizando os recursos naturais fazem com que nos tornemos inimigos da nossa própria natureza. No Brasil, diversas atividades contribuem ativamente para essa destruição, como mineração, exploração florestal, produção de energia e outros. Porém, consideramos que uma das atividades mais danosas e predatórias para o meio ambiente, é o agronegócio. O agronegócio tem uma ação predatória sobre os recursos naturais, polui e envenena o ar, o solo e os alimentos, destrói os serviços ecossistêmicos, contamina os lençóis freáticos, extermina a fauna e a flora local, modificando assim também a relação entre o campesinato e a biodiversidade, que é uma relação harmoniosa e necessária para a saúde do meio ambiente.

Para Shiva (2021) existe um gênero ativo na degradação e destruição do planeta, a qual a mulher não comparece. Portanto, entendemos que a crise ecológica que estamos vivenciando, tem gênero e cor, homens brancos são responsáveis pelas escolhas altamente danosas ao planeta e ao meio ambiente. Para Colerato 2019, as mulheres são mais ligadas à preservação ambiental, produzem menos lixo, reciclam mais, consomem menos carne, elas são mais preocupadas com



questões ambientais e votam de acordo com essas preocupações. Por outro lado, a autora também indica que os homens tendem a rejeitar comportamentos que visam preservação do meio ambiente por se sentirem menos masculinos ao realizar atividades como carregar sacolas ecológicas, participar de hortas comunitárias e consumir vegetais, por exemplo.

Cabe aqui ressaltar, que as mulheres são mais responsabilizadas pelos cuidados e sensíveis aos problemas ambientais, como aponta Colerato 2019, em razão das relações de poder exercidas historicamente pelos homens sobre as mulheres, relegando-as aos cuidados específicos relacionados à compra de suprimentos domésticos, preparação de alimentos, gestão da casa, entre outras tarefas. Para Mies (2021) a maior proximidade da mulher com a natureza se deu culturalmente e não devido a uma determinação biológica natural, como resultado, as mulheres se tornaram importantes agentes na transformação do comportamento da sociedade em busca da promoção de uma cidadania mais ecológica.

Para Vandana Shiva, doutora em física, escritora e ativista, a solução para a crise ecológica dever ser encontrada por meio de uma abordagem feminista, que leve em consideração os impactos desproporcionais da degradação do ambiente nas mulheres e valorize as práticas tradicionais de cultivo que muitas vezes são lideradas por mulheres.

A perspectiva ecofeminista proposta por Shiva (2021), aborda a relação entre a exploração crescente na natureza e a opressão da mulher, destacando que ambas são consideradas recursos ilimitados para a acumulação do capital. Na dimensão política, essa corrente de pensamento aponta uma identificação da mulher com a natureza e do homem com a cultura, o que perpetua a hierarquização do gênero e legitima a opressão da mulher e da natureza.

O ecofeminismo faz parte dos movimentos feministas, “que surgem e se desenvolvem ao longo dos tempos” e “têm um lugar de destaque no amadurecimento político da humanidade”, regatando experiências das mulheres que antes não eram consideradas pelas teorias tradicionais, individual ou coletivamente (SANTOS, 2016).

As mulheres têm sido historicamente excluídas da academia e da ciência, e isso tem impedido a comunidade científica de conhecer plenamente os saberes e perspectivas das mulheres. Shiva (2021) aponta que isso é particularmente preocupante, dado que as mulheres são muitas vezes as mais afetadas pelas mudanças climáticas e outras formas de degradação ambiental, para a autora é importante reconhecer que a luta contra o machismo na academia está intrinsecamente ligada à luta contra a exploração da natureza, ambos são sintomas de um sistema econômico que valoriza o lucro e poder acima do bem-estar das pessoas e do planeta.



Segundo Shiva (2021) o ecofeminismo é uma abordagem interseccional que procura conectar as questões de gênero, raça e classe às questões ambientais. As ecofeministas defendem a importância de se reconhecer a conexão entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres, bem como outras formas de opressão, para a autora somente assim podemos construir uma abordagem mais justa e sustentável para lidar com as catástrofes ambientais que enfrentamos na atualidade.

Desde a antiguidade, as mulheres foram excluídas das narrativas históricas e culturais, tendo suas contribuições e realizações muitas vezes ignoradas ou minimizadas. Isso se deve na maioria ao fato de que, por muito tempo a sociedade patriarcal nos limitou os espaços de poder e educação formal, portanto esse apagamento é um fenômeno histórico, que exclui as mulheres de muitas áreas da ciência e marginaliza suas contribuições e realizações científicas.

Um exemplo impactante de violência que busca apagar a história é o caso da autora Rachel Carson. Carson foi uma bióloga e escritora, que dedicou a sua vida a estudar a natureza e a vida selvagem. Ela se preocupava com o uso generalizado de pesticidas e outros produtos químicos na agricultura e na indústria e como eles estavam afetando o meio ambiente e a saúde humana.

“Uma pseudocientista, solteira e criava gatos” foi assim que um jornalista descreveu a considerada mãe do ambientalismo Rachel Carson, quando ela corajosamente em 1962 lançou o livro *Primavera Silenciosa*, o primeiro livro de denúncia sobre os riscos da utilização de agrotóxicos nos Estados Unidos do pós-guerra. O livro de Rachel Carson gerou muita controvérsia, especialmente por parte das empresas produtoras de venenos e dos governos que os apoiava. Os esforços de Carson foram fundamentais para a conscientização dos efeitos nocivos dos venenos na saúde humana e no meio ambiente, seu trabalho contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais crítica para a construção de uma cultura de cuidado e proteção para o meio ambiente.

Neste sentido, ao descrever a autora como “pseudocientista, solteira e criava gatos” percebemos uma tentativa de perpetuação de estereótipos e papéis de gêneros tradicionais, reforça a ideia de que as mulheres não têm papel significativo na sociedade, na ciência ou na tomada de decisões importantes. Tais questionamentos e denúncias feita por Carson causaram desconfortos e reações agressivas daqueles que se beneficiam diretamente da comercialização e uso de venenos.

### **Uma fábula para o amanhã:**

No capítulo um de "Primavera Silenciosa", intitulado "Uma Fábula para Amanhã", Rachel Carson utiliza uma história imaginária para ilustrar como os pesticidas estão afetando a vida selvagem e a saúde humana. A história envolve uma cidade fictícia chamada Gopher Prairie, onde os moradores usam uma substância chamada "DX" para matar insetos e ervas daninha em suas propriedades. Aos poucos, os animais da região começam a morrer, incluindo pássaros, esquilos, abelhas, peixes e até mesmo cães e gatos domésticos.

O capítulo se inicia narrando um tempo em que tudo se harmonizava. Fazendas prósperas com muitos pomares, plantações, flores belas, animais, peixes, abelhas, aves, tudo em perfeita harmonia. Até a chegada dos colonizadores que ali se instalaram. Um tempo depois, apareceram doenças misteriosas que acometiam animais, plantas e pessoas. Tudo ficou mais difícil, pois não conseguiam colher frutos e criar animais, tudo estava devastado, tudo parecia sombrio, algo que assustava e preocupava os colonizadores. Assim, Rachel Carson irá mostrar os impactos humanos sobre a Terra, demonstrados pela contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares, mediante materiais perigosos e até letais. Carson descreve a sua preocupação com as abelhas que já não visitam as macieiras, como de costume, e também sua preocupação com a contaminação das águas e do solo, causando o adoecimento da vegetação ali existente.

Para Carson, a humanidade estava em guerra com a natureza. Trilhando um caminho equivocado, começava a sofrer um tipo de risco apresentado pelo próprio ser humano. Em nome do progresso científico, os agrotóxicos foram anunciados como a maneira mais moderna de se erradicar pragas na agricultura e, com isso, resolver o problema da fome no mundo. Essa promessa, no entanto, não foi perdida: os insetos se tornaram resistentes aos venenos e ainda há muita gente passando fome. Mesmo passados 50 anos, o livro de Rachel Carson permanece extremamente relevante. No contexto recente, em que o Brasil carrega o assustador título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, primavera silenciosa é atual e necessário. As palavras desta pesquisadora e escritora podem nos ajudar a repensar nossos valores.

Acreditamos que um dos marcos da crise ecológica no Brasil, foi à modernização da agricultura e todos os pacotes adotados pela revolução verde. A expansão da agricultura capitalista ocorreu a partir da década de 1960, impulsionada por políticas de incentivo que tinham como objetivo promover a modernização do setor agrícola. Essa modernização envolveu a adoção dos pacotes tecnológicos (máquinas, adubos, fertilizantes, agrotóxicos, etc.), referenciados na proposta da revolução verde. Esse processo foi conduzido no contexto da

política desenvolvimentista do Estado brasileiro durante a ditadura militar, que promoveu a introdução de mecanização, irrigação, e outras mudanças significativas (SANTILLI, 2009).

A modernização da agricultura consiste basicamente na mudança da base tecnológica da produção agrícola com “[...] a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades.” (KAGEYAMA, 1990, p. 113).

Como resultado, houve uma forte expansão do cultivo de monoculturas, tais como a soja e a cana-de-açúcar, por exemplo. Tais monocultivos pressupõem uma abundância de agrotóxicos (venenos), como fungicidas, inseticidas, herbicidas. Estes produtos constituem uma grande ameaça para o equilíbrio dos ecossistemas e, em especial, para os insetos polinizadores.

O desaparecimento das abelhas que foi percebido por Carson hoje continua sendo algo de grande preocupação para os cientistas, como a professora Vera Imperatriz Fonseca, bióloga e professora é uma renomada cientista brasileira e pesquisadora do Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável (ITVDS), que tem trabalhado em diversas áreas da biologia e ecologia, incluindo o estudo das abelhas e seu papel na polinização de plantas, e os efeitos de agrotóxicos sobre os insetos polinizadores.

A professora Vera Imperatriz Fonseca é uma das principais autoridades na área de polinização e conservação de abelhas no Brasil e tem alertado sobre os riscos que os agrotóxicos representam para esses insetos polinizadores. De acordo com seus estudos, os agrotóxicos podem afetar a saúde das abelhas, interferindo em seu comportamento, reduzindo sua capacidade de polinização e, em casos mais graves, levando à morte das colônias.

Um dos principais riscos associados aos agrotóxicos é a contaminação do néctar e do pólen das plantas que as abelhas coletam. As abelhas se alimentam do néctar e do pólen das flores para sobreviver, e se esses alimentos estiverem contaminados com agrotóxicos, isso pode afetar sua saúde e seu comportamento. Além disso, os agrotóxicos também podem contaminar a água e o solo, que são importantes recursos para as abelhas.

As abelhas são polinizadoras que possuem ampla distribuição geográfica. São importantes agentes de polinização e bioindicadores de qualidade ambiental com grande importância socioeconômica (IMPERATRIZ-FONSECA, 2007). No entanto, o uso indiscriminado de venenos agrícolas tem colaborado com a mortandade de enxames.

As abelhas estão constantemente expostas a agrotóxicos quando suas colmeias estão localizadas próximas a áreas de monoculturas. As abelhas nunca são os organismos alvo das aplicações de agrotóxicos, mas ficam expostas enquanto coletam pólen, néctar, bebem água,

respiram e voam em áreas de aplicação de agrotóxicos. Estudos mostram que, dependendo das condições de temperatura, umidade e vento, os efeitos da pulverização de agrotóxicos (aérea e terrestre) para as abelhas pode se estender a uma distância de vários quilômetros (IMPERATRIZ-FONSECA, 2007).

A polinização é um processo fundamental para o sucesso da frutificação das macieiras, e as abelhas são os principais agentes polinizadores dessas árvores. Conforme a Embrapa (2011), a polinização por abelhas é responsável por aumentar a qualidade e a quantidade de frutos produzidos, além de contribuir para a manutenção da biodiversidade local. As abelhas se alimentam do néctar e do pólen das flores da macieira, e durante esse processo, acabam transferindo o pólen de uma flor para outra, o que permite a fecundação e a formação dos frutos. Esse processo é conhecido como polinização cruzada, e é fundamental para garantir a variabilidade genética das macieiras e a produção de frutos de qualidade.

A intensificação do atual modelo da agricultura tem impactos catastróficos na biodiversidade, como evidenciado pela diminuição da quantidade e qualidade da água, a contaminação do ar e dos alimentos, e o aumento dos problemas fitossanitários, causando desequilíbrio ecológico pelo uso de agrotóxicos (NUNES, 2007).

Os agrotóxicos e seus componentes causam impactos negativos no solo, resultando em desequilíbrio e prejuízos ambientais, além de diminuir a variabilidade genética das espécies presentes no ambiente que são utilizados (SARAIVA, 2014). Igualmente, a contaminação do ar por deriva pode afetar os recursos hídricos, fauna e flora não-alvo da utilização, enquanto a poluição e a contaminação dos recursos naturais são outros efeitos negativos (LOPES, 2014). Quando uma área agrícola está próximo de mananciais e nascente, o uso de venenos pode afetar a qualidade da água consumida, expondo não só os trabalhadores rurais e pessoas próximas, mas também toda população (SARAIVA, 2014). E por fim, a contaminação por venenos também provoca alteração na biota, que são conjuntos de organismos que habita ou habitou uma área específica do nosso planeta, selecionando espécies mais resistentes e acumulando compostos nocivos em toda cadeia alimentar (LOPES, 2014).

Segundo as autoras, essa contaminação persiste por anos após a eliminação da fonte da contaminação, que acaba afetando por sua vez o solo, que para Carson (2011) é a maior sustentação da vida, com o uso intensivo de venenos o solo fica frágil e prejudica toda vegetação no seu entorno, a contaminação também infiltra no mesmo solo, e acaba por atingir as águas subterrâneas, comprometendo o abastecimento de água, e quando é lixiviada pelas águas das chuvas, atingiu rios, lagos e oceanos.

### **Elixires da morte:**

No capítulo três de "Primavera Silenciosa", intitulado "Elixires da Morte", Rachel Carson discute as características DDT e como ele tem a capacidade específica de se dissolver em óleo e, uma vez dentro do corpo, é armazenado em órgãos ricos em substâncias graxas. Quando ingerido, essa substância se acumula nesses órgãos e o aumento de partes por milhão pode inibir uma enzima essencial no músculo cardíaco, levando à necrose ou à desintegração de células do fígado. Rachel afirma que a armazenagem dessas substâncias nos seres humanos tem sido bastante investigada e que as pessoas estão armazenando quantidades potencialmente prejudiciais. A periculosidade do DDT também está relacionada à sua taxa de permanência e acúmulo ao longo da cadeia alimentar, afetando organismos de topo de cadeia.

Além disso, o capítulo menciona a presença de inseticidas no leite materno, que pode ocorrer anteriormente ao aleitamento e ser transmitido através da placenta, a proporção de desequilíbrio causada pela contaminação de substâncias tóxicas altamente perigosas é tão grave que, segundo a autora, os seres humanos já carregam essa toxicidade desde a concepção até o fim da vida. Isso ocorre porque esses compostos podem ser transmitidos de uma geração para outra e se acumulam no ambiente e nos organismos vivos ao longo do tempo, criando um ciclo vicioso de contaminação e toxicidade.

Um estudo recente da pesquisadora Danielly Palma (2011) comprovou por um estudo com mães lactantes residentes na cidade de Lucas do Rio Verde/ MT, que havia substâncias tóxicas no leite materno. As amostras foram coletadas e analisadas em laboratórios, utilizando técnicas sofisticadas para identificar a presença de contaminantes. Os resultados foram alarmantes, a pesquisadora encontrou altos níveis de metais pesados, como chumbo e mercúrio também foram detectados presença de pesticidas e agrotóxicos.

Para Palma (2011) esses contaminantes podem ser prejudiciais à saúde do bebê que está sendo amamentando, eles podem afetar o desenvolvimento neurológico e imunológico do bebê, bem como aumentar o risco de doenças como câncer e problemas cardiovasculares.

Para Bombardi (2016), a intensidade de utilização de agrotóxicos é maior nas regiões onde predomina o dito agronegócio “moderno”, materializado em cultivos como a soja e a cana-de-açúcar, com destaque para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A utilização de agrotóxicos é acompanhada de diversos questionamentos, sobretudo quanto aos efeitos cumulativos para o ambiente e para a saúde humana.

Dentro do cenário nacional o Estado de Mato Grosso se destaca como um dos grandes produtores agrícolas e consumidores de agrotóxicos, tendo Lucas do Rio Verde como município destaque na produção de soja e milho PALMA (2011).

Rigotto (2014) afirma que os agrotóxicos são utilizados em grande escala no setor agropecuário, especialmente nos cultivos de grandes extensões. A soja foi responsável por cerca de metade do consumo de agrotóxicos no país em 2008, ao lado da acelerada expansão da área cultivada, 39% nas regiões Sul e Sudeste e 66% na região Centro-Oeste, nos últimos três anos, seguem-se as lavouras de milho e cana, esta última associada à produção de agrocombustíveis supostamente “limpos” - para exportação BOMBARDI (2016).

Os agrotóxicos são considerados biocidas, pois interferem em procedimentos fisiológicos essenciais para a manutenção da vida, os quais são compartilhados por seres humanos, portanto é associado a uma ampla gama de danos à saúde RIGOTTO (2014). Conforme a Organização da Saúde (OMS), eles são responsáveis por causar entre três a cinco milhões de casos de intoxicação aguda em todo mundo, especialmente em países em desenvolvimento. Rigotto (2014) aponta que os agrotóxicos podem também causar diversos efeitos crônicos, como, por exemplo: alterações cromossômicas, malformação congênita, infertilidade, câncer, doenças hepáticas e respiratórias, entre outras.

Em um estudo realizado em 2014, por exemplo, Raquel Rigotto e sua equipe analisaram os casos de intoxicação por agrotóxicos registrados no estado do Ceará entre 2007 e 2011. Os resultados mostraram que a maioria das intoxicações ocorreu em trabalhadores rurais que aplicavam os agrotóxicos e que cerca de 30% dos casos registrados ocorreram em crianças e adolescentes. Além disso, a pesquisa apontou que a subnotificação dos casos de intoxicação era um problema grave e muitos casos não eram diagnosticados e tratados adequadamente.

### **Uma outra estrada...**

No capítulo dezessete de "Primavera Silenciosa", intitulado "Uma outra estrada", Rachel Carson explora alternativas aos pesticidas químicos e defende a adoção de métodos mais naturais e controlados de controle de pragas. Carson argumenta que o uso excessivo de pesticidas é insustentável e que seus efeitos tóxicos podem levar à destruição do meio ambiente e da saúde humana. Ela sugere que é possível controlar as pragas de maneira mais eficaz por meio de métodos biológicos, como a introdução de inimigos naturais das pragas, e por meio de

práticas agrícolas mais saudáveis, como a versão de culturas e a utilização de fertilizantes orgânicos.

Agricultura e alimentação são áreas onde as mulheres tradicionalmente desempenham um papel fundamental (Vivas, 2017). Entre 60% e 80% da produção de alimentos nos países do Hemisfério Sul é realizado por elas e 50% em todo mundo (FAO, 1996). No Brasil, as mulheres camponesas têm uma longa trajetória de lutas para conquistar seu reconhecimento como produtoras de alimentos saudáveis e sem veneno.

Segundo Calaça (2022), ativista e uma das lideranças do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), as trabalhadoras rurais e camponesas lutam ativamente por uma alimentação justa e agroecológica. Segundo a autora, as principais pautas do movimento são a produção de alimentos saudáveis, por uma agricultura ecológica e pela libertação das mulheres no campo. Ela afirma que a luta diária é fundamental para o reconhecimento das mulheres camponesas enquanto trabalhadoras, enquanto mulheres, que produzem não só comida, mas produz também uma cultura, um modo de vida. Neste contexto, as mulheres são reconhecidas como protagonistas fundamentais na luta pela terra, especialmente quando se trata da preservação de práticas tradicionais e da alimentação da família (SILIPRANDI, 2004). Da mesma forma, para Shiva (2003), as possibilidades de aprendizados de relações de ambientais menos danosas e mais harmoniosas estão presentes no conhecimento feminino e ancestral, ela reconhece que esses saberes se desenvolveram ao longo de séculos de interação entre as mulheres e a natureza

Seria possível outra possibilidade ao modelo hegemônico? Elas provaram que sim! Segundo dados da ONU, os sistemas alimentares ao redor do mundo dependem do trabalho das mulheres camponesas. As mulheres são responsáveis pelo cultivo e colheita, também preparam e distribuem seus produtos, garantindo assim a nutrição de sua família e o bem-estar da sua comunidade, através da agroecologia, contribuindo assim, para a soberania alimentar. Segundo a Via Campesina, soberania alimentar é um conceito alternativo à globalização agroalimentar. É definido como o direito dos povos de decidir e controlar seus alimentos de maneira autônoma por meio da agroecologia camponesa. A agroecologia, por outro lado, representa uma alternativa a Revolução Verde que abraça e se baseia em um conhecimento tradicional, maneja de forma equilibrada a biodiversidade e entrega de maneira equilibrada aspectos ecológicos na produção de alimentos.

A proposta de Vandana Shiva (2021) é baseada em uma abordagem holística da agricultura, que não se concentra apenas na produção de alimentos, mas também na preservação

da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais. Ela argumenta que a agricultura industrial em larga escala, baseada no uso intensivo de produtos químicos e monoculturas, tem causado danos significativos ao meio ambiente, à saúde humana e às comunidades rurais.

Assim, a agroecologia promove a biodiversidade e a resiliência do ecossistema, permitindo que os agricultores se adaptem melhor às mudanças climáticas e às condições locais. Shiva (2003) defende o uso de práticas agrícolas tradicionais e conhecimentos locais, incluindo a utilização de sistemas agroflorestais, técnicas de conservação de solo e água, e a rotação de culturas, que são mais eficazes na manutenção da fertilidade do solo e no controle de pragas e doenças.

Além disso, Shiva (2003) crítica a lógica do agronegócio, que visa apenas lucro e produtividade em curto prazo, e defende uma abordagem de agricultura baseada na solidariedade e no cuidado com o meio ambiente e as comunidades rurais. Ela promove a agricultura como uma atividade regenerativa, que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e para a promoção da soberania alimentar.

### **Considerações finais**

Carson proferiu palavras que não devem ser ignoradas. Todos os dias estamos sendo expostos às substâncias tóxicas presentes nos alimentos e na água que consumimos. Além de ingerirmos venenos através da nossa alimentação, também estamos sendo afetados pela pulverização criminosa de agrotóxicos, que se espalham pelo meio ambiente em forma de nuvens de veneno. Esse problema atinge até mesmo as mães que, ao amamentar, transferem agrotóxicos para seus filhos por meio do leite materno.

Lamentavelmente, mesmo após tantos anos desde a publicação do livro de Carson, muitos países ainda utilizam altas quantidades de venenos, com destaque para o Brasil, que é um dos maiores consumidores desses produtos no mundo. Desde 2008, o Brasil é o maior importador e consumidor de agrotóxicos de toda América Latina BOMBARDI (2016). Segundo os dados da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) só no ano de 2022, foram liberados 652 novos produtos, a maior alta registrada pela série histórica do CGAA.

Essa situação é ainda mais preocupante quando consideramos que muitos dos agrotóxicos usados no país já foram proibidos em outras partes do mundo devido aos seus efeitos mortais sobre a saúde humana e o meio ambiente. Por isso, Shiva (2003) defende a



importância de incluir as perspectivas das mulheres na construção de uma agricultura mais justa e autossuficiente, que valorize a diversidade cultural e a biodiversidade local. Isso envolve reconhecer e apoiar os saberes e práticas tradicionais das mulheres, bem como promover a igualdade de gênero e o acesso aos recursos e às oportunidades.

Quando você se relaciona com a terra e a biodiversidade dá origem à diversidade de culturas locais, a sua ligação com a terra, com a comunidade, é uma ligação sagrada. Shiva (2003) nos ensina que temos que recuperar nossa relação sagrada com a vida. Por trás dessa monocultura, não está apenas à perda de diversidade e da biodiversidade, há uma perda de meios de conhecimento, subsistência, há a perda do saber como se planta e como se colhem determinados tipos de alimentos.

Portanto, a relação entre mulheres, gênero, feminismos e meio ambiente é um tema extremamente importante, pois há uma forte conexão entre esses aspectos. As mulheres têm um papel fundamental na busca por um desenvolvimento mais justo e suportável, uma vez que muitas delas são as principais defensoras do meio ambiente e das comunidades em que vivem. Além disso, as mulheres também enfrentam desafios específicos em relação às questões ambientais, como a falta de acesso a recursos naturais, a discriminação de gênero e a desigualdade econômica e social (SHIVA, 2021).

Pensar as questões ambientais de maneira problematizadora e crítica é fundamental para estimular mudanças significativas e promover uma nova forma de existência no planeta, que valorize o meio ambiente e a igualdade de gênero. Isso envolve problematizar as condições em que as mulheres vivem e as maneiras como elas se relacionam com o meio ambiente e a natureza, bem como abordar as questões de gênero e a desigualdade em relação às oportunidades e recursos (SHIVA, 2021).

Carson semeou sementes e nos presenteou com uma primavera repleta de frutos, frutos aqui, entendidos como as mulheres que continuaram o seu legado de denúncias sobre os impactos dos agrotóxicos para a sociedade e meio ambiente.

## Referências

**AGROFIT – Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Disponível em:

<https://dados.agricultura.gov.br/tr/dataset/sistema-de-agrotoxicos-fitossanitarios-agrofit>.

Acesso em: 16/08/2023.

BOMBARDI, LM. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH; USP; 2017. [acesso em 2022 setembro]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210904064155/https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>.

CALAÇA, MICHELA. **Camponesas não produzem só a comida, mas produzem uma cultura**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/26/camponesas-nao-produzem-so-a-comida-mas-produzem-uma-cultura-afirma-michela-calaca>. Acesso em: 21/02/2023.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Gaia, 2010.

CASTELO, Carmen Velayos. **Bioética, ecología y género**. Revista de Filosofía de la Universidad de Costa Rica, 2011.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil>>. Acesso em: 10/08/2023

ESTEVE, Esther Vivas. **O Negócio da Comida: quem controla nossa alimentação?** – 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva**: São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf> >. Acesso em 22/01/2023.

MILLIENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA), 2005. Overview of the Millennium Ecosystem Assessment. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/en/About.aspx> Acesso em: 02/02/2023

PALMA, D. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde-MT**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Cuiabá, 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria et al. **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte III: Agrotóxicos, Conhecimento Científico e Popular: construindo a ecologia de saberes**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012

SANTOS, Magda Guadalupe dos. **O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos**. In: BORGES, Maria de Lourdes; TI- BURI, Márcia (org.). *Filosofia: machismos e feminismos*. Florianópolis: UFSC, 2016

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica a biodiversidade ecológica e cultural**. São Paulo: Peiropolis, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Políticas de segurança alimentar e relações de gênero**. Cadernos de Debates, Campinas, Unicamp, v. 11, p. 1- 18, dez. 2004.

SHIVA, V. **A monocultura da mente. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, V. MIES, M. **Ecofeminismo.** Belo Horizonte: Editora Luas, 2021

### **Sobre a autora**

**Daniela Ferarrez Valério** - Possui Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, SP. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária. Atualmente, desenvolve pesquisa em nível de Mestrado acadêmico junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, na qual estuda os impactos da expansão do agronegócio para as abelhas, com apoio de bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante do CETAS (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde) e do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). É mãe desde 2004.

Artigo recebido em 04-04-2023

Artigo aceito para publicação em 13-09-2023

*“[...] Nessa noite de alegria, nós queremos mostrar bem a todos aqui presente o que Enxu Queimado tem [...] Essa história começou lá no Canto de Baixo com o senhor João Correia e a Maria Praxedes, que encontraram esse canto um sossego para eles, outras famílias chegaram para ali também morar, construíram vazante e puseram-se a trabalhar, plantando para comer e também para trocar, também viviam na pesca, na vagem e no alto mar, em uma pequena Jangada sua vida arriscarem, para poder o alimento em suas mesas botarem. Em um dia em suas vidas para as suas pescarias, encontraram um besouro que em seu caminho vivia, em seus enxames crescente aos quais todos temiam, certo dia os pescadores, resolveram se juntar para queimar os baixinhos que ali foram morar, e com esse ato que queima, a essa praia, nomear. Daí surgiu esse nome: Praia de Enxu Queimado [...].”*

*Maria Lúcia Lima de Souza (2004)*

*Cordel de Enxu Queimado – Resgatando a Cultura e Construindo a história*

## **“ENXU QUEIMADO EXISTE PORQUE PERSISTE”: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE ENXU QUEIMADO/RN<sup>1</sup>**

## **"ENXU QUEIMADO EXISTS BECAUSE IT PERSISTS": AN ANALYSIS OF SOCIO-TERRITORIAL CONFLICTS IN THE FISHING COMMUNITY OF ENXU QUEIMADO/RN**

Miriam Moura VITAL<sup>2</sup>  
Joana Tereza Vaz de MOURA<sup>3</sup>

**Resumo:** A comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado, localizada no município de Pedra Grande, no Rio Grande do Norte (RN) vem passando por conflitos e conflitualidades que expõem tentativas do avanço do modelo capitalista na apropriação do território. O artigo busca compreender as ações de mobilização realizadas pelos (as) moradores (as) da comunidade organizados lutando para evitar a sua desterritorialização. No processo de ação coletiva, entendemos que esses sujeitos têm o território como objetivo de conquista e essencial para sua existência, portanto, conceituados como um movimento socioterritorial. O desenho metodológico tem caráter qualitativo, ancorado na análise de conteúdo das matérias, referente às notícias em jornais, sites, ou blogs de notícias, levando em consideração as narrativas do movimento e de demais sujeitos envolvidos no conflito, além de entrevistas semiestruturadas com representante da Colônia de Pescadores Z-32 e do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado. Neste contexto, pode-se inferir que o avanço das práticas capitalistas estabeleceu um conflito socioterritorial que vem atingindo a dinâmica das famílias da comunidade de Enxu Queimado, assim como evidenciou-se que a organização das mulheres foi/é fundamental no enfrentamento aos desígnios e interesse de apropriação do território pelo sistema de acumulação capitalista.

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante das investigações em andamento da pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Pedra Grande (RN), integrar o Laboratório de Estudos Rurais (LabRural) da UFRN, e a Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA).

<sup>3</sup> Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem pós-doutorado em Sociologia, pela New York University (NYU). Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, do Instituto de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora e pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais (UFRN) e pesquisadora da Rede DATALUTA.

**Palavras-Chave:** Conflitos Socioterritoriais; Resistência; Território; Comunidade Pesqueira; Movimentos Socioterritoriais.

**Abstract:** The traditional fishing community of Enxu Queimado, located in the municipality of Pedra Grande, in Rio Grande do Norte (RN) has been going through conflicts and conflicts that expose attempts to advance the capitalist model in the appropriation of the territory. The article seeks to understand the mobilization actions carried out by the organized community residents fighting to avoid their deterritorialization. In the process of collective action, we understand that these subjects have the territory as an objective of conquest and essential for their existence, therefore, conceptualized as a socio-territorial movement. The methodological design has a qualitative character, anchored in the content analysis of the articles, referring to news in newspapers, websites, or news blogs, taking into account the narratives of the movement and other subjects involved in the conflict, in addition to semi-structured interviews with a representative of the Colony of Z-32 Fishermen and the Management Committee in Defense of the Fishing Territory of Praia de Enxu Queimado. In this context, it can be inferred that the advance of capitalist practices has established a socio-territorial conflict that has been affecting the dynamics of the families of the community of Enxu Queimado, as well as it has been shown that the organization of women was/is fundamental in confronting the plans and interests of appropriation of the territory by the capitalist system.

**Keywords:** Socio-territorial Conflicts; Resistance; Territory; Fishing Community; Socio-territorial Movements.

## Introdução

Os territórios são constituídos por meio das relações neles estabelecidas, sendo elas permeadas por relações de poder e dominação social, expressas na estrutura de classes sociais. Estas, nitidamente possuem interesses, “fundamentalmente” conflitantes. Essas disputas são representativas de um modelo de organização socioterritorial regulado pelos princípios capitalistas da acumulação, e tem como consequência a exclusão da maior parte da população urbana e rural da riqueza produzida e dos processos decisórios (PEDRON, 2009). Já as populações tradicionais, que não possuem como princípio a acumulação, de acordo com Fernandes et al (2018):

desenvolvem seus territórios a partir de seus modos de vida compostos pela multidimensionalidade em que conhecimento, cultura, trabalho, economia, política, mercado, ambiente e tecnologia são construções sociais que confrontam com o modo de produção capitalista (FERNANDES; CASSUNDÉ; PEREIRA, 2018, p. 09).

Sendo assim, os movimentos socioterritoriais podem ser considerados como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas. Fernandes et. al (2018) reforçam que para os movimentos socioterritoriais a defesa de seus territórios é essencial para sua existência. Neste sentido, compreende-se movimentos socioterritoriais como movimentos que têm o território como

objetivo de conquista e essencial para sua existência, ou seja, o território é a razão de ser, sem a qual não existiriam (PEDON, 2009; FERNANDES, 2005), logo, os movimentos socioterritoriais “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227).

Mediante ao exposto, no sentido de ampliar a compreensão sobre os movimentos socioterritoriais, realizou-se este estudo para compreender o caso da comunidade pesqueira de Enxu Queimado, localizada em Pedra Grande/RN, que em 2007, passou a “travar” uma luta e vivenciar conflitos, com a empresa Teixeira Onze, que intensificou as reivindicações e passou a lutar pela posse da terra, buscando desterritorializar as famílias que viviam no local há mais de 100 anos (BRASIL DE FATO, 2022). Em meados de 2020, esse conflito se acirrou e, aproveitando o contexto da pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2), a empresa retornou à comunidade com mais violência e opressão. Uma parte da comunidade se articulou, tendo como lideranças mulheres, e criaram um comitê gestor para lidar com a ameaça socioterritorial, articulando parcerias em diversos âmbitos (municipal, estadual e federal), acionando o Ministério Público Federal (MPF) contra as ações dessa empresa e o Comitê Estadual de Resolução de Conflitos Fundiários (CERCFR). Desde então, é constante o embate no território.

Neste cenário, tem-se como questão de investigação: quais as formas de articulação que a comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado tem lançado mão para se organizar e para enfrentar os processos de desterritorialização que vem sofrendo pelas empresas do mercado imobiliário, desde meados de 2007?

Assim, o nosso objetivo é realizar o resgate histórico deste conflito socioterritorial, identificar os sujeitos e a cronologia do processo organizativo, partindo da compreensão de que a organização dos sujeitos se caracteriza como um movimento socioterritorial de resistência em defesa e manutenção do território.

De modo a cumprir os objetivos propostos se desenvolveu um desenho metodológico de caráter qualitativo, com pesquisa de informação que inclui coleta de notícias da mídia, consulta de sites, blogs, e entrevistas dos atores nestes meios de comunicação supracitados, além de entrevistas semiestruturadas, com a representante da Colônia de Pescadores e com três integrantes do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado. As entrevistas para essa etapa ocorreram entre agosto e outubro de 2022. A análise dos conteúdos coletados levou em consideração os discursos das sujeitas envolvidas e as narrativas das lideranças comunitárias, ou seja, buscamos explicitar e sistematizar o conteúdo das

mensagens e a expressão deste conteúdo (BARDIN, 2011).

Para alcançar os objetivos propostos dividiremos o texto em quatro partes, sendo a primeira a conceituação sobre território, os conflitos e as conflitualidades, na segunda parte iremos explanar sobre a caracterização da comunidade pesqueira de Enxu Queimado/RN, logo após versaremos sobre a historicidade: conflito e r-existência para na sequência, explanar sobre a formação do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado e por fim, apresentar as considerações finais.

### **O Território, os conflitos e as conflitualidades**

O conceito de território é frequentemente usado no senso comum. Entretanto, o conceito varia de acordo com a corrente de pensamento, assim como com a abordagem que se realiza. O conceito comum adotado o relaciona ao espaço, definido a partir de uma relação de poder.

Essa compreensão é fundamental para a discussão aqui proposta, conforme Sánchez (1991), é fundamental considerar que o espaço geográfico não seja apenas representado como suporte físico, inerte, para uma estrutura social, pois o espaço é uma variável que interfere nos processos históricos enquanto fator, levando a atuações distintas.

Desta forma, podemos inferir que dentre as várias formas como o território é compreendido, há o entendimento do mesmo território enquanto um produto social e histórico. Corroborando, com este pensamento Santos (2005) afirma que:

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2005, p. 255).

Raffestin (1993) define a construção do território a partir de relações sociais no espaço baseadas na correlação de forças e poder:

O território, nessa perspectiva, é um espaço, onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 46).

Neste sentido, o espaço é transformado em território pela atuação dos agentes sociais, políticos, econômicos que tem contribuído para formar um caráter político, pelas diversas formas de poder e controle, o que fica bastante evidenciado nas territorialidades dos grupos políticos ali estabelecidos.

Para Fernandes (2008), o território, além destas dimensões conta com a dominação, conflito e liberdade, que devem ser compreendidos na multiescalaridade e multidimensionalidade, ou seja, envolvendo a complexidade das várias dimensões sociais, econômica, política, cultural, ambiental, psicológica etc, influenciando as diversas relações socioterritoriais. Desta forma, para o autor as várias dimensões o constituem e lhe atribuem forma e conteúdo. Deste modo, compreender o território e o seu desenvolvimento é, portanto, observar a materialidade da luta de classes, da luta entre dominantes e dominados.

De acordo com Fernandes (2005) os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais, Em que:

O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional (FERNANDES, 2005, p. 27).

Segundo Fernandes (2005), as relações sociais transformam o espaço e criam diversos tipos de território e vice-versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. Desta forma, para o autor:

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. (FERNANDES, 2005, p. 28).

Fernandes (2005; 2009) diz que o território é multidimensional e multiescalar, contendo espaço material e imaterial e diversas “intencionalidades” que podem produzir contradição, solidariedade e conflitualidade, sendo o território um local dinâmico de conflito e confronto entre projetos políticos concorrentes que utilizam práticas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) para alcançar os seus objetivos, assumindo formas materiais e imateriais (FERNANDES, 2000).



Desta forma, infere-se que os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, como comumente pensa-se, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político (HALVORSEN; FERNANDES e TORRES, 2021).

Os movimentos socioterritoriais surgem por meio de tentativas de se apropriar do espaço - por meio de processos TDR na realização de objetivos estratégicos de existência. O território apropriado é, por sua vez, objeto de disputa de movimentos que buscam conquistar uma fração do território disputando contra os projetos hegemônicos de corporações capitalistas com apoio do Estado. (HALVORSEN; FERNANDES e TORRES, 2021, P. 27).

No que se refere às conflitualidades, Sobreiro Filho (2013, p. 486) cita em seus estudos, que em muitos casos, os processos de conflitualidade que ocorrem nos territórios não são compreendidos como parte dos processos e da natureza do capitalismo, sendo visto como aquilo que impede o desenvolvimento, que se impõe como um entrave, etc.

Desta forma, alguns conflitos são vistos como sinônimos de atraso, devendo ser evitados por serem obstáculo ao desenvolvimento (SOBREIRO FILHO, 2013). É notório, que na comunidade pesqueira que se deu este estudo, intercorre uma disputa territorial representada por dois modelos de desenvolvimento antagônicos. Sendo, por um lado, representado pelos povos tradicionais que lutam e resistem pela garantia de seus direitos socioculturais e permanência em seus territórios. E, do outro lado, o grande capital representado pelas empresas privadas que chegam nos territórios, sem diálogo, agredindo o meio ambiente e os animais, além de, em nome do desenvolvimento, desterritorializar as famílias que ali vivem há décadas.

O que vem ocorrendo nas comunidades tradicionais pesqueiras no estado do Rio Grande do Norte, não difere do que ocorre nas comunidades camponesas em todo Brasil, que lutam pela permanência em seus territórios. No entanto, ressaltamos que os conflitos envolvendo as comunidades tradicionais atualmente vão para além do latifúndio e da distribuição de terras. Oliveira (1991) diz que as questões que envolvem o campo brasileiro são frutos do desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista, assim como Fernandes (2014) aborda em seus estudos que o conflito é resultado dos processos de desigualdade produzidos pelo desenvolvimento do capitalismo e ressalta que o sentido da esperança está na luta pela existência, na resistência contra o capitalismo que destrói constantemente os territórios camponeses (FERNANDES, 2021).

Quando analisamos estudos de países da América Latina, no que tange aos conflitos

(processos de disputa pelo território) em comunidades tradicionais autores como Dominguez (2019), Jara et al. (2021) e Herrera et al. (2018), também observam a forte influência do capitalismo, neste processo de desterritorialização das comunidades tradicionais, embora existam especificidades, esses processos ocorrem de forma semelhantes.

Neste contexto, reconhecer as expressões das contradições dos modelos de desenvolvimento em questão por meio da resistência exercida pelos povos tradicionais exemplifica que o capitalismo não é uma totalidade e que dentro dele se manifestam outras relações sociais que não estão estruturadas na lógica da exploração da mais-valia e/ou na busca pela maximização dos lucros.

Podemos citar Fernandes (2009) quando analisa o território em sua totalidade, ressaltando que as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que possibilita compreender os territórios nos aspectos materiais e imateriais. Desta forma, a essência da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia (FERNANDES, 2009).

De tal maneira que a conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as separações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008). Deste modo, frente aos conflitos pelo território e as ameaças de desterritorialização dos povos tradicionais, observa-se a mobilização e constituição de um território de luta. Neste contexto, os argumentos da permanência das comunidades tradicionais nos territórios constituem o fundamento para a reivindicação pelo acesso à terra e para políticas públicas que garantam água, ou outros bens comuns tradicionalmente usurpados pelo poder hegemônico. Fernandes (2008, p. 06) pontua que:

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008. p. 06).

Assim, infere-se que os povos tradicionais, neste campo de disputa promovem a luta e a resistência seja pela permanência em seus territórios ou pelo direito ao acesso às políticas públicas que garantam seus direitos. Já as empresas privadas, ao adentrarem nos territórios

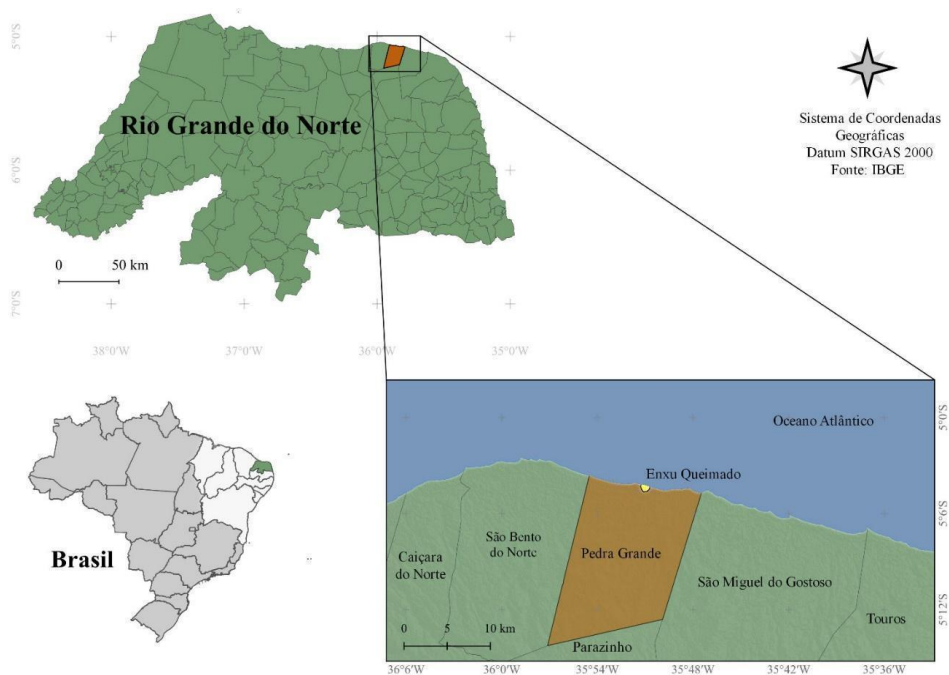
destroem os laços e modo de vida, através dos conflitos e conflitualidades, seja pela ocupação indevida dos espaços ou pelo uso abusivo dos recursos naturais. Desta forma, as relações sociais é a materialização nos espaços e territórios dos movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Dito isto, ressalta-se a importância de se pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades sendo de fundamental relevância para elaboração de políticas públicas.

### Caracterização da Comunidade Pesqueira de Enxu Queimado/RN

O município hoje denominado de Pedra Grande, localizado no Rio Grande do Norte/RN, iniciou-se nos idos de 1919. O povoado foi elevado à categoria de distrito do município de São Bento do Norte, no ano de 1958. Em 07 de maio de 1962, através da Lei nº 2.745, desmembrou-se de São Bento do Norte, tornando-se município e alcançando sua emancipação política (IBGE, 2022).

O município é composto por 10 distritos, em sua zona rural, e dentre eles, encontra-se a comunidade pesqueira de Enxu Queimado (possuindo maior representatividade populacional do município). Ela fica localizada na microrregião do Litoral Nordeste, saindo de Natal, capital do Estado, e indo pelas RN-120 e BR-406 fica a 142 km de distância da capital (Mapa 1).

**Mapa 1** – Localização geográfica da Comunidade de Enxu Queimado no Município de Pedra Grande/RN, Brasil.



Fonte: BUANI (2023).

O nome da comunidade, conforme o relato em entrevista, é originário de abelhas, conhecidas como enxus. Como conta a integrante 03 do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado (2022) os pescadores queimavam as colmeias, para ter acesso a área da praia (local onde ficaram as barracas com o material da pesca), para se protegerem das picadas, de modo que, a comunidade ficou conhecida como Enxu Queimado. Juliana Jane, em entrevista, também ressalta que, de acordo com os relatos dos moradores mais antigos, a comunidade começou a se formar em meados de 1920, bem antes da então emancipação política em 1962, de Pedra Grande. A comunidade teve início no Canto de Baixo, e devido às cheias constantes, foi migrando para a atual localidade, na época conhecida como praia da Esperança e atualmente denominada de praia de Enxu Queimado.

A comunidade se formou devido uma enchente que teve, em canto de baixo. A comunidade surgiu daí, mas esse lugar já era habitado por alguns pescadores, que faziam o percurso para a beira-mar. Aí, quando chegavam, às vezes, chegavam tarde, não tinham como voltar para o Canto de Baixo. [...] como já era um local que eles habitavam, era o percurso para eles poderem ir para a pesca, então, foi depois da enchente, que realmente, a comunidade fundou, que veio a ser formada. (Entrevista realizada com integrante 03 do comitê gestor, em 16 de novembro de 2022).

De acordo com a base de dados do CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único, mês de referência agosto de 2022, que registra a quantidades de famílias do município, foi possível verificar, em sua base de dados, o total de 1.089 famílias registradas na comunidade de Enxu Queimado, sendo deste total identificado 66 famílias com marcação para pescadores(as) artesanais. Em seguida, aparecem os agricultores familiares com 17 famílias. É relevante destacar que algumas famílias, registradas como agricultores familiares, ainda utilizam as vazantes ou as terras conhecidas pela comunidade como “Canto de Baixo”, para o cultivo de alguns alimentos para subsistência, como por exemplo: a mandioca, o milho, o feijão verde e a batata doce, além da produção das hortaliças e criação de animais. Desta forma, apesar da caracterização como comunidade tradicional pesqueira, na comunidade também existem famílias de agricultores familiares. Tal fato pode ser notado na fala da entrevistada representante da colônia de pescadores Z-32:

Além da pesca? A pesca, sempre foi a principal atividade. [...], mas vendem hortaliças, né? Para vender tipo coentro, alface, couve, cebolinha. Ainda tem algumas famílias que têm criação de ovelhas nas vazantes, isso tudo nas vazantes, porque dentro da rua não tem condições [...] em alguns cantos que a empresa não comprou, teve pessoas que resistiram ainda, por isso que as vazantes ainda existem. Que não venderam, porque plantava, porque tinha gado. Meu sogro é um que tem gado, não vendeu, porque na época ele plantava

(Entrevista realizada com a presidente da colônia de pescadores, em 11 de novembro de 2022).

Outra questão importante é o quantitativo de pescadores e pescadoras associados e registrados na colônia de pescadores Z-32 de Enxu Queimado. Constatou-se que atualmente existem registrados um total de 260 pescadores(as), sendo deste total 104 mulheres e 156 homens. Também aponta a entrevistada que “na comunidade pesqueira existem 32 embarcações que subsidiam o trabalho dos pescadores artesanais” (entrevista realizada com a presidente da colônia de pescadores em 11 de novembro de 2022). Mediante ao exposto, percebe-se que os dados quantitativos da colônia de pescadores Z-32 não correspondem aos dados do Cadastro Único, essa discrepância pode dar-se pelos critérios/objetivos de cada um deles. Sendo a filiação na colônia de pescadores obrigatória para acessar o seguro pesca, por exemplo. E por outro lado, a declaração de pescador ou pescadora no Cadastro Único implica em informar uma renda (mesmo que variável) sendo este um possível entrave para não acessar os benefícios sociais do governo federal, pelo critério renda.

### **Historicidade: conflito e r-existência**

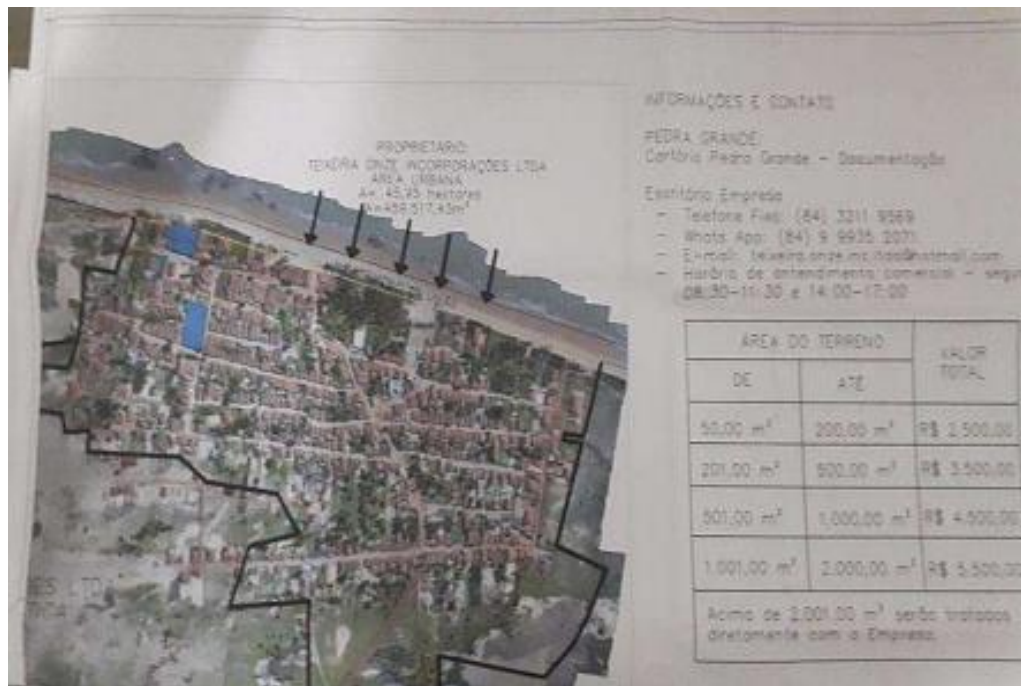
Desde os primórdios até o surgimento das grandes empresas no território, a comunidade considerava que levava uma vida tranquila e pacata, sobretudo no que diz respeito aos costumes, tradições e modo de vida. No entanto, os conflitos, com empresas do mercado imobiliário, na comunidade de Enxu Queimado iniciaram-se no ano de 2007, quando “aparece” uma organização do ramo imobiliário, denominada empresa Incorporadora Teixeira Onze, representada pelo empresário Italiano Marchello Giovannard (conhecido popularmente como “Grigo”), alegando ser “dono” de 184,766 hectares e afirmando que havia comprado as terras pelo valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) da suposta herdeira da proprietária conhecida como Irmã Dulce (uma freira que havia passado pelas comunidades anos atrás). Na figura 1 apresentamos a imagem, com a demarcação da comunidade de Enxu Queimado realizada pela empresa Teixeira Onze.

De acordo com Jara *et al.* (2021) e De Dios (2010) os procedimentos para a apropriação da terra por parte dos empresários são diversos. Em alguns casos compram as terras das famílias tradicionais locais, por preços baixos, por aparecem como titulares de domínio, mas que não exercem a posse. Facilitando-se desse processo para a apropriação do território.

Em uma análise *in loco* o cenário do processo de expansão via mercado imobiliário no

município de Pedra Grande, especificamente na comunidade de Enxu Queimado, vai para além da lógica da apropriação da terra, sobretudo potencializada pelo violento processo de expropriação das riquezas e dos espaços de uso comum.

**Figura 1** - Demarcação Da Comunidade De Enxu Queimado Realizada Pela Empresa Teixeira Onze.



Fonte: Brasil de Fato (2022).

Não obstante, em 2020, houve uma segunda tentativa de apropriação do território tradicional de Enxu Queimado, quando outra empresa também do mercado imobiliário, denominada, Genipabu Hotel e Turismo - LTDA alega ser dona das terras de Canto de Baixo. A Genipabu Hotel Turismo LTDA, administrada pelo francês Patrick Daniel Muller e a brasileira Ana Maria Muller, moveu ação judicial de reintegração de posse na comunidade pesqueira de Enxu Queimado, obtendo recentemente o termo de reintegração de posse.

Mediante o ocorrido e em meio aos conflitos e ameaças dos direitos, um grupo de moradores/as se mobilizaram para estabelecer suas estratégias de enfrentamento ao avanço das empresas do mercado imobiliário sobre suas terras (criou-se um comitê gestor) e buscaram parceria com diversos atores, dentre eles pode-se citar (Quadro 1):

**Quadro 1** – Ações Coletivas.

<b>Principais atores/parceiros nas ações coletivas</b>
Coletivo de Mulheres Conquistando Autonomia
Colônia de Pescadores Z-32 de Enxu Queimado – Joel Vitor
Rede de Educadores Cidadã – RECID



Poder Público Municipal, Estadual e Federal
Coletivo Assessorias Cirandas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Laboratório de estudos Rurais – LabRural
Mandato da Deputada Federal Natália Bonavides - PT/RN
Mandato da Deputada Estadual Isolda Dantas - PT/RN
Rede MangueMar Brasil
Movimento das pescadoras e pescadores artesanais – MPP
Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP
Serviço de Assistência Rural e Urbana – SAR

**Org.:** Autora (2022).

É relevante destacar que mediante a resistência da comunidade, no primeiro contato direto com os representantes das imobiliárias, os conflitos se intensificaram e a comunidade realizou a retirada das cercas, postas pelas empresas e ocupou o território demarcado pelos funcionários das imobiliárias, iniciando-se o “acompanhamento da resistência”, na propriedade conhecida como Canto de Baixo (Figura 02). Ressaltamos que essa área fica localizada na zona de expansão turística, mas afastada da comunidade. Segundo entrevista da integrante 01 do comitê gestor, a senhora Leonete Rosano, ao Jornal Brasil de Fato, em 2020, a empresa “usou de má fé e mapeou toda área como sendo Enxu Queimado, para pleitear na justiça o direito de reintegração de posse de uma terra que nunca foi usada por ela.” Pode-se observar, na Figura 2, os barracos construídos na formação do acampamento de resistência em Canto de Baixo.

**Figura 2** - “Barracos” do Acampamento da Resistência – Canto de Baixo em Enxu Queimado/RN.



**Fonte:** Arquivo pessoal da Autora (2022).

Em 2007, vislumbrou-se uma aparente vitória, por parte da comunidade, pois ocorreu um recuo da empresa cessando os conflitos diretos. Todavia, decorridos 13 anos, em junho de 2020, em plena pandemia causada pelo coronavírus (SARS-COV-19), onde os moradores estavam realizando isolamento e distanciamento social a comunidade é mais uma vez surpreendida com o retorno da empresa para reafirmar o “direito” sobre as terras que havia supostamente comprado. Desta vez a empresa fez questão de mostrar o documento de compra e venda das terras em questão e cobrava aos moradores o pagamento das áreas dos domicílios, além das áreas de uso comum, historicamente utilizadas para atividade da pesca, agricultura e criação de animais.

Com o agravamento dos conflitos, a comunidade passou a enfrentar diariamente ameaças de desapropriação e sofrer danos aos patrimônios ali construídos há décadas, como por exemplo: a derrubada dos “barracos” e a destruição das plantações. Pode-se verificar na fala da entrevista 03, integrante do comitê gestor (2022) os atos de agressão realizados por trabalhadores da empresa.

[...] Quando teve a agressão ao Seu Ramiro, a ameaça de derrubar as barracas, que teve uma parte que foi derrubada, outra parte foi queimada. A gente montou o acampamento lá [...] E foi agredido, também (Entrevista realizada com membro 03 do comitê gestor, em 16 de novembro de 2022).

Conforme corrobora Jara *et al.* (2021) e Gesteira (2009) a luta pela terra expressa-se nas demandas pela regularização da propriedade agrária e a resistência aos despejos, assim como os autores, acima citados, inferem sobre a realidade da América latina e do Brasil. Ao olhar para o Brasil e especificamente para comunidade de Enxu Queimado essa realidade não é diferente, o freio às expulsões se faz tanto mediante a legítima defesa de seus imóveis (neste caso “barracos” e casas) frente às tentativas de despejos violentos (com agressões físicas), como por meio de apresentações judiciais para o reconhecimento do direito de posses (de maneira habitual, utiliza-se usucapião).

Nesta perspectiva, adotou-se como estratégia a atuação em rede. Atores parceiros foram contatados por algumas lideranças da comunidade para ajudar na mediação dos conflitos (direito de permanecer em suas casas), para lutar pela regularização da terra, assim como também para mobilização da própria comunidade sobre o processo de desterritorialização que se iniciava (ver quadro 01 com os principais parceiros).

Conforme matéria do SAR - Serviço de Assistência Rural e Urbano (2022), no dia 11 de dezembro de 2020, em reunião local, no terminal turístico da comunidade, foi lançado pelo



Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, no município de Pedra Grande – RN, a Campanha: “ENXU QUEIMADO EXISTE PORQUE PERSISTE”. A campanha tinha como missão: “Promover a defesa intransigente do território pesqueiro e as riquezas naturais da comunidade” e objetivava: fomentar uma agenda de desenvolvimento sustentável do território; despertar a consciência da comunidade das riquezas do lugar; promover a valorização da história e dos habitantes locais; fomentar o turismo de base comunitária, aventura e pesca e incidir para o reconhecimento de Enxu Queimado patrimônio material e imaterial de Pedra Grande-RN (SAR, 2022).

Diante disso, surgiram diversos parceiros para atuação direta e imediata, por exemplo o Coletivo Cirandas, em 2020, como a elaboração de projeto: “Enxu Queimado Existe porque Persiste”; o Laboratório de Estudos Rurais (LabRural-UFRN), em 2021, com projeto de Extensão Universitária: “A Resistência da Comunidade Pesqueira de Enxu Queimado/RN: cultura, identidade e direitos para o fortalecimento local”, assim como a orientação Jurídica, do mandato da Deputada Federal Natália Bonavides do Partido dos Trabalhadores (PT/RN), para o enfrentamento judicial do conflito vivenciado em defesa e permanência no território, assim a Rede Manguemar Brasil.

Mediante ação judicial, apresentado, em defesa da comunidade, obteve-se em novembro de 2021, por meio de decisão do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte a reintegração de posse da comunidade, garantindo então aos moradores o direito de permanecer em suas residências, no que compete à empresa Teixeira Onze.

Com relação a empresa denominada Genipabu Hotel Turismo LTDA, a comunidade continua lutando pela posse da terra, enquanto a empresa segue planejando executar o projeto de construção de um resort nas “terras solta – Propriedade Canto de Baixo”, alegando que este empreendimento vai gerar empregos e renda para os moradores e trazer progresso e desenvolvimento para a comunidade. A área de reintegração para implantação do resort, fica em uma propriedade rural de 14.442 hectares. O terreno pertencia ao agricultor Garibaldi Chianca de Carvalho e sua esposa Tânia Lídia de Souza Carvalho, ambos moradores do Recife, e foi vendido pelo valor de R\$300,000,00 (trezentos mil reais) à empresa Genipabu Hotel e Turismo. A seguir planta do lote, registrada no ano de 2006, anexada ao termo de reintegração de posse emitido pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, Vara única da comarca de São Bento do Norte/RN (Figura 3).

**Figura 3** – Planta de lote da área de expansão imobiliária.



**Fonte:** Mandato de reintegração de Posse (2023)

Conforme Barbosa (2020), advogado do mandato da Deputada Federal Natália Bonavides do Partido dos Trabalhadores (PT/RN), descreve em matéria ao jornal Carta Capital todo o processo de luta e resistência inclusive o “progresso prometido” como fruto de uma escolha, de um futuro diferente do “progresso” propagandeado pela ganância destrutiva do capital.

Qual o futuro que espera um pescador que, tirando seu sustento da praia, é empurrado pelo poder econômico para locais distantes da fonte de sua sobrevivência? Afastar seus moradores originais, destruir vínculos comunitários e substituir espaços de lazer e moradia por resorts luxuosos pode ser considerado progresso? Na lógica predatória do capital, sim. Mas e na lógica da gente que vive, mora e trabalha na região? Gente cujas famílias estão há gerações no povoado? (Trecho retirado de entrevista ao Jornal Carta Capital, BARBOSA, 2020).

Neste sentido, pode-se citar Fernandes (2009), quando aborda as disputas territoriais pelas relações sociais e pelo controle dos diferentes tipos de território com olhar para classes sociais. Sendo o território, compreendido pelas diversidades e pelas conflitualidades das disputas territoriais. Compreendendo a expansão do capitalismo um fator para desterritorializar outras relações sociais e exterminar as relações não capitalistas por meio da espoliação. De modo que, pode-se inferir que os vínculos territoriais são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida, não podendo ser o conflito que envolve a questão territorial, estudada, resumido apenas a uma questão de área delimitada. Deve-se reconhecer

que a comunidade envolvida com o território possui mais do que a posse de uma área. Possui também, laços com aquele espaço, o meio e a paisagem, além de raízes históricas.

### **A formação do Comitê Gestor em defesa do Território Pesqueiro Da Praia De Enxu Queimado**

Em meados de julho de 2020, em plena pandemia causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), com o retorno da empresa Texeira Onze, ao território, desta vez, de forma agressiva fazendo uso das forças policiais, deu-se origem ao “Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado (figura 4), pois naquele momento a comunidade percebeu que estava prestes a perder suas moradias e precisavam se organizar para lutar por seu território. É relevante destacar que, em 2020, quando foi criado o Comitê, ele abarcou representantes de outros movimentos socioterritoriais já consolidados, da sociedade civil e do poder público, conforme descritos do quadro 01, com o objetivo de obter apoio na luta em defesa do território. Quando perguntada sobre as motivações para constituição do Comitê a entrevistada 01 respondeu:

No momento que a gente se sentiu ameaçado. Da empresa chegar com a documentação exigindo que a gente saísse, é que exige também que a gente pagasse os nossos cantos de casa. (Entrevista realizada com membro do comitê gestor em 30 de agosto de 2022).

Mediante relato, evidencia-se que a ameaça iminente, fortaleceu os vínculos comunitários, assim como aflorou o sentimento de pertencimento e marcou o início do processo organizativo, por parte das mulheres, para lutar e realizar ações de resistência em defesa do território. Destaca-se que na comunidade já existia um Coletivo denominado Mulheres Conquistando Autonomia, criado em meados de 2016 (oriundas de um grupo formado por mulheres da comunidade para realização de atividades formativas e de artesanato), no entanto, por ter seu objetivo voltado para atividades formativas ou realização de curso/oficinas, assim como a comercialização dos produtos, a comunidade percebeu a necessidade de se organizar, para discutir estratégias e realizar ações, assim como direcionar as formas mais adequada para resistir à arbitragem dos conflitos vivenciados com a empresa Texeira Onze e a ameaça iminente de desterritorialização, criando-se então o Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado.

**Figura 4** – Reunião do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado.



**Fonte:** Arquivo do comitê gestor em defesa do território pesqueiro da praia de Enxu Queimado, (2022).

Outro ponto em destaque é que, segundo relato da entrevistada 03, integrante do Comitê gestor (2022), mesmo o Comitê sendo formado pelas mulheres e abarcando outras representações, os moradores, se uniram e iniciaram o processo de constituição das provas contra a empresa (seja registrando os atos violentos, organizando documentos antigos, separando fotos antigas da comunidade, entre outras ações) e que, a partir da organização dos moradores, a luta vem sendo fortalecida. Tendo em vista que a comunidade continua organizada seja para a manutenção do acampamento de resistência ou frente aos processos judiciais em andamento.

No que dispõe aos mecanismos de mobilização e organização da comunidade, para constituição do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, de início o grupo contou em sua formação com aproximadamente 20 integrantes representantes da comunidade, mas percebendo-se a necessidade de deliberações urgentes, e tendo como base a atuação histórica das mulheres, forma-se um núcleo menor, constituído por 10 mulheres tidas como lideranças da comunidade, sendo estas, em sua maioria, oriundas do coletivo de mulheres conquistando autonomia. Atualmente, o comitê gestor conta com 06 mulheres atuantes na articulação da defesa iminente do território.

Antes dessas mulheres de hoje (refere-se as mulheres da direção do comitê gestor) já existiam as mulheres que sempre estavam tomando a frente nas decisões de algumas coisas da comunidade. Os homens saíam para realizar as atividades de pesca no mar, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pelos cuidados umas das outras, das próprias famílias e das outras que compõem a comunidade tradicional (RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO DA UFRN, 2021).

De forma resumida, pode-se inferir que foi primordial as ações em parcerias, com os diversos atores elencados no quadro 01 deste artigo, no entanto, esse protagonismo de atuação de forma autônoma, como sociedade civil, por parte das mulheres da comunidade foi fundamental, além da articulação com a colônia de pescadores Z-32 de Enxu Queimado, que ao elaborar o projeto intitulado: “Enxu Queimado Existe Porque Persiste, em parceria com o Coletivo Ciranda, auxiliou e apoiou a elaboração de estratégias locais de defesa do território. Desta forma, os momentos formativos, proporcionados pelos projetos (ora pela Universidade, ora pelas ONGs), assim como as demais ações que ocorrem paralelamente ao projeto, tiveram efeitos positivos na mobilização e conscientização da comunidade no que compete ao processo de luta e resistência para manutenção do território. Além do apoio do Mandato da Deputada Federal Natália Bonavides, que forneceu o Advogado.

Enfim, destaca-se que a constituição e a atuação do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, assim como o apoio das parcerias foi e é de extrema importância para a comunidade, sendo fundamental até os dias atuais para a manutenção e defesa do território. Além disso, o Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, liderado pelas mulheres, conferiu maior legitimação das decisões e se tornou o meio mais eficaz para fortalecer e reivindicar a permanência da comunidade no território tradicional ocupado por mais de 100 anos pelos moradores de Enxu Queimado.

### **Considerações Finais**

Este estudo, demonstra que o modelo de acumulação capitalista, não deve ser soberano, notou-se que ele estabeleceu conflitos e conflitualidades na comunidade tradicional pesqueira, localizada em Enxu Queimado/RN. Assim como, pode-se inferir que a especulação imobiliária no território pode-se configurar como a busca por novas parcelas do espaço disponíveis ao processo de acumulação. Desta forma, evidencia-se os desígnios e interesse da acumulação capitalista sobre os territórios tradicionais, somando-se os aspectos naturais, apresenta-se como um diferencial atrativo ao especulativo mercado imobiliário, em questão neste estudo.

Conforme posto por Gesteira (2009, p. 425) “a primazia da propriedade privada no modo de produção hegemônico é fundamental para analisar a reprodução do capital, tendo em vista que a apropriação do espaço, a partir da propriedade da terra não só persiste como se consolida a partir das contradições do capitalismo”. Todavia, a permanência, a resistência, assim como a luta constante das comunidades tradicionais, podem ser vistas como um entrave

para o avanço dos interesses do poder hegemônico nos territórios tradicionais. Sendo a organização das mulheres, as parcerias com as diversas instituições de apoio e a constituição do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado de fundamental importância, neste processo de resistência ao modelo de produção hegemônica, meio ao conflito e conflitualidades socioterritoriais evidenciados neste estudo.

Neste contexto, evidencia-se uma disputa territorial representada por dois modelos de desenvolvimento, sendo um representado pelos povos tradicionais que lutam e resistem pela garantia de seus direitos socioculturais e permanência em seus territórios e do outro lado o modelo de acumulação capitalista, representado, neste estudo, pelas empresas do ramo imobiliário, que chegou no território tradicional, sem diálogo, agredindo o meio ambiente e os animais, além de ter como objeto de conquista a desterritorialização as famílias, para acumulação capitalista.

Conclui-se com este estudo que as expressões das contradições do modelo de desenvolvimento capitalista, em questão, por meio da resistência exercida por esse coletivo de moradores exemplificam que o capitalismo não é uma totalidade e que dentro dele se manifestam outras relações sociais que não estão estruturadas na lógica da exploração da mais-valia e/ou na busca pela maximização dos lucros. Sendo o processo de organização, a luta e resistência dos povos tradicionais uma poderosa ferramenta para contrapor esse modelo hegemônico em curso.

### Referências:

BARBOSA, Gustavo Ferreira. **Enxu Queimado: uma comunidade de pescadores que resiste**. Carta Capital, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/enxu-queimado-uma-comunidade-de-pescadores-que-resiste/>. Acesso em: 28/08/2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL DE FATO: **A comunidade pesqueira acusa incorporadora de ameaças e destruição de barracos no RN**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/25/comunidade-pesqueira-acusa-incorporadora-de-ameacas-e-destruicao-de-barracos-no-rn>. Acesso em: 28 de Ago de 2022.

CECAD. **Cadastro Único Brasil, Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**, 2022. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php). Acesso em: 14 de nov de 2022.

DE DIOS, Rubén. **“Lineamientos para una política de reforma agraria en Santiago del Estero”**. Ponencia presentada en las Jornadas Bicentenario de la Revolución de Mayo.

Santiago del Estero: Universidad Nacional de Santiago del Estero. 2010.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. Revista NERA, v. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

FERNANDES, B. M. (2014). **Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo**. *Reforma Agrária*, 35(2), 41-53.

FERNANDES, B. M. (2021). **Territórios de esperança e política agrária no Brasil**. In: CRUZ, Sandra Helena Ribeiro da et al. *Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro / Organização: Sandra Helena Ribeiro da Cruz, Adolfo Oliveira Neto, José Sobreiro Filho, Cristiano Quaresma de Paula*. – Belém: UFPA, 2021. 258 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In: *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. In: **Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos 1.ed.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **Analisando os conceitos de renda da terra e valor do solo a partir da lógica da especulação imobiliária: um estudo sobre o município de barra dos coqueiros/SE**. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia. v. 20, n. 72. Dez/2019.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada**. Revista NERA, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HERRERA, A. G. G., Jara, C. E., Habra, M. D. H. D., & Villalba, A. E. (2018). **Contracercar, producir y resistir. La defensa de los bienes comunes en dos comunidades campesinas (Argentina)**. *Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial*, (13), 137-155.

IBGE. **Cidades**. Pedra Grande, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pedra-grande/panorama>. Acesso em: 29/08/2022.

JARA, Cristian, Ramiro Rodríguez y Raúl Paz (2021). **“Os conflitos rurais na Argentina profunda: uma caracterização da luta pela terra em Santiago del Estero”** em *Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro / Organização: S. Ribeiro da Cruz, A. Oliveira Neto, J. Sobreiro Filho, C. Quaresma de Paula*. – Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), pp. 74-88.

OLIVEIRA, A U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 2009. xi, 239 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

RELATÓRIO. **RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO - EDITAL Nº 004/2020-PROEX/UFRN**. RELATÓRIO DA OFICINA 3: “Conflitos Fundiários no Território da

Pesca: A Fala dos Moradores de Enxu Queimado/RN". Natal, 2021.

RELATÓRIOS E-SUS. **Relatório Consolidado da Situação do Território** . Disponível em: [www.relatorioesus.com.br](http://www.relatorioesus.com.br). Acesso em: 14 de nov de 2022

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. EN: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun.2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005-. -- ISSN 1515-3282 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2022.

SAR - **Serviço de Assistência Rural e Urbano**. Campanha: Enxu Queimado existe porque persiste, 2022. Disponível em: <https://sarrn.org.br/index.php/22-ultimas-noticias/11-campanha-enxu-queimado-existe-porque-persiste>. Acesso em: 22 de Ago de 2022.

SOBREIRO FILHO, José. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013. 546 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96681>>.

### Sobre as autoras

**Miriam Moura Vital** - Sou Miriam Moura Vital, nascida em 1988, nas terras acolhedoras do Nordeste brasileiro. Minha jornada é entrelaçada com a busca pelo conhecimento e o compromisso com a transformação social. Atualmente, sou casada, mãe e trilho os caminhos acadêmicos como Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Atuo também como Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Pedra Grande-RN, onde mergulho nas realidades da comunidade para contribuir com a construção de um ambiente mais justo, além de integrar a equipe do Laboratório de Estudos Rurais (LabRural) da UFRN, e da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios - REDE DATALUTA.

**Joana Tereza Vaz de Moura**- Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem pós-doutorado em Sociologia, pela New York University (NYU). Atualmente é professora do Programa de Pós- graduação em Estudos Urbanos e Regionais, do Instituto de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora e pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais (UFRN) e pesquisadora da Rede DATALUTA.

Artigo recebido em 21-06-2023  
Artigo aceito para publicação em 20-08-2023



**PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA**  
**Temas, tendências e perspectivas**

Diálogo com Janaina Francisca de Souza Campos Vinha\*

**PARADIGMAS DE LA GEOGRAFÍA AGRARIA BRASILEIRA**  
**Temas, tendencias y perspectivas**

Diálogo con Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Marcia A. PERTUZ (Org.)<sup>1</sup>

Janaina Francisca de Souza Campos VINHA<sup>2</sup>

**Resumo:** Recentemente foi lançado no Brasil o livro “*Paradigmas da Geografia Agrária Brasileira. Temas, tendências e perspectivas*” (2022). Resultado do trabalho e pesquisa coletiva, nos traz um mapa das principais temáticas que ocupam os estudos da geografia agrária brasileira nas duas últimas décadas. Mas para conhecer um livro por dentro e nas entrelinhas é sempre um requisito conhecer a quem escreve. Este diálogo com a geógrafa Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, que tem dedicado grande parte de sua trajetória ao estudo das lutas dos povos do campo, das águas e das florestas, assim como à compreensão da epistemologia do pensamento geográfico no Brasil, nos permite ter uma visão mais íntima de sua caminhada e do processo de construção desta obra, que com certeza será uma referência para o ensino e pesquisas na geografia. Por meio da troca, Janaina nos permite conectar à autora com a obra, para desmistificar a ideia ‘do pensador moderno’ - intocado, estranho- e estabelecer conexões com o pensamento em corpo de mulher. Uma conversa cuidadosa entre companheiras, construída de forma remota, no marco deste dossiê “*A produção feminista do conhecimento sobre o campo na Geografia*, através do qual também pretendemos reivindicar a relevância do trabalho das mulheres nos estudos da geografia agrária no Brasil.

**Palavras-chave:** Epistemologia; Corpo; Trabalho; Mulheres; Geografia Agrária.

**Resumen:** Recientemente fue lanzado en Brasil el libro “*Paradigmas de la Geografía Agraria Brasileira. Temas, tendencias y perspectivas*” (2022). Este, es resultado del trabajo e investigación colectiva y nos trae un mapa de las principales temáticas de las que se han ocupado los estudios de la geografía agraria brasileira en las dos últimas décadas. Pero para conocer un libro, por dentro y en las entrelineas, es siempre un requisito, conocer a quien lo escribe. Este diálogo con la geógrafa Janaina Francisca de Souza, que ha dedicado parte importante de su trayectoria al estudio de la lucha de los pueblos del campo, de las aguas y de las *florestas*, así como, a la comprensión de la epistemología del pensamiento geográfico en Brasil, nos permite tener una visión más íntima de su caminata y del proceso de construcción de esta obra, que, con certeza, será una referencia para la enseñanza y la investigación en la geografía. Por medio de la troca, Janaina nos permite conectar con a la autora con la obra, para desmitificar la idea ‘del pensador moderno’ – intocado, extraño- y establecer conexiones con el pensamiento en cuerpo de mujer. Una conversación cuidadosa entre compañeras, realizada en formato

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT - UNESP), Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2019/27196-9. Email: [marcearteaga1982@gmail.com](mailto:marcearteaga1982@gmail.com) . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1961-0541>

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Departamento de Geografia. Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). Pesquisadora da Rede Dataluta. Email: [janaina.vinha@uftm.edu.br](mailto:janaina.vinha@uftm.edu.br) . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8763-4465>

\*A revisão e edição deste diálogo foi realizada pelas duas autoras, sendo que, o aqui publicado, foi autorizado por Janaina Francisca de. S.C Vinha, quem nos proporcionou conhecer um pouco de sua trajetória.

remoto, en el marco de este dossier “*La producción feminista del conocimiento sobre el campo en la Geografía*”, a través del cual, también pretendemos reivindicar la relevancia del trabajo de las mujeres en los estudios de la geografía agraria en Brasil.

**Palabras clave:** Epistemología; Cuerpo; Trabajo; Mujeres; Geografía Agraria.

*Me conta sobre. Provocações iniciais*

**Marcia:** Oi Jana, tudo bem? A propósito de nosso dossiê e o momento que você está vivendo com a maternidade, seria interessante conhecer e divulgar seu livro publicado recentemente. Você poderia nos falar sobre ele, quais os pontos centrais que você debate, o que motivou a construção deste?

**Janaina:** Oi Márcia, tudo bem? Olha, eu vou tentar gravar aqui, para então estar abordando os elementos centrais. É claro que, como autora, estou fazendo um resumo para você, ele pode estar viciado no meu ponto de vista, na minha visão, né? Então, eu corro o risco de repetir o que já está no livro, mas eu vou tentar aqui, tá? E até porque já faz tempo que eu não dou uma lida no livro, então pode ser bom nesse sentido. Também tem um resumo, que eu já submeti para uma revista, e talvez esteja ali uma primeira compreensão<sup>3</sup>.

*Processo de construção da pesquisa*

Então, esse trabalho foi uma continuidade dos meus estudos de doutorado. O estudo de doutorado tentou entender a história do pensamento geográfico pela ótica da geografia agrária e pelos grupos de pesquisa, só que do Estado de São Paulo. O meu recorte, até pelo trabalho e o tempo que eu tinha, foi para o Estado de São Paulo. E ali, logo que eu terminei o trabalho, em 2012, eu vi a necessidade de continuar. Na verdade, eu vi que era -é- um trabalho permanente. Sobre o pensamento geográfico, o que a geografia vem se dedicando? Que temas ela está olhando? Que paradigmas está compartilhando? Então eu vi que era um trabalho que eu tinha finalizado, para São Paulo, mas que exigia análises mais profundas e escalares. Porque os grupos vão incorporando mais pesquisadores, outros professores, a própria realidade vai modificando e movimentando o grupo, fazendo com que os temas se renovem. Eu vejo hoje essa mudança no nosso coletivo da luta, o quanto que ele é importante para dentro do NERA e

---

<sup>3</sup> Temas e paradigmas da Geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários (VINHA, 2022). Em Revista da ANPEGE. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/11623>

da REDE DATALUTA a gente começar a discutir o gênero - que é pouquíssimo discutido - e como o coletivo é importante para isso, né?

Eu percebi que sempre iria ter que ficar estudando. E aí quando eu finalizei a tese de doutorado, a primeira coisa a fazer foi ampliar a análise para entender o Brasil. E eu sabia que ia ser um trabalho de fôlego. Porque uma coisa é você ler teses e dissertações de um Estado, e outra é você ampliar o seu olhar para o Brasil. Então, eu sabia que eu ia ter que refinar a metodologia. Minha preocupação foi: como eu vou dar conta de entender o Brasil? Mas eu não vou poder ter a mesma metodologia, porque a metodologia anterior foi ler teses e dissertações de São Paulo. Eu tive que ajustar a metodologia.

*Notas metodológicas. Um trabalho coletivo e de fôlego*

Eu comecei a ajustando, e o exercício que eu fiz para ajustar também começou na tese. Porque lá, na tese, inicialmente, eu iria fazer uma análise partindo dos anais dos principais encontros da geografia agrária, que, na minha concepção e do Bernardo, era o Encontro Nacional de Geografia Agrária e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária - o SINGA e o ENGA. Eu comecei a fazer a análise desses textos publicados. Só que eu percebi que eram muitos textos inacabados, e que eram, muitas vezes, projetos de pesquisa. Às vezes eram textos muito confusos, em que eu não conseguia identificar temas nem paradigmas. Esses eventos estão abertos para a graduação, para a pós-graduação, para trabalhos que estão em desenvolvimento, e isso faz com que muitos, tanto da pós quanto da graduação, não tenham a maturidade para a gente fazer uma análise mais contundente, sabe? Então, eu coloquei isso para o Bernardo, e disse que não daria para fazer.

E foi aí que eu parti para entrevista com os pesquisadores, os líderes, os coordenadores dos grupos de pesquisa, e foram eles que foram me indicando as teses e dissertações. Eu tinha um trabalho que eu tinha iniciado de catalogar todos os trabalhos - eu fiquei mais de um ano lendo todos os trabalhos. Eu fiz uma base que tem todos os trabalhos do ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária), do SINGA (Simpósio Internacional de Geografia Agrária), e também de um outro evento que é o ENGRUP (Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa). E aí eu falei: “-Bom, eu vou usar isso, né?”

Foi justamente isso, ou seja, eu senti a necessidade de ampliar o olhar para além do Estado de São Paulo, e fiz um trabalho para o Brasil, meio que ajustando a metodologia que eu tinha iniciado lá no doutorado. Mas eu entendi que podia dar certo para esse novo projeto. Eu parti

da leitura de mais de 5000 trabalhos. A metodologia partiu do título e da leitura dos resumos dos trabalhos. Não tinha como ler todos os trabalhos, ou seja, mais de 5000, mas nós lemos todos os resumos. Nós pegamos todos os trabalhos que tiveram o envio do trabalho completo, porque às vezes a pessoa envia só o resumo para o evento, e não foi considerado. Lemos todos os trabalhos completos, mais de 5000 trabalhos completos.

E foi um trabalho de fôlego, que demorou muito tempo. Demorou, se eu não me engano, três anos. É que eu só consegui por conta do grupo de pesquisa que eu coordeno na UFTM (NATERRA - Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários) e dos colegas do NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). Quando eu estava, em 2013, em Presidente Prudente na UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho") como professora colaboradora, eu tive ajuda de muitos alunos. A Lara (Dalperio) foi uma delas, a Hellen (Mesquita) e a Lorena também (amigas, colegas de grupo de pesquisa e hoje formadas como doutoras em Geografia). Depois, quando eu vim para a UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), eu tive projetos de iniciação científica aprovados, então, os alunos bolsistas me ajudaram muito - até tem um aluno que estudou no TCC os temas de Minas Gerais.

Então, só foi possível porque foi um coletivo, sabe? Uma tarefa que na verdade vários coletivos assumiram. Do ENGA foram os anais de 2002 até 2014 e do SINGA de 2003 a 2015. Então, o trabalho tem um lapso temporal de 13 anos. Foi criada uma planilha do Excel com todos esses 5000 trabalhos, onde cada linha corresponde a um trabalho. E aí tem o autor, o título, grupo de pesquisa, o tema, a universidade, estado, região. Também foi criada, para cada linha dessa planilha, a coluna da localização. Então, se você quiser ler o trabalho da autora X, que apresentou no ENGA de 2002, já tá organizado na planilha, que te levará a o trabalho em PDF para leitura na íntegra.

### *Os temas emergentes e as grandes linhas temáticas da Geografia Agrária Brasileira*

Depois de toda essa organização, eu fiz essa leitura junto com os alunos e nós entendemos que a maior parte dos trabalhos da geografia agrária brasileira estão dialogando sobre o processo de lutas e resistência dos povos do campo, das águas e das florestas. São trabalhos que tem como tema central movimentos sociais, luta pela terra e reforma agrária. Se eu não me engano, entre 18% - eu sou ruim com número, número e data, mas...- entre 18% e 20% abordam os movimentos sociais, reforma agrária e luta pela terra. É o mais estudado da geografia agrária brasileira!

Só que eu entendi que esses trabalhos que envolvem a luta e a resistência são mais amplos. Por isso que eu chamei no livro de **Geografias de lutas e resistências**, porque reforma agrária, luta pela terra e movimentos sociais é o principal tema, sem dúvida. Mas tem outros, como campesinato, educação do campo, agroecologia que também são entendidos junto dessa geografia de lutas e resistência. Então, o número na verdade é muito maior que 18 a 20%. Inclusive a agroecologia, cooperativismo, mercados e gênero são um dos temas que mais vem crescendo. E esses temas, claro, abrangem um número menor de trabalhos, mas são temas emergentes, temas potentes.

Eu não fiz uma análise pormenorizada, Márcia, do gênero sabe? Eu faço um resumo do que eles abordam, aliás, de todas as temáticas identificadas, mas quando a gente se propõe analisar temas e paradigmas da geografia agrária é um trabalho muito complexo. É apresentado um panorama da geografia, um “mapa”. Você não consegue dar foco para tudo, e aí teriam que ter outras pesquisas para estudar, por exemplo, o gênero na geografia, para estudar agroecologia, etc. Se eu pudesse indicar uma fragilidade dos trabalhos que propõem atualizar o pensamento geográfico, é esse; porque ele aponta para várias questões, mas não aprofunda em nenhuma. O que eu vou aprofundar mesmo é na questão dos paradigmas. Movimentos sociais, luta pela terra e reforma agrária estão alinhados ao paradigma da questão agrária, que é o paradigma que enxerga o campo a partir das contradições, da desigualdade, das estruturas desiguais que estão no campo brasileiro, geradas pelo capitalismo no campo, na figura do agronegócio, da mineração, da violência e do latifúndio.

### *Trajetórias*

**Marcia:** Obrigada Jana pela troca. Ao escutar você falando sobre essas questões, penso que vale a pena ampliar o nosso diálogo para além do livro. E eu tenho umas perguntas, se você está de acordo em responder... Que você acha de nos compartilhar como é que a Jana faz esse caminho até aqui, tendo em conta os atravessamentos de sua vida pessoal, de você quanto mulher, mãe, de professora universitária e pesquisador, fazendo geografia agrária num médio masculinizado? Eu pensei algo nessa perspectiva.

**Janaina:** Marcia, adorei a ideia.

**Marcia:** Bom, que bom que você achou uma boa ideia! E eu acho que podemos começar falando sobre como é que você se interessa no estudo da epistemologia na Geografia Agrária, o que vocês chamam de Paradigmas, mas que nos permitem conhecer a epistemologia dos

estudos agrários. Também, como é que tem sido seu caminho como mulher dentro da própria Geografia Agrária? Quais os desafios? Qual luta você tem tido que levar? Quais relações de poder tem tido que enfrentar e a quais você tem se visto sujeita?

E como você continua sua carreira, aí em Minas Gerais, quais os temas que você tem trabalhado? Como é que desde a prática (não propriamente como tema de pesquisa), você começa a colocar no centro as mulheres e o que representa ser mulher nessa vida acadêmica e na sociedade. Porque eu vejo, como você não incorpora diretamente nos seus estudos o Feminismo ou melhor os Feminismos, mas na prática você faz. E quanto que isso, contribui para a própria construção da Geografia, sabe? mas não só, também para que mais mulheres consigam ir ocupando mais espaços dentro dessa geografia tão masculinizada, branca, misógina, que a gente conhece...

#### *O interesse pela Geografia Agrária e a Epistemologia*

**Janaina:** Primeiro, como é que eu me interesso pelo debate paradigmático, pela epistemologia? Na verdade, a minha aproximação se dá por conta de uma lacuna que eu sentia na minha formação acadêmica na graduação. Na verdade, não por parte dos professores. Mas eu sentia que a discussão teórica e metodológica da geografia ainda estava muito distante de mim, eu tinha muita dificuldade de entender. Eu me recordo de uma disciplina (história do pensamento geográfico), com o professor Thomaz, que é uma disciplina que logo que a gente chega no primeiro semestre da graduação da licenciatura em Geografia temos que cursá-la. A gente ainda tinha muitas, mas muitas dúvidas com relação ao curso. Eu lembro que o professor nos proporcionou muitas bibliografias, como Milton Santos e Rui Moreira. Eu lembro que eu tentava realizar essas leituras, mas confesso que era muito denso para mim naquele momento, eu estava iniciando os estudos na geografia. Então, ainda que eu me esforçasse, ainda que eu lesse, eu não conseguia entender muita coisa. E naquele primeiro ano, essa disciplina me deixou com essa sensação de que tinha uma lacuna sobre a questão teórico-metodológica no Geografia, e foi em virtude dessa lacuna que eu me aproximei dos estudos. Porque aí eu pensava: - Como que eu vou estar junto da geografia, tentar entender a geografia sem conseguir compreender as questões desde a gênese da geografia e da sua história. As questões, essas ainda eram mais tranquilas, mas questões de método, sabe?

E aí, quando foi no terceiro ano da graduação, quando eu fui para a disciplina de Geografia Agrária com o professor Bernardo, ele tinha como uma das tarefas das atividades avaliativas a

desconstrução - não sei se você já ouviu falar, mas era uma atividade muito interessante, que consistia na gente ler um livro, ler uma dissertação, ler uma tese, ler um trabalho acadêmico e tentar identificar o objeto, a teoria, o método. Então, essas questões iniciais que estavam para mim, no primeiro ano, elas meio que foram como uma assombração, né? No terceiro ano voltaram, porque aí eu me deparei com a desconstrução do Bernardo e eu pensei: “-Nossa, novamente eu estou com essas questões teórico-metodológicas no meu colo”.

Então, se você me pergunta como que eu me interessei pela história da epistemologia, é no primeiro ano, pensando nessa lacuna e na complexidade que era entender essa questão, com ela retornando no terceiro ano. No terceiro ano ela retorna de uma maneira diferente, porque eu estou um pouco mais madura, mas aquela lacuna ainda eu sentia. Só que aí eu tento associar a geografia agrária, que é tentar compreender o campo brasileiro, a questão agrária brasileira e latino-americana.

Também na graduação, eu me vinculo ao NERA, um vínculo sem bolsa, sem nenhum projeto específico. Mas eu me vinculo e tento organizar um projeto de pesquisa de iniciação científica para submeter à FAPESP. Naquele momento, como eu estava na iniciação científica, a gente fez um recorte um pouco menor, mas desde o terceiro ano já estava no horizonte o desafio de compreender os temas e paradigmas da geografia agrária brasileira. Então, eu vou me aproximando da geografia agrária e das questões teórico-metodológicas a partir do desafio e da complexidade que para mim era estudar e entender essas questões naquele período.

Até falei outro dia com meus alunos: -”Quando eu me aproximo é porque eu vejo que eu estou distante.” Dialético, né? É contraditório, mas tanto quando eu penso nas questões teórico-metodológicas quanto na geografia agrária, eu me aproximo delas tentando encurtar essa distância. Eu nasci e me criei em Santos, uma cidade litorânea do estado de São Paulo, onde a população rural é quase inexistente. Então, eu sempre fui uma pessoa criada no asfalto. Uma cidade muito verticalizada, poucas casas, poucos quintais, então, eu tenho origem cidadina. E quando eu tenho as aulas com Bernardo no terceiro ano, me deparo com um mundo que eu desconhecia; passo a querer entender o campo, entender o espaço agrário; aquilo é fascinante para mim, era tudo que eu não conhecia, na verdade, eu não conhecia esse mundo agrário, o espaço agrário. É assim que eu me aproximo da geografia agrária.

*A trajetória como mulher na Geografia Agrária*

**Janaina:** Meu caminho, minha trajetória como mulher na geografia agrária... A princípio é um caminho que eu não vislumbrava. Foi o que eu te coloquei anteriormente, esse desconhecimento, nessa busca por estudar o campo, me fez me aproximar da geografia agrária, e caminhando é que eu fui percebendo os desafios que a gente iria encontrar.

Acho que uma primeira questão que se coloca no meu caminho e que é muito presente para mim, é a ideia de ser mulher mesmo dentro da geografia. Porque eu lembro que desde o grupo de estudos no NERA, nós éramos poucas mulheres; quando a gente vai caminhando rumo a pós-graduação, isso foi afunilando. E aí eu fui me vendo sozinha, fui me vendo mais distante de tantas colegas que estavam comigo nas disciplinas, na formação da graduação. E eu vou percebendo na pós-graduação, sobretudo nos eventos, que é uma geografia muito masculina.

Na Rede Dataluta, que eu participo desde 2006, eu sempre percebi uma geografia de muitos homens, feita por muitos homens. E isso não foi colocado *a priori*. Então, a geografia agrária não tinha esse rótulo para mim, eu não a entendia dessa forma. E aí, como eu disse, no caminhar é que eu fui descobrindo uma geografia com muitos homens. E é dentro dessa trajetória, como mulher, que a gente vai se percebendo muito solitária. Porque primeiro que a gente vai percebendo que não há muitas mulheres; não existem pares que vão dialogar com você. E então isso vai se tornando muito duro e muitas vezes vai te deixando um pouco mais insegura. Eu concluo meus estudos de doutorado com 27 ou 28 anos, se não me engano, então uma mulher muito nova; em concurso público que eu já fui prestar, as pessoas questionavam o fato da minha pouca idade, as pessoas brincavam, faziam chacota disso. E dando aula nos estágios que nós tínhamos na pós-graduação ou nas minhas primeiras experiências dando aula na universidade, as pessoas não esperavam encontrar uma mulher baixinha, pequenininha, de vinte e poucos anos. Isso não era falado, mas o olhar das pessoas intimidava, né?

E eu confesso para você que isso foi me gerando na vida acadêmica, sobretudo na pós-graduação, bastante insegurança. Porque aqueles olhos eram os olhos de quem? De pessoas que não esperavam uma mulher para dar aula na universidade, para abordar aquela temática. Porque, de fato, eu fui percebendo que a geografia (e muito na geografia agrária), ela é muito masculina. E ela tem um biotipo, de homens mais velhos, brancos. Então eu percebi que a minha imagem, a minha figura como mulher, incomodava. Eu já escutei pessoas falando que não estavam esperando eu ali, estavam esperando uma outra pessoa, uma outra figura. Eu acho que também



pensavam: “Nossa, mas né, geografia agrária feita por essa mocinha?”. Eu fui vendo o terreno que eu estava entrando, e aí eu fui percebendo que eram uns desafios que estavam para além de uma discussão acadêmica, mas era uma questão que envolvia gênero e classe. Venho de uma família de pais separados, com uma mãe que era ambulante (vendia comida na rua) e de um pai que trabalhava na linha de montagem da Volkswagen no ABC Paulista. Então, há também uma questão de classe.

Como mulher, a partir dessas e outras tantas experiências, eu fui me entendendo. Hoje consigo captar um pouco melhor que ser mulher dentro da geografia agrária é um desafio muito grande, muito grande mesmo. E ser nova também é outro desafio muito grande. E isso gera certo impacto nas pessoas.

Fui percebendo como os departamentos estavam constituídos, que não eram espaços pensados pelas e para as mulheres. Eu sinto que foi muito pela prática, muito pelas experiências que eu fui vivendo, e que foram me mostrando a geografia. Eu fui percebendo que ia ser muito difícil fazer a discussão agrária dentro de um município conservador, de um Estado muito conservador, porque, tal como São Paulo, Minas Gerais é um estado muito conservador, e Uberaba mais ainda, onde o agronegócio é muito forte e o latifúndio historicamente é muito presente. E com certeza, esse embate não é só porque eu estou num campo à esquerda, mas envolve a questão do gênero. Quando a gente é mulher, somos mais desafiadas, mais questionadas se, de fato, temos capacidade e se vamos conseguir.

Participo de um ambiente de trabalho em que eu sou a única mulher. Vamos pensar aí nos horários das reuniões, por exemplo: será que vão ocorrer no horário em que a gente está levando/buscando as crianças na escola? São espaços e tempos que como não são criados por mulheres, dificultam a nossa participação porque não são pensados por nós e nem para nós. Como mulher, esse caminho sempre foi muito áspero; um caminho muito solitário, mas que recentemente eu tenho encontrado muitas vozes para estar ecoando comigo esses desafios enfrentados. A Rede Dataluta tem sido um marco muito importante com o coletivo de mulheres; os estudos de gênero estão aí para mostrar para nós que este é um tema que precisa ser feito pelas mulheres, né? É um tema que vem crescendo dentro da geografia agrária.

A gente tem percebido, cada vez mais, a importância do estudo sobre as questões de gênero, mas são questões de gênero que precisam associar a classe, a cor, a etnia. Porque é preciso pensar que quando olham a Janaína, não olham só a Janaína enquanto uma mulher, mas

enquanto uma mulher que veio, da classe trabalhadora, que pertence à classe trabalhadora e que é branca; que se fosse negra teria outros desafios. E então, acho que são elementos pra gente pensar essa trajetória. Vendo-a hoje, eu percebo que é preciso que a gente tenha mais e mais companheiras que possam trazer essas discussões de gênero, intersecção, articuladas a outras. E isso tem me movido a entender mais as questões de gênero.

*A dialética entre a prática e a pesquisa. Por que o debate feminista?*

**Janaina:** E aí quando você pergunta sobre a minha trajetória acadêmica aqui em Minas Gerais, eu acho que eu já falei um pouquinho. E o que isso tem contribuído nas práticas para os estudos acadêmicos? Primeiro eu descubro nas minhas pesquisas que os estudos de gênero são muito poucos e essa é uma primeira evidência que me aproxima dos estudos feministas. E depois é a prática. É muito o que eu tenho vivido, o que a gente tem vivido, é tão áspero e tão cruel que a gente começa a perceber a importância que é fazer esse debate feminista, que é destruir o patriarcado. Então, não é um estudo que me motiva a continuar discutindo ou fazendo ações, é o contrário; é nessa experiência, muito dolorosa para todas nós mulheres, que eu me descubro na academia. É claro que a nossa sociedade é patriarcal e machista, está na estrutura; eu vivi isso durante a minha vida inteira; a minha mãe é uma mulher nordestina que me criou, meus pais eram separados, então assim, é uma cultura muito machista. Então, isso eu vivi muito. Mas eu vivia e não entendia o significado do que eu estava vivendo. Eu passei a entender entre a graduação e a pós-graduação, porque acho que aí, a partir das leituras, a partir do estudo, e da própria experiência, que a gente vai se entendendo e descobrindo quem é e o que tá acontecendo no mundo.

E é ‘engraçado’ isso, porque quando eu venho para a universidade (e isso é assustador falar), mas a universidade pública brasileira, ela dá a possibilidade de homens e mulheres terem o mesmo salário, desempenhe os mesmos papéis, as mesmas atividades e as mesmas funções. E eu percebo que desempenhar isso assusta muito os homens; quando a gente passa a ocupar espaços administrativos e de gestão, ou quando, por exemplo, temos projetos de pesquisa aprovados pela FAPEMIG e CNPq, quando a gente começa a ganhar mais espaço, isso vai incomodando e gerando uma violência. Então, eu sinto muita violência. Num primeiro momento, eu não entendia essa violência, mas eu fui percebendo, muito cruelmente, que a questão de gênero e do machismo é muito presente; fazem as pessoas serem violentas, te oprimir, te assediar; a violência verbal é muito grande. Eu percebo que a sociedade, a

universidade, ela possibilita isso, mas a comunidade interna não está preparada para isso. É isso que eu sinto. Pode ser que daqui a cinco, dez anos eu tenha outras respostas, mas é o que eu sinto hoje. E é isso, ser mulher, ser nova, vir de uma classe social inferior, tudo isso são desafios.

E para finalizar, Márcia, é pensando em tudo isso que eu tenho vivido que eu tenho me aproximado cada vez mais nos estudos que envolvem o feminismo, que envolvem o gênero. Porque é isso, é o que eu fui vivendo. Eu não começo com um tema de estudo que me aproxima, mas é a própria vivência cruel que vai fazendo com que a gente se entenda como mulher. E dessas discussões, fomos forjando o coletivo da Rede DATALUTA, junto com a Hellen, Lara, que estiveram ali no início comigo. É essa prática que foi me levando para os estudos e para esses estudos mais relacionados ao feminismo. E eu estou muito contente, muito mesmo. Porque estar junto do coletivo, das mulheres, ter escrito artigos, ter orientado nessa temática. Tem uma defesa que vai ocorrer em breve, da Noeli Welter Taborda, que é uma liderança do Movimento das Mulheres Camponesas, o MMC, uma dissertação belíssima, que foi construída sob o olhar do Feminismo Camponês Popular.

Essa minha aproximação vai ocorrer bem devagarzinho, e muito numa descoberta do que é ser mulher. E nessa descoberta do que é ser mulher, envolve também ir me distanciando dessa mulher que se via só como uma mulher acadêmica, entendendo que a vida é muito mais. Então, quando eu me torno mãe (há sete anos atrás nascia o Benício), me é mostrado que a maternidade é algo muito difícil também. Eu vou desde aí, me descobrindo como mãe, como companheira de lutas das outras, das outras educandas, das outras colegas, que são mulheres e que passam por situações e momentos muito semelhantes aos meus.

Esses dias eu estava escrevendo sobre a práxis, e a práxis é isso, é a teoria, a prática, é o pensado e o vivido, é o material e o imaterial; eu venho de um campo de estudos teórico da geografia, mas que em momento nenhum se dissocia da prática. Então, quando a gente lê a teoria da geografia, quando a gente lê os paradigmas da geografia, a gente está falando daquilo que foi interpretado, mas que é parte da realidade, que está sendo modificado e transformado a todo momento. Por isso, não tem como desvincular teoria da prática. E pensando nos meus estudos também, um estudo que se inicia nos temas e paradigmas, e que isso vai levando à construção de outros projetos.

Então, quando eu entro na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em 2014, como eu te disse, eu sou a única professora que estuda as questões agrárias. E aí a gente tem um conjunto

muito variado de temas que precisam ser estudados - são só as questões teórico-metodológicas. Mas eu confesso para você que ter estudado as questões teórico-metodológicas ajudaram muito, porque ao entender os paradigmas da geografia agrária, foi me colocado um leque de possibilidades. E ali, depois que esse panorama de possibilidades foi colocado, eu vou tentando compreender um pouquinho desse leque, que é muito complexo é claro, mas que me dá a possibilidade de ter contato com vários temas, de compreender os paradigmas. Foi importante porque a partir dele a gente foi construindo aqui vários projetos.

Eu tenho me direcionado muito para os estudos e extensionistas aqui na universidade, tem uma companheira aqui, uma professora do Serviço Social, da Nutrição e da Licenciatura em Educação do Campo, que tem me ajudado muito, tem contribuído muito nessa caminhada. Então, a gente vem para cá, para uma cidade que tem dois assentamentos rurais, e aí a gente pensa em como contribuir politicamente com esses assentamentos. Um dos projetos visa fortalecer a agricultura camponesa em Uberaba, o FACU, que é um projeto que está desde 2015 na universidade. Passamos a pensar em temas que envolvem alimentação, agroecologia, gênero; o campo de estudo sempre vai sendo alargado. E é bom que ele vai sendo alargado, porque exige da gente, enquanto pesquisadora, enquanto militante, que a gente não fique na zona de conforto, que a gente acompanhe a realidade.

Hoje a gente vê a necessidade dos estudos de gênero, então, não tem como eu falar que o meu campo de estudos é o paradigma, e que eu não vou estudar gênero. Há inúmeras problemáticas importantes, ou seja, não me furto a incorporar novos temas que dialoguem com o Paradigma da Questão Agrária. Então, é pensar mesmo na *práxis*, ou seja, o que a realidade demanda. Na UFTM, temos pensado numa alimentação saudável, que não seja só cana, que não seja só representado pelo agronegócio. Pensar numa alimentação de verdade, agroecológica, calcada na soberania alimentar e na reforma agrária popular.

*Vê se acha que eu falei muito, né? Vai cortando aí. Eu vou  
buscar o B na escola, o Benício na escola.*

*Um beijo.*

## Referências

VINHA, Janaina Francisca de S. C.; FERNANDES, Bernardo M. **Paradigmas da Geografia Agrária Brasileira**. Temas, tendências e perspectivas. Paco Editorial: São Paulo, 2022.

VINHA, Janaina Francisca de S. C. Temas e paradigmas da Geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 71–86, 2022. DOI: 10.5418/ra2021.v17i34.11623.

Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/11623>. Acesso em: 17 nov. 2023.

### Sobre as autoras

**Marcia A. Pertuz** - Mulher, migrante, geografa feminista e cozinheira. Formada na ‘Universidad de Córdoba’, Colômbia. Mestre em Geografia pelo Programa em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo IPPRI-UNESP. Doutoranda em Geografia pela UNESP- *Campus* Presidente Prudente, Brasil. Entre junho e novembro de 2023, realizei um estágio de pesquisa doutoral no Programa de Estudios e Intervenciones Feministas no CESMECA-UNICACH, em SCLC Chiapas, México. Me interesso nos estudos agrários, nas epistemologias feministas, nas violências no campo, nos processos de defesa e luta pela vida-terra-territórios e nas resistências femininas/feministas da América Latina e o Caribe. Experimento a cozinha como espaço de resistência, troca de afetos e saberes.

**Janaina Francisca de Souza Campos Vinha** - Mãe do Benício e do Emiliano, companheira do Tiago, pesquisadora/militante, feminista, nascida e criada em Santos (SP), filha de uma potiguar e de um mineiro, é formada em Geografia pela UNESP, *campus* Presidente Prudente. Ainda em seu processo formativo, migrou para o interior do Brasil e de lá não saiu mais. Vem se dedicando aos estudos agrários, sobretudo temas que abrangem o pensamento geográfico, movimentos sociais, luta pela terra e reforma agrária. Recentemente, em virtude do reconhecimento de que é necessário cuidar da saúde mental, vem tentando imprimir outros ritmos junto ao trabalho acadêmico e, assim, vem redescobrando os prazeres cotidianos da vida. Faz aula de zumba e adora dançar!

## UM INSTRUMENTO NA LUTA PELA ÁGUA (Resenha)

### UN INSTRUMENTO PARA LA LUCHA POR EL AGUA (Reseña)

CALISTO, Dalila Alves. **Mercantilização da água**: análise da privatização do saneamento de Teresina (PI). São Paulo: Expressão Popular, 2023, 144.p.

Elisa Mergulhão ESTRONIOLI <sup>1</sup>



Em tempos de emergência climática, o capital reafirma que sua única saída para a crise que ele próprio criou é aprofundar cada vez mais a mercantilização da vida em todas as suas dimensões. Nesse contexto se insere a privatização da água, como uma das principais estratégias para que o capital transnacional possa retomar suas taxas de lucro.

Este é o alerta que nos faz a autora Dalila Alves Calisto neste livro, fruto de sua dissertação de mestrado, “*Mercantilização da água: análise da privatização do saneamento de Teresina (PI)*”.

Trata-se de um dos temas mais urgentes para os lutadores e lutadoras do nosso tempo. Por trás de decisões que se apresentam como técnicas, ficam evidentes as escolhas políticas e os interesses econômicos em jogo.

A autora faz uma análise rigorosa das consequências da Lei nº 14.026/2020, que cria o novo marco do saneamento básico no Brasil. A lei, que já está em vigor, obriga a abertura de licitação para concessão dos serviços de saneamento, favorecendo a participação de empresas privadas, e proíbe os contratos diretos com as empresas públicas. A autora mostra, a partir do caso de Teresina (PI), que colocar um serviço essencial à vida sob a lógica do lucro só pode trazer como consequência o aumento das tarifas, a precarização e a falta de acesso para as comunidades mais pobres.

De acordo com a nova lei, a Agência Nacional de Águas passa a ter um papel central na regulação do setor, semelhante ao que tem hoje a Aneel com relação ao setor elétrico. Dalila faz um alerta importante: o objetivo é implantar no saneamento o mesmo arranjo institucional

---

<sup>1</sup> Elisa Mergulhão Estronioli é integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e vive em Altamira (PA). É formada em jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

do setor elétrico. Ora, desde que o setor elétrico passou por um processo de privatização nos anos 90, a consequência é um aumento abusivo nas tarifas, além das violações de direitos nos territórios atingidos. A energia passou a ser tratada como uma commodity e não como um direito para a reprodução da vida. É isso que queremos para a água?

Para além dos negócios no saneamento, a autora mostra que está em curso uma enorme ofensiva do capital transnacional sobre o Brasil – detentor de 13% das reservas de água potável do mundo: “os negócios econômicos vão muito além do saneamento. A estratégia do capital é a mercantilização, isto é, a precificação e comercialização de toda a água disponível no país”. Isso se revela na iniciativa do e o Projeto de lei nº 495/2017, que cria os mercados de água, também analisado pela autora.

A escolha do tema não é casual. A autora foi atingida pela barragem de Castanhão, no Ceará, um grande reservatório de acúmulo de água. Desde criança, sentiu na pele as contradições de um modelo de desenvolvimento que não prioriza os trabalhadores.

Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (POCAE), a autora faz de sua pesquisa um instrumento de luta e se constitui como uma referência neste tema. É uma alegria e uma honra para nós do MAB tê-la como companheira em nossas fileiras de luta.

Com seu compromisso com a luta popular, a autora não se restringe a denunciar as consequências dessas medidas na vida do povo brasileiro, mas busca revelar as estratégias do capital que justificam essa ofensiva sobre a água. Dessa forma, dá subsídio para qualificar a luta das organizações populares em defesa dos bens comuns.

“Construir uma grande luta em defesa da água como um direito e um patrimônio da humanidade, pela participação e controle popular sobre as fontes de água, contra as privatizações e os altos preços das tarifas é urgente”, nos diz Dalila. Trata-se de um desafio fundamental neste momento em que precisamos reconstruir o Brasil e avançar.

### **Sobre a autora**

**Elisa Mergulhão Estronioli** - integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e vive em Altamira no estado do Pará. Formada em jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Resenha recebida em 01/09/2023

Resenha aceita para publicação em 17/11/2023